



**Universidade de Évora - Escola de Ciências Sociais**

Mestrado em Gestão e Valorização do Património Histórico e Cultural

Área de especialização | Património Artístico e História da Arte

Dissertação

**Os itinerários geográficos e culturais dos objetos etnográficos  
não europeus do Museu Nacional de Arqueologia**

Liliana Caldeira

Orientador(es) | Elisabete J. Santos Pereira

Maria Ana Bernardo

Évora 2023

---

---

---

---



---

**Universidade de Évora - Escola de Ciências Sociais**

**Mestrado em Gestão e Valorização do Património Histórico e Cultural**

Área de especialização | Património Artístico e História da Arte

Dissertação

**Os itinerários geográficos e culturais dos objetos etnográficos  
não europeus do Museu Nacional de Arqueologia**

Liliana Caldeira

Orientador(es) | Elisabete J. Santos Pereira

Maria Ana Bernardo

Évora 2023

---

---

---

---



A dissertação foi objeto de apreciação e discussão pública pelo seguinte júri nomeado pelo Diretor da Escola de Ciências Sociais:

Presidente | Antónia Fialho Conde (Universidade de Évora)

Vogais | Elisabete J. Santos Pereira (Universidade de Évora) (Orientador)  
Maria de Fátima Nunes (Universidade de Évora) (Arguente)

A presente dissertação foi realizada no âmbito da bolsa de investigação no projeto TRANSMAT – *Materialidades Transnacionais (1850 – 1930): Reconstruir Coleções e Conectar Histórias*, financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (PTDC/FER-HFC/2793/2020).

## Agradecimentos

*À Doutora Elisabete Pereira,*

agradeço toda a ajuda, motivação e empenho ao longo da orientação da dissertação, sempre com amizade e uma palavra otimista para me dar força neste percurso.

*À Doutora Maria Ana Bernardo,*

obrigada por toda a ajuda, disponibilidade e dedicação para me continuar a acompanhar na orientação desta dissertação, bem como todos os conselhos durante esta jornada.

*A toda a equipa TRANSMAT,*

agradeço todo o conhecimento adquirido com os profissionais, bolseiros e consultores do projeto, bem como a união e entreaajuda, com um especial agradecimento à Professora Doutora Maria Fátima Nunes por me aconselhar durante a bolsa e me dar força para embarcar nesta aventura.

*A toda a equipa do Museu Nacional de Arqueologia,*

obrigada pela oportunidade de colaborar com o Museu e pelas experiências vivenciadas enquanto bolseira, com especial enfoque nos profissionais da Secção de Inventário e Biblioteca.

*A toda a minha família e amigos,*

obrigada por acreditarem que seria possível e por todo o apoio transmitido ao longo deste caminho, com especial agradecimento para os meus pais, por todos os princípios, valores e educação que me deram, e Miguel.

Agradeço ainda a todas as instituições e profissionais que me permitiram consultar documentação dos respetivos arquivos tutelados, de forma a tornar o presente projeto concretizável, nomeadamente o Arquivo Histórico Militar, o Arquivo Histórico Ultramarino, O Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea (inserido na Biblioteca Nacional de Portugal), o Tribunal da Relação de Lisboa, a Biblioteca da Procuradoria-Geral da República e a Biblioteca do Museu Nacional de Etnologia.

Título: Os itinerários geográficos e culturais dos objetos etnográficos não europeus do Museu Nacional de Arqueologia

## Resumo

A presente dissertação constitui um estudo sobre as coleções etnográficas não europeias incorporadas no Museu Nacional de Arqueologia, fundado em 1893 por José Leite de Vasconcelos. O Museu possui uma “coleção comparativa”, cujas origens remontam aos primeiros anos de existência da instituição, entre os finais do século XIX e início do século XX. O objetivo desta coleção era, como o próprio nome indica, a comparação dos artefactos nacionais, de modo a estabelecer a identidade do “Homem Português”, com objetos pertencentes a outras culturas e civilizações, nomeadamente dos conotados à época “selvagens contemporâneos”, referente às populações autóctones das ex-colónias portuguesas. Com enfoque em três casos – uma panela Cocron do grupo étnico brasileiro Kaingang, uma máscara africana da região dos Dembos (Angola) e um conjunto de artefactos doados por Alberto Osório de Castro – este estudo reconstitui os itinerários geográficos e culturais percorridos pelos objetos, bem como os intervenientes envolvidos (desde a génese até à efetiva incorporação no MNA). A *Pesquisa de Proveniência* aplicada, recorrendo a fontes historiográficas primárias e secundárias inseridas em diversos arquivos e bibliotecas, determina uma análise crítica sobre os processos e dinâmicas de recolha destes objetos, bem como a inclusão e perspetiva do “Outro” nas narrativas museográficas perpetuadas pelas potências europeias. Esta metodologia enquadra-se numa corrente descolonizadora e transparente dos museus e do tratamento das coleções não europeias, adquiridas em contextos sensíveis e de desequilíbrio de poder, como os coloniais. A investigação propõe ainda uma proposta de salvaguarda para as peças analisadas, permitindo a sua valorização no âmbito identitário e patrimonial, de forma globalizante e democrática.

Palavras-Chave: Património; Museu Nacional de Arqueologia; Etnografia; Proveniência; Coleções Transnacionais.

Title: The geographical and cultural itineraries of the National Archeological Museum's non-European ethnographic objects.

## Abstract

The present dissertation constitutes a study of the non-European ethnographical collections in the National Archeology Museum, founded in 1893 by José Leite de Vasconcelos. The Museum holds a "comparative collection", which origins remote back to the first years of the institution, between the late XIX century and early XX century. The aim of this collection was, as the name itself suggests, the comparison of the national artifacts in order to establish the identity of the "Portuguese Man", with objects belonging to other cultures and civilizations, namely those connected to the "wild contemporaries" epoch, referring to the autochthonous populations of the former Portuguese colonies. With emphasis on three individual cases - one Cocron pan from the Brazilian ethnic group Kaingang, one African mask from the region of Dembos (Angola) and one set of artifacts donated by Alberto Ósorio de Castro - this study reconstructs the geographical and cultural journey taken by these objects, as well as the parties involved (since its genesis up until its effective incorporation into the MNA). The Provenance Research applied, using primary and secondary historiographical sources found in several archives and libraries, sets a critical analysis of the processes and collection dynamics of these objects, as well as the inclusion and perspective of the Other in the museographical narratives perpetuated by the European powers, in a decolonizing and transparent movement in the museums and the treatment of non-European collections, acquired in sensitive contexts and imbalance of power, such as colonial. The investigation proposes also a safeguard proposal for the studied pieces, allowing for their valorization in the context of identity and heritage, in a global and democratic way.

Keywords: Heritage; Nacional Museum of Archaeology; Ethnography; Provenance; Transnational Collections.

## Abreviaturas

**FCT** – Fundação para a Ciência e a Tecnologia

**ICOM** – *International Council of Museums* – Conselho Internacional de Museus

**IICT** – Instituto de Investigação Científica Tropical

**MMSR** – Museu Municipal Santos Rocha

**MNA** – Museu Nacional de Arqueologia

**MUHNAC** – Museu Nacional de História Natural e da Ciência

**TRANSMAT** – *Materialidades Transnacionais (1850-1930): Reconstruir Coleções e Conectar Histórias*



# Índice

Agradecimentos.....	i
Resumo.....	ii
Abstract .....	iii
Abreviaturas .....	iv
Índice.....	v
Índice de Figuras .....	vii
Índice de Tabelas.....	viii
Índice de Gráficos .....	ix
Índice de Painéis .....	x
Introdução .....	1
Pertinência do tema.....	1
Estado da Arte .....	4
Metodologia .....	19
Estrutura.....	26
1. O Museu Nacional de Arqueologia em contexto .....	27
1.1 Constituição e evolução .....	27
1.2 Coleção Transnacional.....	29
1.2.1 Denominação: permanências e mudanças.....	29
1.2.2 História.....	30
2. As materialidades em estudo: a panela Cocron, a máscara dos Dembos e a coleção doada por Alberto Osório de Castro .....	41
2.1 A panela Cocron.....	41
2.1.1 O Objeto.....	41
2.1.2 Os Atores e o Contexto .....	42
2.1.2.1 Os Kaingang.....	47
2.1.2.2 Sílvio de Almeida, o doador.....	51
2.1.2.3 Horta Barbosa.....	55
2.1.2.4 Ana de Castro Osório .....	57
2.1.3 Outras Painéis Cocron .....	58
2.1.4 Reconstituição do Itinerário Geográfico e Cultural.....	59
2.2 A máscara dos Dembos.....	61
2.2.1 O Objeto.....	61

2.2.2 Os Atores e o Contexto .....	62
2.2.2.1 Carlos Maia Pinto.....	63
2.2.2.2 Dembos .....	64
2.2.2.3 David Magno.....	66
2.2.3 Reconstituição do Itinerário Geográfico e Cultural.....	72
2.3 A coleção doada por Alberto Osório de Castro.....	74
2.3.1 O Doador e o contexto .....	75
2.3.2 O Processo de identificação da coleção .....	80
2.3.3 Reconstituição dos itinerários geográficos e culturais .....	93
3. Proposta de Salvaguarda dos objetos estudados.....	96
3.1 Fundamentação teórica.....	97
3.2 Proposta Museográfica de Valorização dos Objetos Etnográficos Coloniais do MNA ..	104
4. Considerações Finais.....	115
5. Referências bibliográficas .....	119
5.1 Fontes .....	119
5.2 Estudos .....	120
6. Anexos.....	125
6.1 Anexo I.....	125
6.2 Anexo II .....	127
6.3 Anexo III .....	128
6.4 Anexo IV .....	140

## Índice de Figuras

- Figura 1 – Planta do 1º Pavimento do Museu Etnológico de Leite de Vasconcelos
- Figura 2 – Fotografia da Sala Etnográfica Ultramarina do MNA
- Figura 3 – Fotografia da Sala Etnográfica Ultramarina do MNA
- Figura 4 – Fotografia da Coleção Etnográfica não europeia do MNA
- Figura 5 – Fotografia da Sala Egípcia do MNA
- Figura 6 – Panela “Cocron” do MNA
- Figura 7 – Mapa etno-histórico de Curt Nimuendaju
- Figura 8 – “Kaingang aldeados”
- Figura 9 – Mulher Kaingang no seu posto Icatu fabricando uma panela de cerâmica
- Figura 10 – Possível retrato de Sílvio Tiribicá de Almeida
- Figura 11 – L.B. Horta Barbosa, o Inspetor de Índios de São Paulo, funcionários e índios
- Figura 12 – Fotografia em preto e branco do acampamento do Ribeirão Preto dos Patos
- Figura 13 – Fotografia de Carolina Beatriz Ângelo com Ana de Castro Osório no dia das eleições para a Assembleia Nacional Constituinte
- Figura 14 – Biblioteca de Ana de Castro Osório
- Figura 15 – Máscara dos Dembos inserida no MNA
- Figura 16 – Retrato do capitão Carlos Maia Pinto
- Figura 17 – Mapa do noroeste de Angola (1848-1878)
- Figura 18 – Fotografia de David Magno e Carlos Maia Pinto em Angola
- Figura 19 – Fotografia de Alberto Osório de Castro
- Figura 20 – Quadro do período em funções de Alberto Osório de Castro
- Figura 21 – Fotografia de Camilo Pessanha com Alberto Osório de Castro
- Figura 22 – Retrato do militar David José Gonçalves Magno
- Figura 23 – Recorte de jornal do conjunto intitulado *Bastão e Espada de Caculo-Caenda*
- Figura 24 – Documento *Desde a Inauguração do Forte até ao 13 de Dezembro*
- Figura 25 – Relatório da Campanha Militar na Região dos Dembos de 1913, da autoria do capitão Carlos Maia Pinto

## Índice de Tabelas

Tabela 1 – Cargos exercidos por Alberto Osório de Castro nas colónias ultramarinas e identificação dos períodos correspondentes

Tabela 2 – Objetos doados por Alberto Osório de Castro ao MNA registados n`O *Archeologo Português*

Tabela 3 – Objetos doados por Alberto Osório de Castro ao MNA registados nos Verbetes de Inventário

Tabela 4 – Objetos doados por Alberto Osório ao MNA registados no Livro de Entradas

Tabela 5 – Comparação dos registo de doação por Alberto Osório de Castro registados nas várias fontes históricas analisadas.

Tabela 6 – Objetos doados por Alberto Osório de Castro registados na correspondência existente no Epistolário de José Leite de Vasconcelos

Tabela 7 – Coleção de objetos doados por Alberto Osório de Castro ao MNA; nesta tabela cruzamos a informação proveniente de diversas fontes sobre as peças doadas

Tabela 8 – Registo fotográfico da coleção doada por Alberto Osório de Castro ao MNA

## Índice de Gráficos

Gráfico 1 - Proveniência dos objetos doados por Alberto Osório de Castro

Gráfico 2 - Origem dos artefactos doados por Alberto Osório de Castro por continente

Gráfico 3 - Número de objetos encontrados em cada fonte historiográfica

Gráfico 4 - Percentagem de objetos etnográficos doados por Alberto Osório de Castro consoante os anos

## Índice de Painéis

- Painel 1 – Itinerário cultural e geográfico da panela Cocron
- Painel 2 – Itinerário cultural e geográfico da máscara dos Dembos
- Painel 3 - Panela Cocron
- Painel 4 - Máscara dos Dembos
- Painel 5 – Grupo étnico Kaingang
- Painel 6 – Sílvio Tiribicá de Almeida
- Painel 7 – Ana de Castro Osório
- Painel 8 – Luiz Bueno Horta Barbosa
- Painel 9 - Dembos
- Painel 10 - Carlos Henriques da Silva Maia Pinto
- Painel 11 - David José Gonçalves Magno
- Painel 12 - José Leite de Vasconcelos
- Painel 13 - Itinerário cultural e geográfico da coleção
- Painel 14 – Alberto Osório de Castro
- Painel 15 – Porrinho
- Painel 16 – Paliteiro
- Painel 17 – Corda de Contas
- Painel 18 - Porta Cartas
- Painel 19 - Rabeca
- Painel 20 - Diadema
- Painel 21 - Guarda-chuva
- Painel 22 - Recipiente para água/cesto
- Painel 23 - Modelo de casa Lúlik
- Painel 24 - Arma de cana
- Painel 25 - Bracelete de Bronze
- Painel 26 - Cohé
- Painel 27 - Cohé
- Painel 28 - Xorca de Bronze
- Painel 29 - Machado de Bronze
- Painel 30 - Lança de bronze
- Painel 31 - Lâmpada de Metal Moderna
- Painel 32 - Relevo/Escultura

## Introdução

### Pertinência do tema

O presente estudo – *Os itinerários geográficos e culturais dos objetos etnográficos não europeus do Museu Nacional de Arqueologia* – espelha uma relevância no modo interpretativo das coleções etnográficas não europeias tuteladas pelos museus nacionais, principalmente objetos recolhidos em contextos coloniais, marcados por desequilíbrios de poder. O conhecimento da história das coleções, bem como os intervenientes envolvidos nos processos de aquisição, são basilares para a compreensão dos artefactos tutelados e para a mudança do paradigma museológico, de forma a tornar-se descolonizador e inclusivo. Encontramos explanado na Lei de Bases do Património Cultural que este último é integrado, não só pelos bens materiais e imateriais, mas pelos contextos inerentes, não sendo dissociado o bem cultural à sua própria história. Nesta medida, para que o olhar e perspectiva do “Outro” sejam englobados nas narrativas museográficas, a realização de estudos e investigações dos itinerários percorridos pelos artefactos, desde a génese até à incorporação nos museus, deverão ser imperativos na ótica das instituições político-administrativas culturais.

No que toca à realidade nacional, existe uma grande lacuna de informação relativamente às coleções etnográficas extraocidentais, incorporadas nas instituições portuguesas, perpetuando a falta de conhecimento na esfera académica e no público geral. São necessárias políticas públicas que valorizem e salvaguardem estas coleções, e, sendo Portugal um país com um passado colonial muito extenso, deverá assumir um papel interlocutor e promotor de diálogo com as comunidades autóctones das antigas colónias, impulsionando a partilha do património comum, bem como debates e discussões sobre a gestão e valorização conjuntas.

No ano de 2021, entre o dia 1 e 4 de novembro, realizou-se o encontro do ICOM<sup>1</sup> no Museu Municipal Santos Rocha, na Figueira da Foz, com um vasto conjunto de palestras e comunicações, onde se discutiu e refletiu sobre o tratamento de coleções recolhidas em panoramas sensíveis como guerras (um dos exemplos apresentado foi o Holocausto, na

---

<sup>1</sup> Disponível em ICOM - Museus com coleções não europeias – Encontro de Outono 2021. Publicado a 12 de outubro de 2021, <[Museus com coleções não europeias – Encontro de Outono 2021 | ICOM Portugal \(icom-portugal.org\)](https://icom-portugal.org)> (Consultado a 18/09/2023)

Segunda Guerra Mundial) ou coloniais. O encontro contou com investigadores e académicos da área da História, Antropologia, Arqueologia, assim como profissionais do campo da museologia e diretores de instituições portuguesas e internacionais (MMSR, Museu Nacional de Etnologia, AfricaMuseum de Tervuren-Bélgica, Museu Nacional de Antropologia de Madrid, etc.) que tutelam estas coleções. A ocasião foi importante na medida em que incentivou o diálogo e a troca de experiências sobre as metodologias aplicadas e os desafios enfrentados entre os pares.

Entre dezembro de 2022 e dezembro de 2023, teve lugar a exposição «*O Impulso fotográfico. (Des)arrumar o arquivo colonial*»<sup>2</sup>, no Museu Nacional de História Natural e da Ciência, realizada no âmbito de um projeto desenvolvido através da parceria do Instituto de Comunicação da Universidade Nova de Lisboa com o Museu. Esta exposição teve como objetivo a descolonização dos acervos e coleções incorporadas nas instituições nacionais, culminando no debate do colonialismo e o seu legado, o que possibilitou uma nova perspetiva das narrativas históricas oficiais, ou seja, dos colonizadores. Assim, através das expedições científicas de geodesia (1890-1932) e de antropologia física (1936-1975), “desarrumamos” a ideia do colonialismo como um encontro pacífico entre civilizações, demonstrando os atos de violência, opressão e violação de direitos que as comunidades autóctones estiveram sujeitas. Este projeto reuniu artistas, ativistas e investigadores não europeus, promovendo a inclusão e transparência relativamente ao olhar do “Outro” na exposição.

Ainda no presente ano de 2023, entre 22 e 23 de junho, concretizou-se no Museu Nacional de Etnologia o Encontro Internacional TRANSMAT – IN2PAST «*Documentar Coleções Não Europeias*». Participaram no Encontro diversos diretores de museus nacionais (Museu Nacional de Arqueologia, Museu Nacional de História Natural e da Ciência, Museu Municipal Santos Rocha, Museu Nacional de Etnologia, Academia das Ciências, Sociedade de Geografia, Museu de História Natural da Universidade do Porto, etc.), bem como profissionais da área da museologia, investigadores, bolseiros e académicos, favorecendo o debate e reflexão sobre os artefactos não europeus, provindos de ex-colónias portuguesas, incorporados nas instituições nacionais. Uma das principais problemáticas discutidas incidiu sobre a forma de gerir e salvaguardar este património,

---

<sup>2</sup> Disponível em Museu Nacional de História Natural e da Ciência - O IMPULSO FOTOGRÁFICO: (DES)ARRUMAR O ARQUIVO COLONIAL. Publicado em 2022, <<https://www.museus.ulisboa.pt/exposicao-impulso-fotografico>> (Consultado a 18/09/2023)



numa perspetiva mais inclusiva e descolonizadora, realçando diversos exemplos europeus (Bélgica, França, Alemanha, etc.). De forma a possibilitar outras perspetivas sobre as narrativas perpetuadas pelos países colonizadores, o Encontro contou com profissionais de países anteriormente colonizados, como Loyiso Maqwabe Gumede, curadora do museu sul africano Luthuli Museum, possibilitando a inclusão do olhar do “Outro” sobre estas coleções, e, ainda, profissionais de outras áreas, como Christiana Martins do Jornal Expresso.<sup>3</sup>

Um caminho que começa a ser traçado em Portugal, com alguma prudência, mas que não pode ser ignorado nem omitido. O conhecimento, inventariação e conservação das coleções não europeias deverá ser uma prioridade no que toca aos trabalhos desenvolvidos pelos museus, tendo em vista a crescente importância da memória histórica e da herança cultural, fruto de vários séculos de contacto entre potências europeias e países colonizados.

Por conseguinte, a dissertação realiza-se no âmbito do Mestrado de Gestão e Valorização do Património Histórico e Cultural da Universidade de Évora e articula-se com a minha participação como bolsista no projeto intitulado TRANSMAT – *Materialidades Transnacionais (1850 – 1930): Reconstruir Coleções e Conectar Histórias*<sup>4</sup>.

O TRANSMAT centra-se na investigação das coleções transnacionais constituídas na segunda metade do século XIX e início do século XX, inseridas no Museu Nacional de Arqueologia (instituição na qual colaborei), em Lisboa, e no Museu Municipal Santos Rocha, situado na Figueira da Foz. A designada *Pesquisa de Proveniência*, adotada pelo projeto, tem em vista a recolha e sistematização de dados que permitam uma reconstrução das biografias dos artefactos, dos itinerários percorridos desde o local de origem até à efetiva incorporação nas instituições, bem como os intervenientes envolvidos no processo de recolha, aquisição e doação. Configura uma metodologia já aplicada noutros museus ocidentais, para um melhor conhecimento das coleções tuteladas, principalmente no que respeita a objetos que tenham sido recolhidos em contextos sensíveis e complexos, como os coloniais.

---

<sup>3</sup> Disponível em TRANSMAT - Encontro Internacional TRANSMAT – IN2PAST «*Documentar Coleções Não Europeias*». Publicado em 2023, <<https://transmat.uevora.pt/actividades/>> (Consultado a 18/09/2023)

<sup>4</sup> Financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (PTDC/FER-HFC/2793/2020)

Englobando artefactos arqueológicos, etnográficos e documentos históricos, o Museu Nacional de Arqueologia (MNA), fundado por José Leite de Vasconcelos em 1893, tinha como intuito basilar o conhecimento da identidade nacional (imbuído no espírito da época): a origem, a cultura, as práticas e os costumes que caracterizavam/diferenciavam o “Homem Português” dos demais. Para essa diferenciação, utilizava o método de *comparação* entre objetos recolhidos em Portugal e coleções arqueológicas (de pontos geográficos distintos como Roma, Grécia, Egipto) ou coleções etnográficas oriundas das ex-colónias portuguesas (África, Ásia, Brasil, etc.). Considerando-se que as populações autóctones das ex-colónias, designadas como “selvagens contemporâneos”, estavam no mesmo estado “evolutivo” das comunidades ancestrais pré-históricas, os seus objetos etnográficos permitiriam evidenciar as diferenças e semelhanças do povo português com outras sociedades e culturas.

Tendo em vista o amplo universo de objetos que constituem as coleções transnacionais (foram registados na Base de Dados do projeto, até ao momento, seiscentos e trinta e cinco artefactos, o que não corresponde ao número total), existiu a necessidade, para efeito da investigação no âmbito do mestrado, de seleccionar o objeto de estudo, resultando num enfoque na Coleção Etnográfica Colonial, constituída por bens culturais etnográficos provenientes das ex-colónias portuguesas.

Por conseguinte, serão apresentados nesta dissertação três casos – uma panela Cocron do grupo étnico brasileiro Kaingang, uma máscara africana da região dos Dembos e uma coleção doada por Alberto Osório de Castro – possibilitando a demonstração da *Pesquisa de Proveniência* efetuada, a metodologia aplicada e a tentativa de resposta às principais questões colocadas nesta investigação: Qual o significado/funcionalidade do objeto? Qual a proveniência do artefacto? Quem recolheu o bem cultural e em que contexto? Quais os intervenientes e os respetivos papéis desde a aquisição até à incorporação no museu? Porque foi doado, oferecido, adquirido a/por José Leite de Vasconcelos?

## Estado da Arte

As coleções transnacionais presentes nos museus ocidentais e a abertura no espaço público para o debate e reflexão, nomeadamente no que respeita aos grupos de artefactos extraeuropeus, oriundos muitas vezes de países colonizados ou sob domínio de potências imperialistas e recolhidos num contexto de desequilíbrio de poder, originaram a

necessidade de um melhor conhecimento por parte das instituições sobre os objetos tutelados.

Nesta medida, aquilo a que chamamos *Provenance Research* (*Pesquisa de Proveniência*), começou a ser aplicada em diversos museus ocidentais, paralelamente à discussão sobre a “descolonização” das narrativas espelhadas e a representatividade do “Outro”.

Internacionalmente, encontramos diversos estudos sobre coleções adquiridas em contextos problemáticos, como é o caso da publicação intitulada *The British Museums: The Benin Bronzes, Colonial Violence and Cultural Restitution*. A obra incide sobre um vasto conjunto de peças e esculturas que espelhavam a corte régia da cidade de Benin (Nigéria) e que terão sido furtadas, durante um ataque naval britânico no final do século XIX, e abre o debate nos Museus ingleses sobre perceção, tratamento, “descolonização” e até restituição destes artefactos (Hicks, 2020).

A mesma temática é referida no artigo *Os marfins luso-africanos do reino do Benim* (Amaral, 2021, p.78). O estudo esclarece que a investigação sobre os marfins africanos foi impulsionado no âmbito da chegada de um grande conjunto de artefactos cerimoniais que se encontravam no palácio real (utilizados em rituais, nomeadamente na legitimação governativa e na evocação de riqueza e prosperidade), adquiridos na expedição militar britânica a Benim em 1897 (Hicks,2020) e vendidos, posteriormente, em leilões públicos. No que respeita aos marfins luso-africanos (bini-portugueses ou edo-português) a maioria encontra-se incorporada em coleções internacionais (E.U.A, Inglaterra, Alemanha, etc.), tendo sido adquirida em mercados internacionais. Uma das poucas peças existentes em território nacional, corresponde a um saleiro edo-português, presente no Museu Nacional de Arte Antiga, incorporado em 1951 (Amaral, 2021).

A compilação de ensaios baseados nas comunicações apresentadas na conferência *Collecting and Provenance* realizada no Museu de Israel (Jerusalém) em novembro de 2016, aborda a importância da *investigação de proveniência* das peças inseridas nos museus. Por um lado, defende que esta tipologia de investigação perpetua a salvaguarda e segurança dos objetos (em contextos de desaparecimento: guerras, furtos, assim como catástrofes naturais). Por outro lado, enriquece a própria informação sobre o artefacto, que aumentará o valor patrimonial significativamente (através da revelação da origem, dos materiais, das comunidades envolvidas no seu processo de fabrico, os panoramas socioculturais e político-económicos em que terá sido concebido e recolhido). A nota

introdutória da referida publicação (Waal, 2021), reflete sobre a procura do património cultural e artístico da comunidade judaica, recolhido pela Gestapo, aquando da invasão alemã na Áustria, e sobre os problemas jurídicos e legislativos associados ao processo de restituição, nomeadamente no que diz respeito aos artefactos que integraram coleções museológicas, sem qualquer documento ou certificação do proprietário ou proveniência original.

Outro acontecimento semelhante é referido no capítulo II (Arie, 2021) face à abordagem de colecionadores controversos, como é o caso de Moshe Dayan (1915-1981), que ocupou cargos como Chefe do Estado-Maior das Forças de Defesa e Ministro da Defesa de Israel, recolhendo antiguidades de forma ilícita (furto, compra/venda e troca com outros artefactos em território nacional e internacional). O capítulo III reflete a questão ética de aquisição de obras de arte por parte dos museus, debatida em 1970 pelo ICOM, tendo em vista a imprescindível presença de documentação verídica e completa das peças, especialmente no que toca à proveniência.

A reflexão sobre as temáticas apresentadas mantém-se atual, tendo em vista os saques presenciados em conflitos bélicos como a guerra do Iraque e da Síria em pleno século XXI (Amir, 2021). Também no contexto da convenção do ICOM em 1970, o capítulo *Coleções Africanas em Museus Europeus: sua Restituição ou Gestão Compartilhada dos Bens Culturais* afirma que o anterior encontro veio estimular a recuperação, ou a tentativa da mesma, dos objetos inseridos em museus de ex-potências pelos países descolonizados, tendo em vista a interrupção de exportação e importação de património cultural cuja propriedade seja ilícita (Chuquela *et al.*, 2021).

As pilhagens efetuadas pelos europeus e descendentes norte americanos (fruto de uma hegemonia militar, técnica, ética e moral, com um sentido “paternalista” e “civilizacional”) possibilitaram, tal como é afirmado na publicação *A Museologia e a Guerra Colonial*, a formação de coleções museais ocidentais e a exposição desses tesouros e bens culturais nos museus europeus. Todavia, o autor afirma que a pura restituição e anulação do passado representa outra forma de “superioridade moral”, com princípios mais justos e corretos, reivindicada pelos teóricos e pensadores atuais. Uma vertente pedagógica e de conhecimento será o melhor caminho a adotar para a abordagem das coleções não europeias (Pinto, 2021).

Em contraponto, Chuquela *et al.* (2021) defende que, em termos intelectuais, a restituição é, consensualmente: “[...] uma forma de resgate da dignidade e identidade dos Africanos [...]”. (2021, p. 89). Todavia, e tendo consciência das dificuldades atravessadas pelos museus (falta de financiamento e recursos humanos), são expostas alternativas à restituição física propriamente dita dos artefactos para as ex-colónias, nomeadamente bases de dados compartilhadas entre instituições, assim como a formação de técnicos especializados em conservação. Tendo como exemplo a cooperação internacional entre Moçambique e França, assim como a formação de um fundo solidário para as áreas culturais (incluindo a museologia), o autor refere que o diálogo entre as comunidades naturais e os países que detêm património não europeu poderá ser realizado através da “gestão partilhada” destes bens culturais que cruzaram, em determinado momento, a história dos países envolvidos (Chuquela *et al.*, 2021).

Os estudos anteriormente apresentados espelham diversas reflexões sobre os debates de peças adquiridas em contextos sensíveis e complexos como os que serão analisados na presente dissertação, permitindo-nos uma amplitude na conceção de coleções coloniais ou em contextos de guerra, e na forma como as instituições ocidentais abordam e perspetivam diversos tópicos, nomeadamente o tema da restituição dos artefactos aos países de origem (ou a partilha da gestão dos bens culturais como alguns autores defendem).

No artigo *Acervos coloniais: para uma leitura crítica das heranças* verificamos uma reflexão sobre as coleções não europeias existentes nos museus portugueses e o debate sobre essa herança cultural, consequência de um passado histórico colonial, muitas vezes esquecido nos programas de Educação, nos debates parlamentares ou narrativas museológicas. As instituições que detêm artefactos desta natureza nos seus acervos deveriam estar disponíveis para um debate e, considerando que a grande maioria dos objetos foi adquirida nos séculos XIX e XX, haveria a possibilidade de “[...] identificar a sua origem e os seus legítimos proprietários [...]” (Moutinho *et al.*, 2021, p. 93). A repatriação, convergente à posição espelhada no artigo anterior, é percecionada como um processo moralmente aceitável: “[...] é simplesmente legítimo devolver o que não foi obtido por mútuo e ético acordo. [...]” (Moutinho *et al.*, 2021, p. 93).

As coleções etnográficas transnacionais, parte integrante do património colonial português, foram, como refere Manuela Cantinho (2010), constituídas ao longo de vários

séculos, intercalando entre períodos de impulsionamento e desvalorização por parte do governo central.

Portugal, imbuído no espírito e práticas científicas do contexto europeu na segunda metade do século XVIII, nomeadamente no ramo da História Natural, consagrou três polos patrimoniais – Real Gabinete da Ajuda, Museu de História Natural de Coimbra e Museu da Real Academia de Ciências de Lisboa – permitindo a divulgação de conhecimento naquela área de estudo. As missões nas antigas colónias eram realizadas por naturalistas e funcionários ligados à administração colonial, dentro dos quais podemos destacar Alexandre Rodrigues Ferreira<sup>5</sup>, através da metodologia rigorosa aplicada e ampla diversidade material, aquando da sua recolha de artefactos na Amazónia entre 1783 e 1789. No início do século XIX, a coleção recolhida pelo naturalista seria transferida do Real Museu de História Natural da Ajuda para o Museu de História Natural de Coimbra, incluindo artefactos ameríndios, bem como africanos, índicos e da Oceânia.

A manutenção do Real Museu de História Natural da Ajuda, o mais significativo à época, dificultou-se no exílio da família real no Brasil e posteriormente, em 1836, as suas coleções seriam incorporadas no Museu de História Natural da Academia de Ciências de Lisboa (onde se encontra atualmente a maioria dos artefactos etnográficos oitocentistas, juntamente com o Museu Antropológico da Universidade de Coimbra).

No século XIX emergiu o interesse por parte da Coroa para a constituição de um museu colonial, convergente na necessidade do desenvolvimento comercial, inerente à exploração científica e conhecimento do território nas ex-colónias. Dentro das medidas político-administrativas aplicadas, destaca-se a reforma na Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, protagonizada por Sá da Bandeira no ano de 1868,

---

<sup>5</sup> Alexandre Rodrigues Ferreira nasceu na Baía a 27 de abril de 1755 e faleceu a 23 de abril de 1815 em Lisboa. Foi doutor em Filosofia pela Universidade de Coimbra, exercendo funções como na instituição na área de História Natural. Em 1778 foi nomeado para uma missão científica no Brasil, que viria a durar nove anos, e eleito sócio correspondente da Academia Real das Ciências. Em 1783, parte para o território brasileiro, cuja missão viria a durar nove anos, recolhendo amostras científicas para as investigações, nomeadamente no norte do país, nas margens do rio Amazonas. No regresso a Portugal, em 1793, foi nomeado oficial da secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, e um ano depois, comissionado com o objetivo de administrar o Real Gabinete de História Natural, Jardim Botânico e anexos. Dentro das obras publicadas, destacam-se *Propriedade e posse das terras do Cabo do Norte pela Coroa de Portugal*, *Descrição da gruta do Inferno feita em Cuyabá* e *Viagem à gruta das Onça*. (Grande Enciclopédia Portuguesa, vl. 11, p.159).

responsabilizando a Direção Geral do Ultramar pelas explorações científicas, assim como pela elaboração de exposições de coleções constituídas com materiais coloniais. O Museu Colonial de Lisboa criado em 1871 e a Sociedade de Geografia de Lisboa constituída quatro anos depois em 1875 (cujo objetivo apreendia uma colonização “científica”, sendo imprescindível o conhecimento das civilizações autóctones através da recolha etnográfica), simbolizavam a importância atribuída pelo Estado a esta questão, impulsionada também pela participação de Portugal em exposições internacionais como a de Londres e Paris, em 1851 e 1855/1867 respetivamente (Cantinho, 2010).

Na primeira metade do século XX começaram a surgir as primeiras propostas de museus etnográficos, nomeadamente na inauguração da Primeira Exposição Colonial realizada no ano de 1934 na cidade do Porto, no 1º Congresso Nacional de Antropologia Colonial onde seria apresentado o projeto para um “Museu Etnográfico do Império Português” da autoria de Luís Chaves (1889-1975) ou a hipótese levantada por Joaquim R. dos Santos Júnior (1901-1990) para a constituição de um “Museu Colonial Português”, em 1940 na “Exposição do Mundo Português”. Todavia, somente em 1965 seria oficialmente constituído o Museu de Etnologia do Ultramar por um grupo encabeçado por António Jorge Dias (1907-1973), com uma vertente exclusiva “tropical”, colocando de parte a etnografia portuguesa. No final da década de oitenta, o museu passaria a ser tutelado pelo IPM (Instituto Português de Museus), alterando a nomenclatura para Museu Nacional de Etnologia e modificando o seu carácter “tropical”, englobando uma vertente universal (incluindo a etnografia nacional) (Cantinho, 2010).

No que respeita às coleções etnográficas extraocidentais atualmente presentes nos museus nacionais, Manuela Cantinho (2010) afirma a falta de conhecimento e investigação tanto por parte do meio académico, como no público geral. As políticas institucionais aplicadas nas últimas décadas não valorizaram nem divulgaram estas coleções etnográficas, colocando diversas dúvidas face ao futuro das mesmas nas instituições museais portuguesas. Símbolo das ligações políticas, económicas e culturais estabelecidas entre a antiga metrópole – Portugal – e as antigas colónias durante vários séculos, os museus que incorporam coleções coloniais têm um papel determinante no diálogo entre as diversas comunidades, na partilha deste mesmo património e nos inúmeros debates, discussões e reflexões emergentes no mundo Ocidental face ao processo de descolonização.

Entre as instituições que contêm etnografia transnacional, o MUHNAC (Museu Nacional de História Natural e da Ciência) tornou-se, em 2015, o museu português com o maior acervo de coleções científicas coloniais, aquando da integração de grande parte do património do extinto Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT) na Universidade de Lisboa. Inseridas no panorama europeu do final do século XIX, onde o continente africano seria o foco dos impérios coloniais e “repartido” na emblemática Conferência de Berlim realizada em 1884, as missões científicas levadas a cabo nas antigas colónias portuguesas tinham como principal finalidade o conhecimento técnico e científico e a potencialização da exploração económica nestes territórios, à semelhança do que acontecera com a Grã-Bretanha, Alemanha, França ou Bélgica (Godinho, et. al, 2021).

Como foi referido por Godinho *et al.* (2021), existiram diversas entidades criadas neste período para a concretização das missões científicas, nomeadamente a Comissão de Cartografia em 1883, que viria a assumir diversas nomenclaturas e reformas. Já no Estado Novo, como Junta de Investigações Coloniais (JIC), proporcionou missões em outras áreas, como a antropologia, zoologia e botânica, não se restringindo somente aos estudos geográficos das ex-colónias. As coleções etnográfica, arqueológica e fotográfica do antigo IICT foram elaboradas neste âmbito, admitindo uma intenção económica de forma a perceber os diversos recursos naturais, bem como as diferentes aptidões dos povos colonizados para garantir uma melhor otimização da exploração colonial.

Aquando da finalização dos impérios coloniais (em 1975 no caso português, após a Revolução de Abril), os museus foram e são chamados a refletir sobre o discurso narrativo das coleções museológicas extraocidentais, assim como na representação do “Outro”, tendo em vista a adoção de medidas anticoloniais e descolonizadoras, na visão eurocêntrica predominante até então (Godinho, et. al, 2021).

Este conjunto de publicações destinado maioritariamente às coleções provindas das ex-colónias portuguesas, bem como ao tratamento e salvaguarda das mesmas nas instituições nacionais, destacam os problemas atuais vivenciados pelos museus no que respeita aos artefactos em questão e o debate ou falta dele, nos meios académicos, culturais e principalmente políticos para as efetivas soluções.

O debate sobre os artefactos recolhidos em contextos coloniais e, por conseguinte, desequilíbrio de poder expandiu-se para todas as tipologias de museus, quer etnográficos,



quer de arte ou história natural. No quadro europeu, o AfricaMuseum, o Tropenmuseum, o Museu Etnográfico de Estocolmo, bem como os Museus de História Natural de Londres e de Berlim são exemplificativos na mudança de práticas e estratégias na forma de perceber e apreender estas coleções (Godinho, et. al, 2021).

O célebre discurso proferido em 2017 pelo presidente francês, Emmanuel Macron, na Universidade de Ouagadougou (localizada em Burquina Fasso) abriu portas a novos debates e metodologias referentes ao património cultural tutelado por países europeus. No diálogo de aproximação cultural e geracional entre a antiga metrópole – França – e as ex-colónias, Macron admitia que

“[...] je ne peux pas accepter qu'une large part du patrimoine culturel de plusieurs pays africains soit en France. (...)” e “(...) le patrimoine africain ne peut pas être uniquement dans des collections privées et des musées européens. [...]”<sup>6</sup>

Ou seja, não podia permitir que o património africano fosse mantido apenas nos museus franceses e na posse de colecionadores privados. Expressava ainda que os artefactos coloniais deveriam ser expostos tanto em cidades nacionais, como em localidades africanas, estimando um período de cinco anos para a restituição temporária ou definitiva destas coleções:

“[...] Le patrimoine africain doit être mis en valeur à Paris mais aussi à Dakar, à Lagos, à Cotonou, ce sera une de mes priorités. Je veux que d'ici cinq ans les conditions soient réunies pour des restitutions temporaires ou définitives du patrimoine africain en Afrique. [...]”<sup>7</sup>.

Comprometia-se, todavia, que o regresso das peças fosse realizado em segurança, através de uma parceria académica e museográfica, de forma a salvaguardar da melhor maneira possível o referido património:

“[...] (...) C'est de tout faire aussi pour qu'il y ait la sécurité, le soin qui soit mis en Afrique pour protéger ces œuvres. Donc ces partenariats prendront aussi toutes les précautions pour qu'il y ait des conservateurs bien formés, pour qu'il y ait des

---

<sup>6</sup> Disponível em Élysée – Discours d'Emmanuel Macron à l'université d'Ouagadougou. Publicado em 28 de novembro de 2017, < <https://www.elysee.fr/emmanuel-macron/2017/11/28/discours-demmanuel-macron-a-luniversite-de-ouagadougou> (Consultado a 18/09/2023)

<sup>7</sup> *Ibidem*

engagements académiques et pour qu'il y ait des engagements d'Etat à Etat pour protéger ces œuvres d'art, c'est-à-dire votre histoire, votre patrimoine et, si vous m'y autorisez, le nôtre. (...) [...]”.<sup>8</sup>

Posteriormente a esta comunicação, foram publicadas pela *Deutscher Museums Bund* (Federação dos Museus Alemães) as linhas de orientação para o tratamento de coleções coloniais com o título original *Umgang mit Sammlungsgut aus kolonialen Kontexten*<sup>9</sup> (em inglês *Care of Collections from Colonial Contexts*). No documento, referente à “Perspetiva Internacional e Colaboração”, afirma-se que as comunidades dos países de origem gostariam de conhecer o seu património existente nos museus, onde encontrá-lo e as informações que as instituições possuem face aos mesmos:

“[...] representatives of the communities of origin would like to discuss their issues with the museums on an equal footing. They would like to know which of their items of cultural and natural heritage are, where, and what information about them is available in the museum archives. [...]” (Deutscher Museums Bund, 2021, p. 12).

Mais do que a “simples” devolução dos artefactos patrimoniais, o debate passa pela “[...] participation, involvement, negotiation processes, the prerogative to interpret the past, and knowledge transfer. [...]” (Deutscher Museums Bund, 2021, p. 12), possibilitando o diálogo e cooperação entres os museus e as comunidades de origem. Estas normas afirmam que as populações autóctones deverão ter um papel ativo em todas as partes do processo, nomeadamente em atividades de conservação, curadoria, investigação e exposição: “[...] The work being undertaken today in museums should consider opportunities for collaboration with communities of origin over the whole range of a museum’s tasks when caring for collections from colonial contexts. [...]” (Deutscher Museums Bund, 2021, p. 46) e “[...] collections can be conserved, curated, and researched by appropriate specialists from the communities of origin, and exhibitions can be designed in direct collaboration with representatives of communities of origin [...]” (Deutscher Museums Bund, 2021, p. 47).

---

<sup>8</sup> *Ibidem*

<sup>9</sup> Disponível em Deutscher Museums Bund - Umgang mit Sammlungsgut aus kolonialen Kontexten. Publicado em fevereiro de 2021, <<https://www.museumsbund.de/wp-content/uploads/2021/03/mb-leitfanden-web-210228-02.pdf>> (Consultado a 18/09/2023)

Os exemplos anteriormente referidos, permitem-nos apreender algumas medidas efetuadas pelos países europeus (neste caso França e Alemanha) respetivamente à valorização e salvaguarda das coleções coloniais, através do diálogo, transparência e cooperação com as comunidades locais dos bens culturais, verificando-se uma mudança do paradigma ocidental face a esta temática. Permitem-nos, também, perspetivar diversas linhas de orientação que serão úteis na Proposta de Valorização e Salvaguarda dos objetos apresentados nos capítulos seguintes.

No que respeita à restituição de artefactos ou coleções de origem não europeia, os especialistas apontam há várias décadas, segundo Ebeling (2022), para uma lacuna fulcral no que toca aos estudos e investigações pós-coloniais: a *pesquisa de proveniência* (Herkunft). Esta *pesquisa de proveniência* e a reconstrução dos itinerários percorridos pelos objetos corresponde essencialmente a pesquisa de *arquivo*, ou seja, os dados e informações referentes à recolha/aquisição, bem como transporte, encontram-se praticamente na totalidade em arquivos (e não nos museus que incorporam as peças): “[...] Most of the information about the diverse Herkunft and accompanying phenomena from the transport of non-European artifacts into European collections and museums is found – solely in archives. [...]” (Ebeling, 2022, p.8). Sem arquivos e sem o registo das transações do património cultural colonial efetuada à época, bem como a preservação desses documentos, não seria possível efetuar nenhuma *pesquisa de proveniência*.

Todavia, é também perceptível (como refere o autor) que os próprios arquivos não albergam todas as informações necessárias para a compreensão do processo completo, mostrando apenas parte da realidade, justificado pela conveniência da ocultação de diversas questões, como o método de apropriação ou aquisição dos objetos. O próprio arquivo, como local de registo e conservação de documentos, é também ele influenciado e manipulado por vários poderes (na época e atuais), mostrando ou omitindo o que se quer e pretende, escondendo e concentrando muitos interesses camuflados (Ebeling, 2022).

Nesta medida, a *pesquisa de proveniência* e a investigação biográfica dos objetos tem de contabilizar nos estudos promovidos aquilo a que se chama “rastreadibilidade”, ou seja, o que foi ou não registado sobre as coleções coloniais e a razão pela qual são escolhidos certos dados ao invés de outros. Outra questão importante nestas investigações é a

discursividade dos museus europeus com a aplicação de termos que “encobrem” as reais ocorrências do passado colonialista e as ações repercutidas na recolha destas coleções.

Outro problema colocado no debate sobre os arquivos detentores da informação colonial é a própria localização, verificando-se muitas vezes que estes locais estão inseridos nos países colonizadores, potenciando assim a parcialidade dos documentos a favor dos ideais coloniais e uma única versão dos acontecimentos. Para além desta unilateralidade no que toca à posição geográfica, os investigadores confrontam-se, por vezes, com a ausência completa de arquivos, sendo a única forma de testemunho a transmissão oral.

Por conseguinte, o conceito “arquivo” teria de alterar-se e abranger metodologias que, numa primeira instância, não são reconhecidas com um rigor preciso, possibilitando a incorporação de outros dados e confrontação com os já existentes, dando palco ao olhar do “Outro”: “[...] seeking the Other of the archive and confronting the archive with its Other [...]” (Ebeling, 2022, p.13).

No artigo *The Paperless Archive. Recasting Benin Collections as a Displaced Archive* (Hertzog *et al.*, 2022) verificamos novamente a reflexão sobre o papel dos arquivos no estudo de proveniência das coleções etnográficas coloniais e a contribuição para a sua descolonização. Utilizando como exemplo o projeto intitulado Swiss Benin Initiative, que visa uma investigação sobre a origem dos artefactos de Benim presentes na Suíça, com a colaboração de oito museus públicos<sup>10</sup> (um trabalho interdisciplinar com profissionais e comunidades envolvidas, cujo objetivo futuro será uma tomada de decisão fundamentada e sustentada através da *pesquisa de proveniência*, face às coleções saqueadas pelo exército britânico em 1897). Dentro das estratégias apresentadas, é referida, tal como no artigo anterior, a necessidade de um olhar crítico face à documentação arquivística e museológica sobre as peças em questão: quem as produziu, que dados contêm, onde se inserem (nos países colonizadores ou colonizados), que perspetivas relatam (Benim é muitas vezes indicado como uma sociedade “extinta”, cujos bens culturais deveriam ser salvaguardados, demonstrando a intervenção suíça no projeto colonial – apesar de não ter possuído colónias – e os arquivos constituídos neste panorama, guiados por padrões imperialistas).

---

<sup>10</sup> Disponível em Artdependence Magazine – The Swiss Benin Initiative: Research and Dialogue with Nigeria. Publicado em 6 de fevereiro de 2023, <<https://www.artdependence.com/articles/the-swiss-benin-initiative-research-and-dialogue-with-nigeria/>> (Consultado a 18/09/2023)

Outra estratégia apresentada culmina na digitalização e divulgação pública dos arquivos inerentes às coleções, permitindo o conhecimento geral da comunidade sobre estas peças e desmantelando, em certa medida, os poderes concentrados, possibilitando a cooperação de novos olhares e perspectivas, assim como a democratização e transparência da documentação (Hertzog *et al.*, 2022).

De maneira a descolonizar os museus de forma assertiva, assim como os arquivos, a disponibilidade para o diálogo e cooperação entre as populações autóctones e as instituições é fundamental, sendo este facto espelhado em diversos projetos como *Archives Vivantes* (ENS Lyon)<sup>11</sup> – referente à incorporação de perspectivas de artistas e profissionais ligados à cultura do Benim e do Senegal. As fotografias e registos produzidos pela missão Dakar-Djibuti entre 1931 e 1933 ou a exposição intitulada *Re: Entanglements: Colonial Collections in Decolonial Times*<sup>12</sup> no Museu de Arqueologia e Antropologia em Cambridge, apresentam uma visão de membros da comunidade sobre os levantamentos antropológicos realizados no início do século XX, elaborada através do projeto *Museum Affordances* (Hertzog *et al.*, 2022).

Por conseguinte, ambas as iniciativas conseguiram uma reflexão crítica sobre os arquivos produzidos na época das missões científicas, contabilizando o olhar do “Outro” sobre os documentos produzidos num âmbito de superioridade e domínio, muitas vezes parciais e com apenas um lado da História.

Outra questão referida por Hertzog *et al.* (2022) é aquilo a que se chama “direito de resposta”, abordado pela declaração *Right of Reply - Indigenous Rights in Data and Collections* (em português *Direito de Resposta - Direitos Indígenas em Dados e Coleções*) publicada em 2021. Este “direito” atribuído aos indígenas possibilita a contestação dos dados nos documentos localizados em instituições como arquivos, museus e bibliotecas, permitindo dar voz às comunidades colonizadas e projeção à sua visão sobre as coleções (nomeadamente em bens culturais sensíveis como artefactos sagrados ou registos fotográficos de antepassados) (Hertzog *et al.*, 2022).

---

<sup>11</sup> Disponível em OpenEdition Journals – Archives vivantes: Regards africains sur quelques objets de la mission Dakar-Djibouti. Publicado em 2022, <<https://journals.openedition.org/ateliers/15944?lang=fr>> (Consultado a 18/09/2023)

<sup>12</sup> Disponível em University of Cambridge - [Re:] Entanglements: Colonial Collections in Decolonial Times. Publicado a 22 de junho de 2021, <<https://re-entanglements.net/exhibition/>> (Consultado a 18/09/2023)

Para a comunidade de Benim, as peças representam em si mesmas um arquivo. Os documentos associados aos artefactos não são significativos em dados historiográficos, ao contrário do que acontece com os objetos, que detêm gravados os eventos históricos e as principais tradições da sociedade de Benim (as peças de bronze tinham sido encomendadas para o registo dos eventos cerimoniais como coroações, batalhas mais significativas, a vida da corte ou a chegadas de povos estrangeiros como holandeses e portugueses, admitindo uma cronologia de oitocentos anos de acontecimentos gravados).

Este é um claro exemplo de como a restituição destas coleções aos países de origem apreende um significado muito mais amplo e complexo do que a simples devolução das peças, admitindo também a reposição de arquivos perdidos e o conhecimento das comunidades autóctones da própria história e cultura, tal como é afirmado por Kokunre Agbontaen-Eghafona (professor de Antropologia da Universidade de Benim): “[...] “We know that they are our documents, that was how we preserved our history. The plaques, especially the plaques, were like a book.” [...]” (Hertzog *et al.*, 2022, p. 19).

A inacessibilidade a estas placas de bronze inviabiliza o autoconhecimento nacional, pois perpetua lacunas quer a nível patrimonial, quer a nível identitário (não esquecendo que os próprios museus também não conseguem decifrar as informações contidas nos artefactos que conservam e as populações naturais apenas adquirem informação de historiadores ocidentais, baseando-se na parte material e estética das peças e não nas narrativas transmitidas). Assim, a *pesquisa de proveniência* é o primeiro passo, em certa medida, para o retorno destas peças ao local de origem e a reposição cultural, patrimonial, histórica e identitária dos descendentes e herdeiros de Benim (Hertzog *et al.*, 2022).

No artigo *Documenting Coloniality. From Absent Information to Narrative Provenance* (Bachmann *et al.*, 2022) são espelhados, novamente, as barreiras e hiatos encontrados no registo de coleções etnográficas coloniais, presentes nos museus ocidentais. Movidos pelas correntes de conhecimento da época, imbuídas no espírito colonial, muitos arquivos associados a esta tipologia de objetos apresentam uma narrativa eurocêntrica, parcial e unilateral, dando primazia a certas informações em detrimento de outras. Bachmann *et al.* (2022) aborda que a padronização dos sistemas de inventário e bases de dados utilizados nos museus, impossibilita, muitas vezes, a indicação de ausência documental, bem como a incorporação das complexas abordagens de aquisição. As categorias e campos de preenchimento para a catalogação e inventariação têm origem nas áreas das

ciências naturais, perspetivando o artefacto como algo objetivo e não conservando os processos complexos de aquisição nem os intervenientes envolvidos no mesmo.

Para efetuar uma *Pesquisa de Proveniência* completa, fundamentada e abrangente, as perguntas colocadas deverão ser as seguintes: “[...] objects exchanged (what), people involved (who), way of acquisition (how) and historical context (when and where). [...]” (Bachmann *et al.*, 2022, p. 23), ou seja, **quais** os objetos recolhidos, quem são as **pessoas envolvidas** no processo de aquisição, o contexto histórico em que ocorreu – **quando** e **onde** – e **como** foi efetuada a recolha. Estes campos deverão ser incluídos em bases de dados detalhadas, para não existir o erro das informações adquiridas serem, à semelhança do que acontecera anteriormente, padronizadas pelos sistemas existentes. Outro problema que se coloca quando se procura dar resposta às questões assinaladas, é a denominação e identificação das pessoas envolvidas que são negligenciadas pelos arquivos e documentação (normalmente, as comunidades colonizadas).

Bachmann *et al.* (2022) questiona: “[...] how do we document missing names and identities? How do we make unknown people known again? [...]” (2022, p. 24), ou seja, como são representadas e se dão a conhecer pessoas originalmente e documentalmente desconhecidas? Ou que são referidas somente pela sua nacionalidade como “africanos da aldeia x” ou “indígenas brasileiros da tribo y”. A *pesquisa de proveniência* também contribuiu, deste modo, para uma tentativa de colocar fim à “invisibilidade” das populações visadas, perpetuada pelos sistemas coloniais nos documentos e arquivos de museus, admitindo, todavia, diversos obstáculos. Uma forma apresentada por Bachmann *et al.* (2022) é a referência dos atores envolvidos, mesmo desconhecidos e sem nome, nas bases de dados, demonstrando, pelo menos, a existência desses intervenientes.

No que toca à forma como foi adquirido o objeto, os museus detêm, na maior parte das vezes, a descrição de aquisição por parte da instituição. No entanto, anteriormente à chegada do artefacto, não existe qualquer conhecimento, perdendo-se todo o percurso da peça desde a efetiva proveniência até ao destino final. Por conseguinte, a *pesquisa de proveniência* deverá ter em conta e documentar, quanto possível, todo o processo de aquisição (tarefa que se revela muitas vezes difícil), adicionando ainda o contexto (quando e onde) de forma a incorporar o panorama colonial inerente às aquisições (negligenciado nas documentação dos arquivos e museus).

Por fim, classificar as peças com base na ética e moral dos processos de aquisição, tendo em vista uma avaliação (consequentemente fundamentada e documentada) de cada mudança de possuidor numa escala de “não problemático”, “legal”, “problemático” e “ilegal”, contribuiria para uma descolonização dos arquivos. Tal como Bachmann *et al.* (2022) afirma: “[...] Doing provenance research and documenting the history of its own collection is a responsibility of the museum. [...]” (2022, p. 25) , ou seja, a *Pesquisa de Proveniência* é, não só, uma necessidade, mas uma responsabilidade dos museus.

Em Portugal, a *Pesquisa de Proveniência* e o estudos das coleções não europeias inseridas nos museus nacionais, à semelhança do que acontecera na Europa, começou a dar os primeiros passos. O já mencionado Projeto “TRANSMAT - *Materialidades transnacionais (1850-1930): reconstruir coleções e conectar histórias*”<sup>13</sup>, tem como principal objetivo o estudo das coleções comparativas (quer arqueológicas de diversos pontos geográficos como Grécia ou Egipto, quer etnográficas de origem colonial, pertencentes aos conotados “selvagens contemporâneos”) no Museu Nacional de Arqueologia em Belém e no Museu Municipal Santos Rocha localizado na Figueira da Foz (Pereira *et al.*, 2021).

Segundo o artigo *Documentar coleções e reconstituir histórias: contextos e perspetivas de investigação do projeto TRANSMAT*, o projeto tentará dar resposta a diversas questões cruciais na perceção e compreensão dos processos de aquisição e constituição das coleções estrangeiras: Que objetos foram recolhidos e quais os significados assumidos ao longo do percurso? Quem os recolheu e em que contexto? Como e porque chegaram a Portugal? Num panorama internacional onde se debate e reflete sobre os papéis dos museus no processo de “descolonização”, é imperativo “[...] documentar o património transnacional dos museus para entender, em primeiro lugar, a história das instituições, e também em que medida os seus objectos estão ou não associados a equilíbrios assimétricos de poderes [...]” (Pereira *et al.*, 2021, p. 182), de forma a permitir o conhecimento do património cultural estrangeiro tutelado pelas instituições portuguesas.

Os estudos referidos contextualizam e explicam a metodologia aplicada pelos países europeus no âmbito da *Pesquisa de Proveniência*. Muitas dessas publicações refletem, também, as dificuldades emergentes durante a investigação, desafios esses com as quais

---

<sup>13</sup> Financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (PTDC/FER-HFC/2793/2020)



nos deparamos: a tipologia de documentação, que muitas vezes negligencia o olhar do “Outro”, o local onde estão incorporados os arquivos, maioritariamente nos países colonizadores, quem produziu os documentos analisados, tendo em vista a narrativa contada numa visão europeísta, omitindo inúmeras informações imprescindíveis para a compreensão das coleções. Verificamos, ainda, a explicação do primeiro projeto a nível nacional – TRANSMAT – que aplica a *Pesquisa de Proveniência* para a compreensão das coleções não europeias, constituídas no final do século XIX, início do século XX, no Museu Nacional de Arqueologia e no Museu Municipal Santos Rocha, crucial para a contextualização da presente dissertação, efetuada no âmbito desta investigação.

## Metodologia

Como percecionamos anteriormente, os objetos estrangeiros de natureza arqueológica ou etnográfica, adquiridos para efeitos de comparação com os artefactos caracterizadores do “Homem Português”, derivavam de distintos pontos geográficos, quer de países europeus, quer das ex-colónias ultramarinas administradas por Portugal.

Nesta medida, e tendo em vista o vasto número de peças tuteladas pelo MNA, admitimos um enfoque na coleção etnográfica, pertencentes ao conotados “selvagens contemporâneos”, ou seja, às efetivas comunidades autóctones das ex-colónias portuguesas. Os três casos escolhidos para a aplicação da metodologia analítica – uma panela Cocron pertencente ao grupo étnico brasileiro Kaingang, uma máscara africana da região dos Dembos e uma coleção doada por Alberto Osório de Castro – pertencem à coleção etnográfica não europeia, hoje inserida das Reservas Etnográficas do museu.

Os objetos identificados são analisados com base nas premissas da *Pesquisa de Proveniência/ Provenance Research*, já caracterizada na secção do “Estado da Arte”, com o intuito de responder às seguintes questões: Qual o significado atribuído ao objeto ao longo do seu percurso? Qual a origem/proveniência do objeto? Quem recolheu/adquiriu o objeto e finalidade desta mesma ação? Qual o contexto da aquisição? Porque foi o objeto doado/oferecido/adquirido pelo Museu Nacional de Arqueologia? Estas questões vão ao encontro da metodologia referenciada por Bachman, Marta Lourenço e Guessner.

Para solucionarmos as questões enunciadas utilizamos uma tabela constituída para o projeto TRANSMAT, baseada na proposta de documentação de coleções de Marta

Lourenço e Samuel Guessner<sup>14</sup>. A tabela divide-se em seis grandes campos (*Descrição Material do Objeto; Princípios de Funcionamento; Contextos de descoberta-uso; Biografia do Objeto; Imagens e Bibliografia*), constituídos cada um por vários subcampos, permitindo uma descrição mais detalhada dos objetos em questão.

Na fase inicial da investigação, efetuou-se o preenchimento primário dos campos da tabela com a *Base de Dados da Coleção Colonial*<sup>15</sup>, disponibilizada pelo Serviço de Inventário do Museu Nacional de Arqueologia. Esta base de dados, em formato Word, consiste na compilação da informação registada por José Leite de Vasconcelos, aquando da inventariação dos artefactos.

Deste modo, coligiram-se algumas características das peças mencionadas, nomeadamente: o **número de inventário**, a **designação**, a **descrição**, a **matéria**, as **dimensões**, a **proveniência**, a **existência de ficha de inventário do Sistema Matriz**<sup>16</sup>, a **localização** em que se encontrava a peça na instituição museológica (em exposição ou nas reservas) e **observações**.

O campo das observações, referia, por norma, o **número de entrada do objeto**, o **doador/comprador**, a **data** dessa doação/compra e, em alguns casos, o número d' *O Arqueólogo Português*, que mencionava a recolha do artefacto.

A tabela TRANSMAT é completada primeiramente com a informação registada nesse documento word, permitindo o preenchimento dos seguintes campos: na área denominada *Descrição Material do Objeto*, foram transcritas as informações para os subcampos *Nº de Inventário; Nº de Entrada; Descrição/Partes Constituintes; Medidas (tamanho e peso)* e *Materiais*. No terceiro campo – *Contexto de descoberta-uso* – o subcampo *País* conseguiu ficar preenchido, à semelhança do designado *Possuidores* (já inserido no quarto campo *Biografia do Objeto*). Esta tarefa demonstrou a necessidade da adição de alguns campos à tabela originalmente concebida para o estudo das coleções transnacionais.

---

<sup>14</sup> Estes campos foram definidos de acordo com a proposta elaborada por Marta Lourenço e Samuel Guessner no artigo «*Documenting Collections: Cornerstones for More History of Science in Museums*», publicado na revista *Sci & Educ* (2014) 23:727–745.

<sup>15</sup> Agradece-se aos vários funcionários do Museu Nacional de Arqueologia toda a informação e disponibilidade para ajudar a enquadrar este trabalho.

<sup>16</sup> Sistema de inventário utilizado pelo MNA que contém um maior detalhe dos objetos em questão.

Ao longo da incorporação dos dados, existiu a necessidade de aumentar o número de colunas na secção *Descrição Material do Objeto*, sendo constituídas mais três: *Nº de Entrada*, *Matriz* e *Designação*. A coluna *Nº de Entrada* seria destinada ao número fornecido para cada objeto, aquando da entrada na instituição, complementando a informação do *Nº de Inventário*. A coluna seguinte, designada *Matriz*, indicar-nos-ia a existência de uma ficha de inventário para o artefacto efetuada nesse mesmo sistema (possibilitando a sua análise para o fornecimento de dados) e a coluna *Matriz Net*<sup>17</sup> permitia perceber a divulgação dessa mesma ficha matriz de forma pública<sup>18</sup>.

A coluna *Designação* corresponde à denominação objetiva do artefacto, anterior à coluna *Partes Constituintes* (de forma exemplificativa, no campo *Designação* teríamos o vocábulo “copo” e no campo *Partes Constituintes* teríamos “copo de metal amarelo, com incisões artísticas que representam figuras humanas e outros motivos ornamentais.”).

Na terceira secção da tabela, ou seja, *Contextos de descoberta-uso*, foram acrescentadas mais duas colunas intituladas de *Proveniência* e *País*, local onde seriam inseridas as origens dos objetos transnacionais de uma amplitude geográfica maior para uma localização mais específica (por exemplo, na coluna *Proveniência* seria referido “África” e na coluna *País* estaria indicado “Angola, Seles, Novo Redondo”). O documento continha, por vezes, proveniências imprecisas (em alguns casos a denominação dos povos de origem, noutros o país ou a região), culminando na necessidade de uma uniformização deste campo.

O processo de ajustamento da tabela TRANSMAT foi ocorrendo em simultâneo com o seu preenchimento com informações de modo que, terminada esta primeira fase, a tabela já contabilizava mais de quinhentos artefactos, somente baseado no documento word fornecido pelo Museu e designado como Base de Dados Colonial. De seguida iniciou-se uma nova fase do projeto, relativa ao preenchimento da tabela de forma mais detalhada, recorrendo às fichas de inventário do Sistema Matriz (mais completas que os verbetes primários).

---

<sup>17</sup> Designação associada ao «catálogo coletivo on-line dos Museus da administração central do Estado Português, tutelados pela Direção-Geral do Património Cultural, pelas Direções Regionais de Cultura do Norte, Centro e Alentejo, assim como pela Parques de Sintra – Monte da Lua», permite o acesso a informação selecionada sobre mais de 100.000 bens culturais móveis. Matriz Net <<http://www.matriznet.dgpc.pt/matriznet/Apresentacao.aspx>> (Consultado a 18/09/2023)

<sup>18</sup> As fichas de inventários do sistema Matriz, utilizado pelos funcionários da instituição, não correspondem totalmente às fichas que acedemos através do *MatrizNet*, disponíveis online.

O subcampo denominado *Descrição* foi reestruturado com a informação destas novas fichas, por norma mais extensa e pormenorizada, assim como as seções de *Inscrições* e *Ornamentos* (pois possibilitava um preenchimento destas áreas até então incompletas).

A *Data de Entrada*, o *Estado de Conservação* e a *Condição Atual* conseguiram ser preenchidos nesta etapa. Aos subcampos designados *Medidas (tamanho e peso)* e *Materiais* foram adicionados dados mais concretos, por comparação com os da primeira base de dados. Outro problema emergente correspondeu à unidade de medida dos verbetes de inventário – metro – para o do Sistema Matriz – centímetro – sendo adotado este último, com o intuito de uniformização.

No terceiro grande campo *Contextos de descoberta-uso*, os subcampos Proveniência e País (complementares) também foram, em alguns casos, enriquecidos com informação mais específica geograficamente, permitindo uma maior precisão referente à origem das peças.

Na secção número quatro – *Biografia do Objeto* – não existiu grande alteração, pois os nomes dos doares/compradores, a respetiva data, bem como o local, já se encontravam descritos no verbete de inventário (tendo em vista os que continham esta informação).

Os campos da ficha TRANSMAT que mais beneficiaram com as fichas de inventário do Sistema Matriz foram o quinto e o sexto, correspondentes a *Imagem* e *Bibliografia*. Sendo o Sistema Matriz uma plataforma digital, albergava nos seus ficheiros fotografias digitalizadas dos objetos em questão, espelhando uma ferramenta indubitavelmente importante para o estudo das coleções transnacionais, permitindo o registo visual dos artefactos, complementando a descrição transcrita. Também neste sistema, encontrávamos fontes historiográficas e obras bibliográficas remetentes para as peças, o que viria a auxiliar a análise e investigação executadas futuramente.

O único grande campo preenchido posteriormente à efetiva investigação neste estudo, ou seja, à conotada *Pesquisa de Proveniência*, seria o intitulado *Princípios de Funcionamento* – constituído pelos subcampos *Itens que partilhem o mesmo princípio; Explicação Científica do seu significado e/ou princípios de funcionamento* e *Forma genérica de Utilização (no passado e se, aplicável, atualmente)*, pois ainda não existiam dados suficientes com as bases de dados consultadas.

Outra etapa, dentro desta fase do trabalho, foi a constituição de uma ligação digital entre as imagens descarregadas e a tabela no subcampo *Link para imagem do Objeto* (pertencente ao campo **Imagens**), de modo a facilitar a procura das mesmas, após a inserção das informações.

Nesta medida, foi atribuída a cada fotografia o número de inventário do objeto em questão. Para exemplificar, o Bastão com o número de inventário **ETNO 2022.5.74** tinha quatro fotografias correspondentes na ficha de inventário do Sistema Matriz. Assim, cada imagem foi descarregada com o complexo ETNO 2022.5.74 (X), sendo o X o número 1 (primeira fotografia), 2 (segunda fotografia), 3 (terceira fotografia) ou 4 (quarta fotografia).

Ainda no âmbito das fotografias representativas das coleções transnacionais, foi digitalizado um conjunto de dezasseis documentos pertencentes ao Arquivo Histórico Fotográfico do Museu Nacional de Arqueologia, demonstrando as peças em exposição (situação anterior ao armazenamento nas reservas). Por conseguinte, foi feita uma tentativa, que se revelou bem sucedida, de interligar os artefactos inseridos na tabela TRANSMAT com estas fontes históricas, criando também um link no subcampo anteriormente mencionado. Todavia, as imagens teriam a necessidade de ser distintas na sua designação, de forma a diferenciar a origem das mesmas: Sistema Matriz ou Arquivo Fotográfico do Museu Nacional de Arqueologia. Deste modo, foi criada uma sigla para os documentos que eram oriundos do arquivo da instituição: AF.MNA.X (Arquivo Fotográfico. Museu Nacional de Arqueologia. número da fotografia).

Para além dos Verbetes primários elaborados por José Leite de Vasconcelos, incorporados na *Base de Dados da Coleção Colonial* (referida anteriormente), bem como as Fichas de Inventário presentes no Sistema Matriz, existiu ainda a análise de outras fontes historiográficas pertencentes ao MNA, como o Livro de Entradas e *O Archeologo Português*, tendo em vista uma maior aquisição de dados referentes à coleção etnográfica. Posteriormente à incorporação da informação dos documentos referidos nos campos da tabela TRANSMAT, passaríamos à segunda fase deste estudo: a *Pesquisa de Proveniência*.

Depois de recolhidas e incorporadas na Tabela TRANSMAT todas as informações existentes sobre a coleção etnográfica no Museu Nacional de Arqueologia (Verbetes de

Inventário, Livro de Entradas, *O Archeologo Português e o Sistema Matriz*<sup>19</sup>) iniciámos a «*Pesquisa de Proveniência*», através do nome do doador (protagonizando um dado fundamental para compreender o contexto de proveniência e de aquisição das peças que integram a coleção).

Em Portugal, o conceito “*Pesquisa de Proveniência*” encontra-se, atualmente, numa fase embrionária, sendo difícil encontrar bibliografia nacional referente ao tema em questão. Todavia, noutros países europeus – *Provenance Research* – é uma terminologia utilizada aquando dos estudos das origens das coleções que integram os núcleos museológicos (demonstrado no capítulo Estado da Arte).

No que respeita às coleções etnográficas não europeias, não existe, inúmeras vezes, o conhecimento efetivo do modo de aquisição dos artefactos (por norma, recolhidos em contextos de desequilíbrio de poder, com a obtenção dos objetos por meios violentos e ilegais), bem como os intervenientes envolvidos no processo de recolha, transporte e doação/compra/venda até à efetiva incorporação nas instituições museológicas. Nesta medida, têm existido um esforço por parte dos museus ocidentais (Bélgica, Alemanha, França, Estados Unidos, Suíça, etc.) para responder a estas questões emergentes, sendo descritas, juntamente com a ficha de inventário do objeto, as informações do doador e o contexto de aquisição, fotografias que incluam o artefacto em exposição noutras épocas do Museu e objetos associados ao mesmo (que partilhem a mesma morfologia, funcionalidade ou proveniência).

O *National Museum of African Art* em Washington, DC protagoniza um exemplo que aplica a *Pesquisa de Proveniência* para perceber “[...] the history of the ownership of a work of art [...]”<sup>20</sup>. Concluiu que a história da propriedade de uma obra de arte é fundamental para a compreensão do processo de entrada no museu “[...] Such research is fundamental to the process by which any work of art, either through gift or purchase, enters the collection. [...]”<sup>21</sup>.

---

<sup>19</sup> Estas foram as fontes e a informação a que a equipa do projeto TRANSMAT teve acesso no Museu Nacional de Arqueologia. Não foi possível ter contacto visual com todos os objetos da coleção etnográfica que se encontrava em reserva.

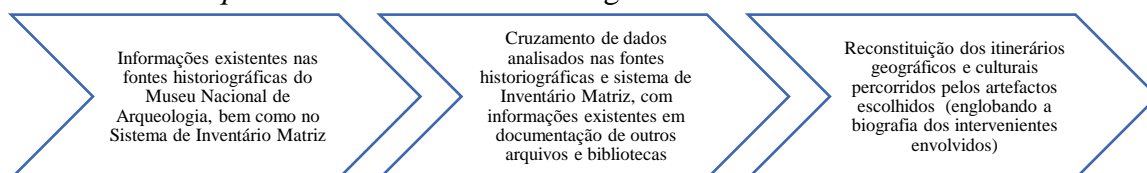
<sup>20</sup> Disponível em Smithsonian National Museum of African Art - Provenance at the National Museum of African Art. Publicado em 2021, < (<https://africa.si.edu/research/provenance-at-the-national-museum-of-african-art/>) > (Consultado a 18/09/2023)

<sup>21</sup> *Ibidem*

Fazendo parte da Instituição Smithsonian, o *National Museum of African Art* tem em consideração os padrões legais na tomada de decisões referentes às obras de arte implicadas, bem como o empenho em estabelecer parcerias com museus e outros parceiros do continente africano, através de consórcios e colaborações, permitindo um permanente diálogo intercontinental e cultural.

Por conseguinte, o presente estudo insere-se, como foi referido anteriormente, no Projeto TRANSMAT, partilhando objetivos comuns, fazendo uso da metodologia adotada pelo mesmo projeto. Todavia, e tendo em vista o universo alargado de peças que constituem as coleções, foram escolhidos os três casos já referidos anteriormente. A escolha destes objetos prende-se pelo facto de existir documentação associada aos mesmos, nomeadamente no Epistolário de José Leite de Vasconcelos (também ele inserido no MNA), englobando a correspondência trocada entre o fundador do Museu e diversos doadores, espelhando uma fonte riquíssima para a perceção da dinâmica e redes de contacto na aquisição dos artefactos. Nesta medida, poderíamos alcançar um maior conjunto de informação face aos itinerários percorridos pelos objetos e respetivos intervenientes, ao invés do que aconteceria com um artefacto que estivesse associado a poucas fontes historiográficas. A correspondência permitiu a emergência de diversos atores que não constavam nas fontes primárias do MNA (como os Verbetes de Inventário ou o Livro de Entradas). Ao escolhermos dois artefactos individuais e uma coleção, evidenciámos as diferenças da aplicação da *Pesquisa de Proveniência* num caso particular ou num conjunto de objetos, bem como as dinâmicas inerentes aos processos de recolha.

Aquando da finalização da análise destes documentos, existiu a necessidade de nos dirigirmos a outras instituições, tais como a Biblioteca Nacional de Portugal, o Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea (que abrange o espólio da família Osório de Castro, importante no caso da panela Cocron e da coleção doada por Alberto Osório de Castro), o Arquivo Histórico Militar (que concentra o espólio particular de David Magno, interveniente no caso da máscara dos Dembos), o Arquivo Histórico Ultramarino, Sociedade de Geografia, Biblioteca da Procuradoria-Geral da República e Biblioteca do Museu Nacional de Etnologia. De uma forma esquemática, o processo de investigação utilizado na *Pesquisa de Proveniência* foi o seguinte:



## Estrutura

O presente estudo dividir-se-á em seis capítulos. O primeiro capítulo intitulado *O Museu Nacional de Arqueologia em contexto*, direciona-se para a evolução historiográfica do Museu Nacional de Arqueologia (fundado como Museu Etnográfico Português em 1893), bem como a constituição das coleções transnacionais para método comparativo. Possibilitará um conhecimento das diferentes etapas da instituição museológica ao longo destes cento e trinta anos de existência, englobando as respetivas mudanças e permanências de carácter geral para particular, ao nível das coleções transnacionais europeias documentadas.

O segundo capítulo *As materialidades em estudo: a panela Cocron, a máscara dos Dembos e a coleção doada por Alberto Osório de Castro*, destinado aos diferentes casos de investigação, determina o conhecimento do itinerário geográfico e cultural dos objetos referidos, bem como os traços biográficos dos intervenientes envolvidos. Através da *Pesquisa de Proveniência* aplicada, recorrendo a fontes historiográficas primárias e secundárias, tentará dar resposta às principais questões do presente estudo: o significado/funcionalidade do objeto, a proveniência do artefacto, o recolector/doador do bem cultural, o contexto da aquisição da peça e a razão da incorporação do objeto no Museu Nacional de Arqueologia.

O terceiro capítulo *Proposta de Salvaguarda dos objetos estudados*, tal como o título indica, corresponde a uma proposta de salvaguarda patrimonial, baseada na legislação nacional e internacional (Lei de Base do Património Cultural, Lei Quadro dos Museus Portugueses, O Código Deontológico do ICOM para os Museus) que permita a valorização dos bens culturais documentados, assim como uma cooperação entre diversas entidades e instituições, tendo em vista a complexidade e sensibilidade dos mesmos, no que respeita à sua origem e aquisição, incluindo a perspectiva e olhar do “Outro” nas narrativas museográficas.

Os quarto, quinto e sexto capítulos destinam-se às considerações finais, bibliografia e anexos, sendo expostas as conclusões alcançadas com a investigação efetuada, demonstrando os pontos convergentes entre os três casos analisados, bem como as respetivas divergências. São também identificados os arquivos e bibliotecas recorridos, as fontes historiográficas e bibliografia consultadas para a concretização deste trabalho.



# 1. O Museu Nacional de Arqueologia em contexto

## 1.1 Constituição e evolução

Corria o ano de 1893, quando foi criado o *Museu Etnographico Português*, mediante decreto do Ministro das Obras Públicas, Comércio e Indústria, Bernardino Luiz Machado Guimarães (juntamente com João Franco), no dia 20 de dezembro: “[...] É organizado um museu denominado Museu Etnographico Portuguez, que sirva em parte como que desenvolvimento do museu de anthropologia, instalado na Commisão dos Trabalhos Geologicos [...]” (Vasconcellos, 1915, p.284).

O fundador e primeiro diretor do museu – José Leite de Vasconcelos – tinha como objetivo a constituição de um instituto que “[...] pela exposição permanente de objetos respetivos a todas as ephocas da nossa civilização [...]”, contribuísse para “[...] o conhecimento das origens, vida e caracteres do povo português. [...]” (Vasconcellos, 1915, p.91). Segundo o primeiro artigo do documento, seriam introduzidas, à priori, duas secções: “[...] a) Secção archeologica, compreendendo monumentos desde os tempos prehistoricos até o século XVIII [...]” e “[...] b) Secção moderna. Cada uma d`estas secções dividir-se-há ainda em subsecções. [...]” (Vasconcellos, 1915, p.284), nas quais ficariam incorporados os “[...] objetos que existem espalhados pelos diversos estabelecimentos do estado sem fazerem parte integrante das colleccões respetivas aos mesmos (...) nomeadamente o Museu do Algarve, provisoriamente depositado na Academia de Bellas Artes [...]” (Vasconcelos, 1915, p.284).

As coleções particulares de Leite de Vasconcelos e o núcleo arqueológico de Estácio da Veiga seriam os constituintes iniciais do museu, cuja primeira morada foi o edifício da *Academia Real das Sciencias de Lisboa* (Raposo, 2007, p.1).

Posteriormente, também viriam a fazer parte integrante do museu “[...] todos os objetos, ou cópias (photographias, moldes, desenhos, etc.), que se puderem obter, quer por compras, dadivas, depósitos, quer diretamente. [...]” (Vasconcellos, 1915, p.284).

A instituição foi aberta ao público a 22 de abril de 1906, no âmbito comemorativo do Congresso da Medicina, já instalada no Mosteiro dos Jerónimos (foram doadas as salas e a mobília do extinto Museu Industrial, devido ao aumento do número de objetos incorporados). A execução de um catálogo impresso e a publicação ilustrada dos materiais existentes eram objetivos pretendidos para estimular o interesse público: “[...] O Museu

Ethnographico terá catalogo impresso, e poderá fazer, ou facultar á iniciativa particular, uma publicação illustrada dos materiaes existentes no Museu, com o fim de os tornar conhecidos e de despertar interesse no publico. [...]” (Vasconcelos, 1915, p. 284).

Os ideais educativo-pedagógicos do Museu ficaram expressos nas primeiras linhas do decreto fundador: “[...] Um museu ethnographico, onde esteja representada a parte material da vida de um povo, as suas industrias, os seus trajos, os seus usos, etc. tem grande valor educativo. [...]” (Vasconcelos, 1915, p. 283).

Os valores históricos e artísticos, por sua vez, estavam determinados no preâmbulo do mesmo decreto:

“[...] Em relação à história, serve elle para ministrar documentos de toda a ordem, pelos quaes se apreciarão melhor (...) assim em globo os caracteres d’esse povo, e as relações d’ elle com os outros tanto no presente como no passado. (...) Quanto às artes, contribue para que ellas se aperfeiçoem, porque é só quando o artista allia ás impulsões do seu genio e á largueza do seu estudo a inspiração nas tradições do paiz, que produz obras verdadeiramente de cunho. [...]” (Vasconcellos, 1915, p.283).

Estes propósitos espelhavam o esforço efetuado por Leite de Vasconcelos para impulsionar o espírito patriótico, académico e nacionalista (característico das linhas ideológicas da segunda metade do século XIX).

Em 1897, a denominação do Museu sofreu um ajuste: transitou de “*Etnográfico*” para “*Etnológico*”, pois procurava caracterizar e definir o “Homem Português”, através do estudo da Antropologia, Etnografia e Arqueologia nacionais (Vasconcelos, 1915, p.119).

O órgão científico subjacente ao Museu Etnológico Português – a revista *O Archeologo Português* – emergiu em janeiro de 1895 e tinha como objetivo: “[...] indicar aos seus leitores as obras que sahirem a lume, no país ou lá fora, sobre as antiguidades nacionais (...) [...]” (Vasconcelos, 1915, p.88). Propunha-se, igualmente, publicar “[...] muitos outros artigos que importem aos especialistas, a respeito de biographias de archeologos portugueses notáveis, de museus públicos e particulares, da maneira de organizar collecções archeologicas, de tirar decalques de inscrições, etc. [...]” (Vasconcelos, 1915, p.88). Até ao presente, foram editadas cinco séries da mencionada revista, sendo os primeiros trinta volumes publicados sob a atividade do fundador.

Leite de Vasconcelos permaneceu na direção do Museu até à cessação do tempo permitido para funções, no ano de 1929, tendo depois transitado para diretor honorário. Seguidamente, Manuel Heleno (1894 – 1970) assumiria a direção, emergindo como a segunda figura mais notável no trajeto da instituição. Historiador de formação, visava constituir uma matriz histórico-cultural, nacional e imperialista (convergente com o espírito governativo do Estado Novo), culminando numa prevalência significativa da área da arqueologia, face às outras seções museológicas. Posteriormente, o terceiro diretor - Fernando de Almeida - demarcar-se-ia pela modernização dos espaços expositivos no final da década de sessenta do século XX, assim como pela instalação de estruturas laboratoriais e a constituição de um serviço educativo no museu.

A instituição contou com mais cinco diretores: Manuel Viegas Guerreiro (1974-1975); João Manuel Beirão Oleiro (1975-1977), Francisco Alves (1980-1996); Luís Raposo (1966-2012) e António Carvalho (2012 até à atualidade).

Entre 1965 e 1990, o museu veio a sofrer uma nova alteração na nomenclatura, passando a designar-se *Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia*. Na década de noventa a denominação voltou a mudar, desta vez para *Museu Nacional de Arqueologia do Doutor Leite de Vasconcelos*, designação que permanece até aos nossos dias (Raposo, 2007).

## 1.2 Coleção Transnacional

### 1.2.1 Denominação: permanências e mudanças

As coleções de objetos transnacionais existentes no Museu Nacional de Arqueologia, cuja constituição concerne artefactos de proveniências geográficas estrangeiras, nomeadamente do continente europeu, africano, asiático e americano, foi adquirida na sua génese como método de comparação com outras sociedades e culturas, de modo a determinar as características inerentes ao “Homem Português”. O conjunto destes artefactos sofreu alterações na sua designação, em concomitância com o processo evolutivo da instituição fundada por José Leite de Vasconcelos. Numa primeira fase, designada Secção Comparativa, englobava tal como está indicado na obra *História do Museu Etnológico Português*, quatro coleções: “[...] objectos coloniais; objectos estrangeiros antigos e modernos ; objectos vários (estante móvel com desenhos); objectos modernos que servem para explicar o passado. [...]” (Vasconcelos, 1915, p. 261). Posteriormente, através de uma publicação da autoria de Saavedra Machado, na década

de sessenta, percecionámos a repartição da antiga “Secção Comparativa” em três: Secção Egípcia, Estrangeira e Ultramarina (Machado, 1965). Já em meados na década de setenta, verificamos, através de uma entrevista efetuada a um dos funcionários mais antigos do Museu, a permanência da Sala Egípcia e a existência de uma designada Sala da “Coleção Africana”, que foi transportada para as Reservas de Etnografia, aquando da reforma protagonizada pelo diretor que entrou em funções no início da década de oitenta: Francisco Alves.

Por conseguinte, apreendemos que a denominação deste conjunto de artefactos não ficou estanque, tendo em vista que chegámos à segunda metade do século XX sem uma Secção Comparativa propriamente dita, como acontecera nos primórdios do Museu, mas sim com coleções que se foram dividindo e reestruturando ao longo do tempo. Atualmente, a coleção Egípcia encontra-se exposta, não acontecendo o mesmo com as coleções etnográficas nacionais e ultramarinas, às quais pertencia a “Coleção Africana”, mencionada na entrevista efetuada. Nesta medida, a presente investigação determina Coleção Transnacional como o grupo de objetos que foram adquiridos/doados pelo/ao Museu Nacional de Arqueologia, cuja proveniência não seja nacional, subdividindo-se em coleções arqueológicas de contextos geográficos estrangeiros (Grécia, Itália, Alemanha, Egipto, etc.) e etnográficas, representativas dos “selvagens contemporâneos” à época, recolhidas num âmbito colonial.

### 1.2.2 História

A incorporação de bens culturais provenientes de países estrangeiros, tendo em vista o estabelecimento de comparações dos artefactos nacionais com os internacionais, foi um objetivo bem definido e delineado por José Leite de Vasconcelos:

“[...] A coleção que organizei no Museu Etnológico tem por fim sobretudo, além de estabelecer comparações gerais, pôr diante dos olhos dos que visitam a secção pré-histórica exemplares etnográficos dos selvagens que ajudem a entender o modo de viver e a arte dos homens primitivos, bem como o uso de instrumentos e outros artefactos pré-históricos, ou porque muitos d'aqueles objetos são realmente supervivências do passado, ou porque, postas em condições semelhantes, as sociedades humanas podem chegar aos mesmos resultados, afastadas entre si, no tempo e no espaço [...]” (Vasconcellos, 1915, p.261).

Na obra *História do Museu Etnológico Português*, verificamos um capítulo intitulado «*Plano summario do Museu Ethnologico Português*», onde são registadas as diversas secções e subsecções existentes no ano de abertura ao público, 1906:

“[...] Este Museu, onde se expõem methodicamente elementos materiaes para que se estude e conheça a vida do povo português, consta de três secções principaes : Archeologia, Ethnographia e Anthropologia ; e de duas subsidiarias : secção colonial portuguesa (Ethnographia) e secção estrangeira (Archeologia). O Museu occupa uma ala do mosteiro dos Jeronymos (com três pavimentos e um barracão anexo) [...]” (Vasconcelos, 1915, p. 105).

Neste mesmo sumário, é possível perceber a localização das duas secções: “[...] A secção colonial portuguesa occupa uma saleta no 2º pavimento. A secção estrangeira occupa a escadaria que vai do rés-do-chão para esse pavimento. [...]” (Vasconcelos, 1915, p. 107).

Ainda nesta publicação, um outro capítulo com o título «*Visita do Museu Etnológico Português*», espelha o itinerário percorrido pelos visitantes na instituição museológica nos anos de 1910-1911. Conseguimos, por esta via, localizar a área de exposição dos artefactos das coleções anteriormente mencionadas: “[...] Vistos estes mostradores, e algumas estatuetas e outras pedras que estão no centro da sala, passará ao Gabinete colonial, onde, entre vários objectos das nossas possessões de Africa e do Oriente, se guardam alguns dos selvagens, para melhor comprehensão dos prehistoricos (uso do arco, Ídolos, amuletos, etc). [...]” (Vasconcelos, 1915, p. 115). No seguimento da descrição refere-se, depois que: “[...] No regresso do Pavimento II para o I deter-se-ha nas escadas, onde achará muitos objectos estrangeiros, de todas as idades, os quaes comparará com os nossos, para ver o parallelismo das civilizações. [...]” (Vasconcelos, 1915, p.116). Pelo sentido das descrições, fica evidente que o intuito da constituição e aquisição de coleções estrangeiras destinava-se ao método comparativo, possibilitando a identificação das semelhanças e diferenças entre o “Homem Português” e as comunidades estrangeiras.

A análise desta obra e a referência às coleções com proveniências não nacionais culminaria na Parte IV destinada ao “*Estado Atual do Museu Etnológico*” (contemporâneo à elaboração do livro no ano de 1914), com o capítulo «*Secção Comparativa*», subdividida nos seguintes segmentos: a) Coleção colonial; b) Objetos

estrangeiros antigos e modernos; c) Cousas várias; d) Comparação do presente com o passado. Conseguimos compreender a diversidade geográfica dos artefactos constituintes destas coleções (África, Oceânia, Ásia); assim como exemplos efetivos do método comparativo:

“[...] Objectos de Africa: azagaias com cabo de madeira ; armas de ferro, com lamina serpentiforme (...) De Timor: recipiente para agoa, e guarda chuva, feitos de folhas de palmeira (E. 5219 e 5218) ; modelo de uma casa lilik («tabu»: E. 5220) ; armas de cana ; objectos arcaicos de bronze, semelhantes aos prehistoricos da Europa. Dos gentios da índia guarda também o Museu alguns poucos objectos. [...]” (Vasconcelos, 1915, p.262).

Deste modo, a comparação dos objetos adquiridos dos então referidos como “selvagens contemporâneos” permitia uma melhor compreensão dos artefactos pré-históricos, considerando-se que estas civilizações estavam no mesmo estado evolutivo que os nossos ancestrais pré-históricos. Já a secção designada “Estrageira”, proveniente de países europeus como a Grécia, Itália ou Alemanha, assim como africanos (objetos Egípcios) ou da Oceânia, era menos extensa, mas: “[...] já muita lição se pode tirar do exame d'ela, quer para comparação com as nossas próprias antiguidades, quer até para instrução geral. [...]” (Vasconcelos, 1915, p.263).

A consulta dos vários volumes d`*O Archeologo Português* permitiu perceber que as coleções transnacionais tiveram início em 1895, através da primeira incorporação, concretizada por compra: “[...] Um machado de pedra polida, porvindo da India [...]” (Vasconcelos, 1895, p. 218) . A análise da revista demonstra que estas coleções foram aumentando paralelamente ao crescimento da instituição, facto justificado nos artigos publicados com o título «*Acquisições do Museu Ethnographico Portugues*», onde encontramos as referências efetuadas por José Leite de Vasconcelos (o fundador registava as incorporações de objetos provenientes de várias regiões do território nacional, bem como estrangeiros). A citação registada no terceiro volume d`*O Archeologo Português*: “[...] O Sr. Conego Marcellino de Barros ofereceu-me um raspador préhistorico de pedra polida, encontrado em Bolama (Africa) [...]” (Vasconcelos, 1895, p. 271), é exemplificativa de uma das metodologias de incorporação dos objetos estrangeiros nas coleções do Museu, podendo esta última ser realizada através de compra, de troca e de doações (caso exemplificado).

Continuando a análise bibliográfica, uma obra da autoria de João Saavedra Machado, *Subsídios para a História do Museu Etnológico*, publicada passados cinquenta anos da obra anterior, em 1965, inclui um «Itinerário da Visita» dessa época. Encontramos, no texto, uma Secção Estrangeira destinada a:

“[...] comparar o que o visitante viu, proveniente de achados e escavações em Portugal, e o similar fora de Portugal. Se contém representação etnográfica, vê-la-á na Secção Portuguesa imediata, para também comparar. Nesta mesma Secção estão expostos instrumentos usados ainda pelos primitivos do Brasil e da Oceânia. Atente na série egípcia. [...]” (MACHADO, 1965, p.390).

A Sala Portuguesa Ultramarina, referida na citação anterior era constituída por “[...] armas, utensílios, adornos, manifestações artísticas, etc., dos povos indígenas das províncias ultramarinas de Portugal. [...]” (MACHADO, 1965, p.390).

Na planta lateral, referente ao 1º Pavimento do museu Etnológico de Leite de Vasconcelos, estão localizadas as três secções mencionadas – Secção Egípcia, Secção Estrangeira e Secção Ultramarina – correspondentes às letras F, G e H. Na obra de Saavedra Machado, são feitas descrições, possibilitando uma visão pormenorizada dos mostradores e da disposição dos próprios artefactos que constituíam estas salas de exposição (MACHADO, 1965).

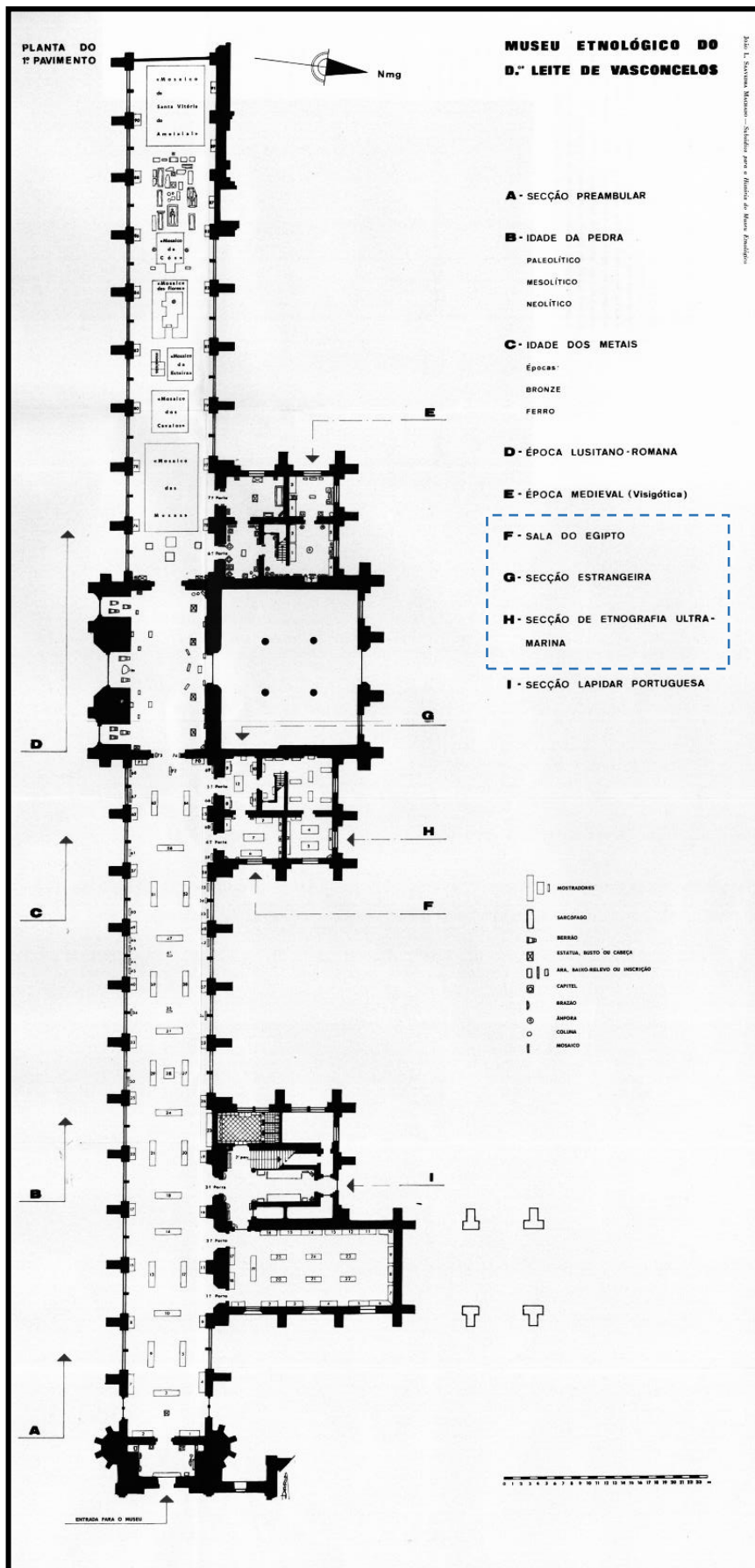


Figura 1 - Planta do 1.º Pavimento do Museu Etnológico de Leite de Vasconcelos in Machado, João L. Saavedra – Subsídios para a História do Museu Etnológico do Dr.º Leite de Vasconcelos, entre a página 266 e 267



A Sala do Egito, correspondente à letra F, era constituída por “[...] quatro armários e três mostradores, todos de numeração seguida. [...]” (MACHADO, 1965, p.314). A descrição dos Armários 2 e 3, exemplifica a descrição detalhada efetuada pelo autor:

“[...] Armário 2

Neste armário vêem-se:

- a) No cimo, uma figura de animal deitado;
- b) Na primeira prateleira, ao alto, três máscaras coloridas de múmias, estatuetas de madeira, de pedra, de metal, relacionadas com o culto dos mortos;
- c) Na prateleira central, várias placas de lousa, de formas diversas, vasos de barro, artefactos de sílex, um tabuleiro circular de mármore com um pires de alabastro e uma série de vasos multiformes da mesma pedra, tabuletas de madeira com inscrições, uma em grego e outras em egípcio demótico, uma caixa com pedaços de pano de múmias, e duas outras caixas com fragmentos de papiro escritos;
- d) Na prateleira do fundo, um modelo de barco do Nilo com tripulação de pé; um crocodilo e outros animais pequenos mumificados, outros de barro e pedra, figuras humanas de madeira, baixos-relevos de pedra branca.

Esta coleção foi depositada pelo Museu Nacional de Arte Antiga.

Do lado da porta, disposta no chão e encostada à parede, uma pedra com uma figura humana encimada por uma inscrição hieroglífica.

Armário N° 3

Neste armário estão expostos:

- a) Na prateleira superior, uma coleção de estatuetas de pedra de barro, um fragmento do Serapeum (Alexandria), um pedaço de granito de uma pirâmide de Gisé, uma pequena reprodução metálica de um obelisco; [...]” (MACHADO, 1965, p. 315).

O mesmo se verifica com a Secção Estrangeira composta por “[...] quatro mostradores com objetos antigos [...]” (MACHADO, 1965, p.317), que ocupava, à época, a sala G. Tal como se verificou anteriormente, os diversos mostradores e armários onde estavam incorporados os artefactos foram descritos pormenorizadamente. Neste caso específico, os mostradores 8 e 9 guardavam objetos de origem romana e o mostrador 10, de proveniência grega:

“[...] Mostrador Nº 8

Contém fragmentos de cerâmica romana com marcas de oleiros; uma lápide e fragmentos de outras com inscrições latinas; fragmentos de cerâmica helénica; contas de Corinto; uma série de volantes de fuso (cossoiros) de vários tamanhos.

Mostrador Nº 9

Contém vários objetos romanos, tais como tésseras de jogar, contas, fragmentos de cerâmica, lucernas, vasos e fragmentos de vidro, pesos de bronze e de pedra, um unguentário.

Mostrador Nº 10

Neste mostrador, há uma coleção de objetos gregos: vasos, estatuetas, anéis, placas metálicas redondas ornamentadas com vários motivos (espirais, etc.), outros objetos metálicos com vários enfeites, moedas, espelhos metálicos, anzóis, etc. Há também três tijolos com inscrições cuneiformes. [...]” (MACHADO, 1965, p. 317).

A designada Etnografia Ultramarina era disposta na Secção H, contendo “[...] dois armários e três mostradores, todos de numeração seguida [...]” (MACHADO, 1965, p. 319). Os objetos etnográficos desta sala tinham como origem de proveniência as ex-colónias ultramarinas portuguesas, contabilizando países africanos como Angola, Moçambique, Cabo Verde e Guiné, asiáticos como a Índia Portuguesa, Macau e Timor e da América Latina como o Brasil, percebidos através da descrição de alguns armários:

“ [...] Armário Nº1

Neste armário, à direita de quem entra,

- a) Na prateleira de cima, há cestos de palha entrançada, dois com partes coloridas, copos e taça torneados de madeira escura, um peixe seco, uma gaiola de madeira e arame, de base quadrangular e cúpula, um colar de frutos secos e outro com bolsinhas de couro;
- b) Na prateleira central,
- 1- Na metade esquerda, vários objetos africanos, como uma estatueta de madeira que representa uma mulher nua com uma criança segura do lado esquerdo, um recipiente de madeira envernizada com ornamentação insculpida, dentes de javali, uma tabaqueira de palha forrada de missanga colorida com ornamentação geométrica, um almofariz de madeira com mão, uma caixa com courins ou búzios pequenos e discos de osso ou madrepérola, um pau aguçado em ambas as extremidades, com nódulos laterais salientes, uma cuia ou recipiente oblongo (de chifre); na parede fundeira um colar de contas, um colar com alguns dentes de animal, uma bolsinha de couro para pendurar (como amuleto ?), um núcleo de sementes secas presas com fios vermelhos e pretos;
  - 2- na metade direita, uma coleção de artefactos orientais (Índia e Macau), uma fita com lindas pinturas coloridas, com motivos vegetais e animais, copo de latão ornamentado com motivos religiosos orientais, braceletes de bronze ornamentados, outro de marfim, uma caixa de metal ricamente ornamentada com recortes artísticos, uma argola de prata ornamentada para guardanapo, uma garrafinha de metal ornamentada, alfinetes de gravata, adereços e brincos de marfim;

#### Armário N°2

Em cima deste armário está uma escultura de madeira que representa um guerreiro negro com escudo. Contém o armário uma coleção de armas gentílicas: machados, mocos ou porrinhos com parte superior de face humana, arcos e setas. Ao canto do fundo, contíguo a este armário, arrumado no chão, está um fole de ferreiro. [...]” (MACHADO, 1965, pp. 319-320).

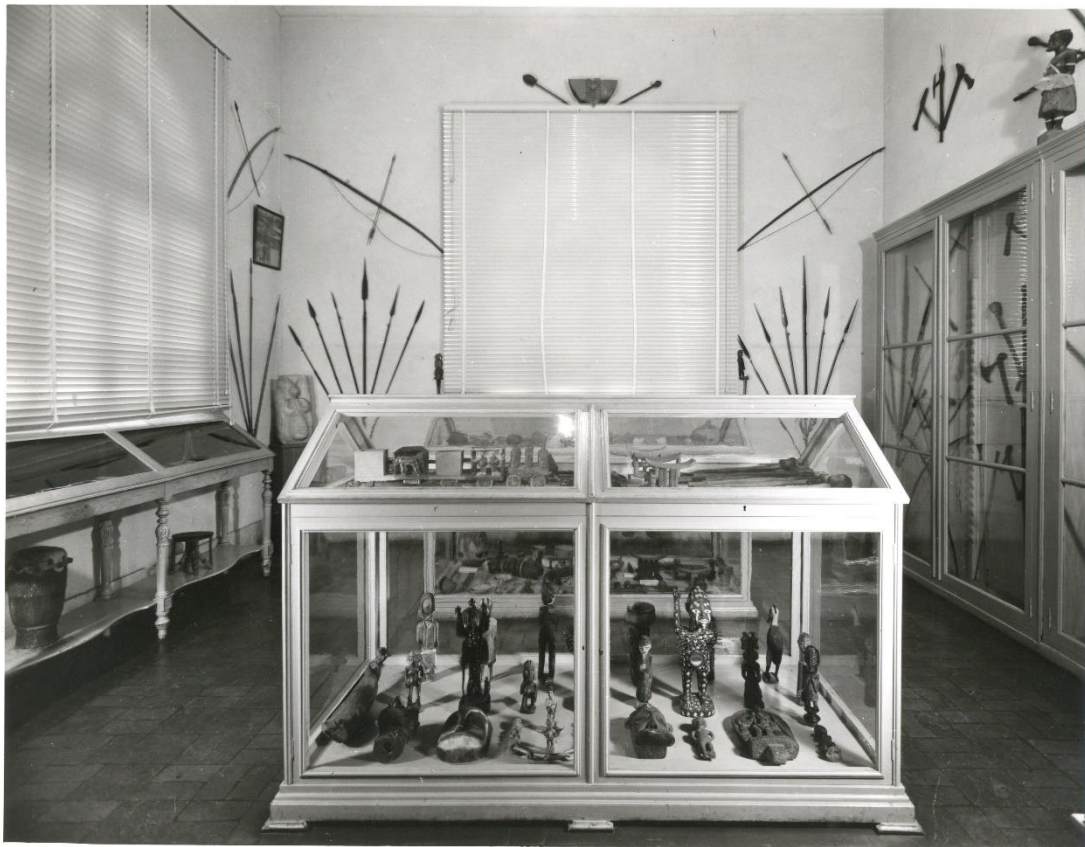


Figura 2 - Fotografia da Sala Etnográfica Ultramarina in Arquivo Fotográfico do Museu Nacional de Arqueologia (Autor desconhecido, cota do Projeto TRANSMAT AF.MNA.12)

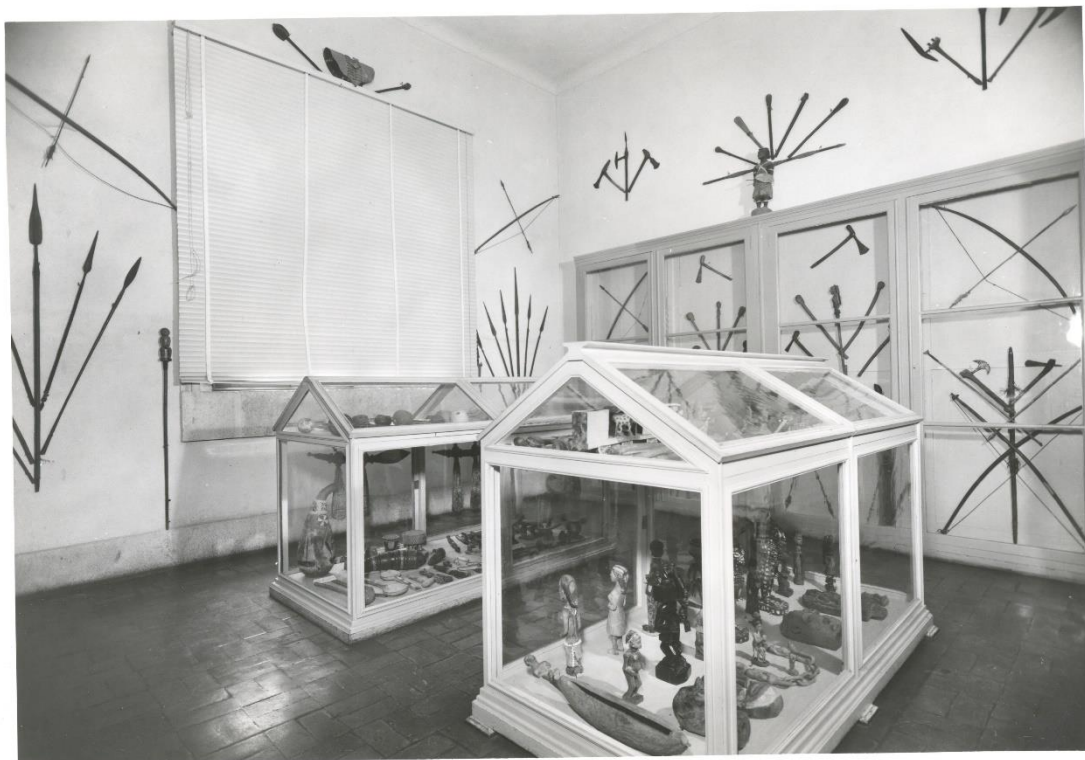


Figura 3 - Fotografia da Sala Etnográfica Ultramarina in Arquivo Fotográfico do Museu Nacional de Arqueologia (Autor desconhecido, cota do Projeto TRANSMAT AF.MNA.11)



Figura 4 - Fotografia da Coleção Etnográfica não europeia in Arquivo Fotográfico do Museu Nacional de Arqueologia (Autor desconhecido, cota do Projeto TRANSMAT AF.MNA.1)



Figura 5 - Fotografia da Sala Egípcia in Arquivo Fotográfico do Museu Nacional de Arqueologia (Autor desconhecido, cota do Projeto TRANSMAT AF.MNA.10)

No âmbito do estudo das coleções transnacionais e da sua evolução ao longo do tempo, foi efetuada no dia 26 de janeiro de 2022 uma entrevista a Maria Luísa Guerreiro Jacinto, uma das mais antigas funcionárias do Museu Nacional de Arqueologia.

Luísa Jacinto então afirmou que a nomeação de Francisco Alves para o cargo de diretor no início dos anos oitenta, protagonizou uma grande reforma no Museu, altura em que a Coleção Etnográfica Ultramarina, designada “*Coleção Africana*” pela entrevistada, foi transferida para as atuais Reservas de Etnografia. A coleção nunca mais seria visitável, salvo em exposições realizadas como *África Reencontrada* e *Contar Áfricas*. A terminologia “Secção Comparativa” já não era utilizada quando Luísa ingressou no museu, em 1974, existindo as Salas de Coleção Colonial/Ultramarina/Africana e a Sala Egípcia.

Luísa indica que a Reserva de Etnografia está registada neste momento no *Sistema de Inventário Matriz* com um universo de 2600 fichas, elaboradas com base nos verbetes primários efetuados por José Leite de Vasconcelos. Apreendeu-se, primeiramente, que a coleção arqueológica e etnográfica eram registadas em conjunto nos verbetes de inventário e no Livro de Entradas. Todavia, existiu a necessidade de separar as coleções pela extensão das mesmas e a elaboração de documentos que indicam uma espécie de catálogos efetuados pelo primeiro diretor, como é o caso da Etnografia Africana. Os números no Livro de Entradas, onde são tombadas todas as peças que entram no Museu, são diferentes do números de Inventário (pois no último caso, a numeração era determinada de 1 a N dentro de uma secção).

Nesta medida, compreendemos que as coleções transnacionais do Museu Nacional de Arqueologia, constituintes da Secção Comparativa na diretoria de José Leite de Vasconcelos, evoluíram na nomenclatura e no espaço expositivo. Na época da obra de Saavedra Machado (década de sessenta), a coleção estava exposta em três secções: egípcia, estrangeira e ultramarina. Posteriormente, aquando do começo de Luísa Jacinto na década de setenta, parte da Coleção Etnográfica Ultramarina era já designada por Coleção Africana (existindo ainda a Sala Egípcia), perdurando até à entrada nas Reservas de Etnografia na década de oitenta, local onde se encontra atualmente.

## 2. As materialidades em estudo: a panela Cocron, a máscara dos Dembos e a coleção doada por Alberto Osório de Castro

Como foi referido nos capítulos anteriores, a presente investigação desenvolveu-se com base no estudo de dois objetos e um conjunto de artefactos pertencentes à coleção Etnográfica oriunda das ex-colónias portuguesas, tutelada pelo Museu Nacional de Arqueologia:

- Uma panela Cocron brasileira do grupo étnico Kaingang;
- Uma máscara africana da região dos Dembos;
- Um conjunto de artefactos doado por Alberto Osório de Castro ao MNA.

São estes artefactos sobre os quais aplicamos a *Pesquisa de Proveniência*, culminando numa tentativa de reconstituição dos itinerários percorridos, bem como da biografia dos atores envolvidos no processo. Neste capítulo, serão apresentadas a informação recolhida e análise das fontes presentes no MNA (Livro de Entradas, Verbetes de Inventário, *O Archeologo Português* e Epistolário de José Leite de Vasconcelos), contabilizando ainda as fichas de inventário do Sistema Matriz elaboradas através dos verbetes, e, posteriormente, o cruzamento desses dados com documentação encontrada em arquivos e bibliotecas exteriores ao museu, complementado a recolha efetuada. No caso da panela Cocron e da máscara dos Dembos, começaremos com a identificação de cada objeto, a biografia dos intervenientes e finalizaremos com o itinerário geográfico e cultural percorrido. Já na coleção doada por Alberto Osório de Castro, iniciaremos com a biografia do doador e, posteriormente, a identificação da coleção e a reconstrução dos respetivos itinerários.

### 2.1 A panela Cocron

#### 2.1.1 O Objeto

O primeiro objeto analisado neste estudo corresponde a uma panela *Cocron* pertencente ao grupo étnico brasileiro *Kaingang* e encontra-se, atualmente, nas Reservas de Etnografia do MNA.

A panela, cuja numeração de inventário corresponde a ETNO 2022.9.1, deu entrada no Museu Nacional de Arqueologia (com o número E 4662) no mês de janeiro de 1913, segundo os verbetes de inventário elaborados pelo fundador, bem como o Livro de Entradas. No que diz respeito à descrição material do objeto em si, apreendemos a descrição “panela de cerâmica de forma cônica, com colo cilíndrico, bordo recto, ligeiramente virado para fora e lábio arredondado. Vestígios de uso pelo fogo.”<sup>22</sup>, admitindo 30,5 cm de altura, 22,7 cm de diâmetro e apresentando diversas fissuras no fundo (segundo a informação no campo *Estado de Conservação* da ficha de inventário dos Sistema Matriz).



Figura 6 - Panela Cocron do Museu Nacional de Arqueologia (Fonte: Sistema de Inventário Matriz, ETNO 2022.9.1)

### 2.1.2 Os Atores e o Contexto

Depois de verificadas as informações físicas e materiais do artefacto, passámos à seguinte etapa: perceber os atores envolvidos no processo de aquisição, transporte e doação, assim como o contexto envolvente.

Primeiramente, verificamos a descrição inserida no Livro de Entradas<sup>23</sup>: “[...] Uma panela (“cocron”) dos Caingangues do Goio-Chê ou da Agoa-Preta, última tribo guerreira que houve no Brasil, hoje pacificada inteiramente. [...]” (Livro de Entradas, fl. 58v.). Percecionamos ainda que a oferta foi realizada por um indivíduo destacado como “Prof. Sílvio d’Almeida”, em janeiro de 1913. Conhecemos, deste modo, o grupo autóctone a que o artefacto pertenceu – Caingangue – imprescindível para a percepção do caminho histórico-biográfico deste objeto e o respetivo doador da peça: Sílvio de Almeida.

Através da análise da secção intitulada «Aquisições do Museu Etnológico Português» inserida na revista *O Archeologo Português*<sup>24</sup>, percecionámos uma peça oriunda de uma comunidade denominada *Caingangues*, cujas informações indicam que teria sido doada

<sup>22</sup> Disponível em MatrizNet – Panela Cocron. Publicado em 2023, <<http://www.matriznet.dgpc.pt/MatrizNet/Objectos/ObjectosConsultar.aspx?IdReg=1144426>> (Consultado a 18/09/2023)

<sup>23</sup> Livro de Entradas do MNA

<sup>24</sup> Volume XVIII, p. 165



pelo professor *Sílvio de Almeida*, por intermédio de *Ana de Castro Osório*, consulesa de S. Paulo (Vasconcelos, 1913).

No início desta mesma secção, encontramos um pequeno capítulo intitulado «Objetos arqueológicos e etnográficos do Brasil» onde estava justificada a ação da intermediária no processo:

“[...] Em fins do ano de 1912 dirigi-me por carta à ilustre e conhecida escritora a Ex.ma Sr.<sup>a</sup> D. Ana de Castro Osório, nossa consulesa no Estado de S. Paulo, e, sabedor de quanto ela preza não só a pátria, mas a Etnografia, de que é cultora desvelada, pedi-lhe me obtivesse para o Museu Etnológico algumas armas de pedra, das que os Índios do Brasil ainda usam em certas regiões, e que são encabadas. [...] A Sr.<sup>a</sup> D. Ana de Castro não pode por ora obter-me armas da espécie que eu desejava, porque, segundo informações do Dr. Sehring, sábio director do Museu do Ypiranga, elas são actualmente muito raras, havendo o uso das armas de ferro penetrado já em todos os povos, mesmo nos mais atrasados e arrèdios do Estado de S. Paulo; em compensação obtive-me e trouxe-me outros objectos etnográficos, e alguns arqueológicos, merce da dedicação de muitas pessoas. beneméritas, e da propaganda que ela fez no Brasil, e à qual a imprensa periódica, declaro-o com prazer, correspondeu amávelmente, encarecendo a utilidade do Museu Etnológico de Lisboa. [...]” (Vasconcelos, 1913, pp. 165 e 166).

A transcrição acima permite-nos compreender o teor e natureza das doações efetuadas por mediação de Ana de Castro Osório. As peças doadas foram fruto de uma encomenda do diretor, que não surtindo o efeito totalmente desejado – armas de pedra encabadas utilizadas pelos “índios” – resultaram na oferta de outros artefactos, incluindo a panela Cocron.

Ainda n` *O Archeologo Português* encontramos inscrita uma nota em rodapé que indica os periódicos brasileiros - *O Estado de São Paulo* e *A Cidade e Portugal Moderno* - onde o pedido de José Leite de Vasconcelos fora divulgado por Ana Osório de Castro, tal como mencionava a transcrição anteriormente analisada “ [...] e da propaganda que ela fez no Brasil, e à qual a imprensa periódica, declaro-o com prazer, correspondeu amavelmente, encarecendo a utilidade do Museu Etnológico de Lisboa. [...]” (Vasconcelos, 1913, p.166).

Através de uma investigação na imprensa brasileira referida, encontrámos no campo “Notas e Informações” d’*O Estado de São Paulo* (dia 22 de dezembro de 1912), uma carta enviada por Ana Osório de Castro:

“[...] [Ana de Castro] Osorio, que dentro em breve partirá para Lisboa, desejava dar desempenho à incumbência que o illustre sabio portuguez lhe faz nos seguintes termos: «Recebi o Estado de São Paulo que a prima me mandou e no qual vem a noticia da morte do distinto sabio dr. Nobiling, de quem era amigo, o que seriamente me contristou. O bom artigo<sup>25</sup> do dr. Silvio de Almeida vou transcrevê-lo na «Revista Lusitana» [...] Como a prima vem agora a Lisboa, peço-lhe o favor de ver se me traz alguns instrumentos de pedra encabada, ainda em uso dos indios. Tenho, em vão, pedido a todos os meus conhecimentos que seguem para o Brasil. O que for preciso pagar, cá satisfarei. Hoje faço o mesmo pedido ao dr. Silvio de Almeida». Para satisfazer ao desejo do dr. José Leite de Vasconcellos, diz-nos na sua carta a sra. D. Anna de Castro Osorio: Ao receber este pedido lembrei-me de me dirigir a esse jornal para lhe solicitar o apoio visto eu, estrangeira em S. Paulo, não saber a quem me dirigir, nem conhecer a maneira de me orientar, para obter o que o illustre sabio archeologo deseja para o magnifico Museu ethnografico Portuguez, instalados nos Jeronymos. [...]” (s.a., 1912, p. 7).

Apreendemos, uma vez mais, que o diretor do museu, José Leite de Vasconcelos, fez uma encomenda direta – instrumentos de pedra encabada – a Ana de Castro Osório (consulesa à época no Brasil), bem como ao futuro doador da peça, Dr. Silvio de Almeida (não sendo, todavia, o primeiro apelo que fazia, pois já tentara anteriormente com outros conhecimentos no Brasil, sem qualquer sucesso).

Podemos ler, ainda na mesma coluna, o seguinte:

“[...] Penso, pois, que as armas e utensílios dos indios devem ter representação no riquíssimo museu de Lisboa o que será um acto de patriotismo, muito intelligente e muito louvável, se algum particular quizer enviar qualquer objeto referido. Ou por vender, ou por offerta, peço a v. exa. o favor de advogar o meu pedido no «Estado de S. Paulo»; qualquer arma ou utensilio dos indios poderá ser entregue no consulado de Portugal – Rua de São Bento, 21 2º andar – das 11 às 6 da tarde,

---

<sup>25</sup> Ver Revista Lusitana (1912) - «Falar português do Brasil», vol.15, p. 353

ou na Avenida Brigadeiro Luiz Antonio, 118-B, a qualquer hora. [...]” (s.a., 1912, p. 7).

Nesta medida, Ana de Castro Osório apelava à entrega de artefactos – armas e utensílios dos índios – informando que qualquer pessoa poderia aderir ao pedido, os locais onde deveriam ser entregues as peças e o respetivo horário dessa mesma entrega.

Três dias depois, a 25 de dezembro de 1912, lia-se n`*O Estado de São Paulo*:

“A sra. Anna de Castro Osório, consulesa de Portugal, escreve-nos, agradecendo a publicidade que demos à sua carta inserida no «Estado» de domingo. Diz-nos aquella senhora que a sua idéa foi acolhida o bem compreendida já, pois acaba de receber do sr. A. Azevedo uma offerta preciosa para o museu archeologico e ethnographico dos Jeronymos de Lisboa: são dois collares ainda hoje usados pelos indios de S. Paulo um contendo 288 dentes incisivos e o outro 96 caninos de macacos. A sra. Castro Osorio também será portadora para Lisboa, de uma panella de barro, dos indios, offerta do nosso distinto collaborador dr. Sylvio de Almeida. A sra. Consulesa de Portugal ainda espera dotar com outras preciosidades ethnográficas o Museu dos Jeronymos de Lisboa.” (s.a, 1912, p. 7).

Como podemos observar nesta transcrição, o pedido de Ana de Castro Osório deu resultado e a consulesa recebeu dois colares com dentes de macaco, oferecidos por A. Azevedo, e o objeto analisado na presente dissertação: uma panela de barro dos “índios” oferecida por Sílvio de Almeida.

A 9 de janeiro de 1913, no jornal *O Estado de São Paulo*, saiu a coluna intitulada *Museu Archeologico Portuguez*:

“Além das ofertas já noticindas, tive mais a entrega de algumas frechas e arcos, armas usadas pelos indígenas que habitam as proximidades do porto Tiribiçá, nas dividas dos Estados de São Paulo e Matto Grosso, offerta do sr. Mauricio de Camargo. Do sr. Benedicto Pires dos Santos, sargento amanuense do quinto batalhão, recebi também uma trabalhada flecha dos indígenas ainda existentes no interior do Estado. Pelo illustre sabio Hermann von Ihering, muito digno director do Museu do Ypiranga, foi-me mandado entregar os dois magníficos volumes VII e VIII, assim como as notas preliminares da esplendida «Revista do Museu

Paulista» para delles ser portadora para o dr. Leite de Vasconcellos, esperando trazer em troca, para a bibliotheca do mesmo museu [...]” (s.a, 1913, p.4).

Depreendemos que, para além das ocorridas, existiram outras doações – flechas e arcos oferecidos por Mauricio de Camargo, uma flecha por Benedicto Pires dos Santos, assim como dois volumes e as notas preliminares da Revista do Museu Paulista – que seriam futuramente incorporadas no museu, juntamente com a panela de barro.

Analisado *O Archeologo Português e O Estado de São Paulo*, recorreremos ao Epistolário de José Leite de Vasconcelos (que concerne uma extensa lista de correspondência entre o diretor do Museu Nacional de Arqueologia e muitos coletores), identificámos uma carta redigida pelo doador Sílvio de Almeida:

“[...] Aproveito a ida de nossa comum amiga, sua prima e ilustre escritora, Exm.<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> Dona Anna de Castro Osório para remeter a V. Ex.<sup>cia</sup> uma panela dos Caingangues, última tribo guerreira que ainda poisa no Brasil, mas já agora inteiramente pacificada. Sinto não lhe enviar também algum instrumento de pedra encabado, porém tenho esperança de poder algum dia corresponder ao seu desejo; para o que muito confio na boa vontade Dr. Horta Barbosa, diretor do Serviço de Proteção aos índios no Estado de São Paulo. [...]”<sup>26</sup>.

Na anterior transcrição comprovamos, uma vez mais, a doação da panela Cocron realizada por *Sílvio de Almeida*, demonstrando a significativa importância desta fonte histórica (Epistolário) para a *Pesquisa de Proveniência*. Adicionando aos intervenientes já conhecidos (Ana de Castro Osório e Sílvio de Almeida), percebemos uma nova informação: a inscrição do nome *Dr. Horta Barbosa*, encarregue da diretoria do Serviço de Proteção dos Índios e detentor da confiança de Sílvio de Almeida, para a obtenção de mais artefactos etnográficos brasileiros.

Deste modo, e concentrando-nos nos dados recolhidos até esta fase, conseguimos identificar os seguintes atores: Kaingang – associados à génese do artefacto – Sílvio de Almeida – doador do objeto – Ana de Castro Osório – intermediária da doação entre Sílvio de Almeida e José Leite de Vasconcelos – Dr. Horta Barbosa – diretor do Serviço de Proteção dos Índios e “meio” de obtenção de peças etnográficas para Sílvio de Almeida

---

<sup>26</sup> Arquivo do Museu Nacional de Arqueologia, Epistolário de José Leite de Vasconcelos, Carta de Sílvio de Almeida, 85/427, 06-01-1913

– José Leite de Vasconcelos – diretor do atual MNA que encomendou os artefactos brasileiros.

O estudo da panela Cocron leva-nos, assim, a cinco intervenientes que estariam relacionados com diferentes etapas da biografia do artefacto: quem o produziu, quem o recolheu, quem o doou, quem o transportou e quem o adquiriu numa última instância. Começemos, primeiramente, pela origem do artefacto e a ligação do mesmo aos Kaingang: Que população brasileira eram os Kaingang e quais as suas características socioculturais? Onde estava inserida geograficamente no território brasileiro? Porque é que um artefacto desta comunidade está atualmente nas Reservas de Etnografia do Museu Nacional de Arqueologia em Belém e quais as ligações da mesma com os intervenientes referidos?

Posteriormente, tentar-se-á interligar esta comunidade com os protagonistas emergentes, através de uma análise biográfica, com o intuito de justificar o contacto entre os atores que tiveram um papel relevante nesta dinâmica encruzilhada de comunidades, artefactos, atores e museus.

#### 2.1.2.1 Os Kaingang

A contextualização do grupo étnico brasileiro denominado *Kaingang* protagoniza uma etapa imprescindível na análise da panela Cocron, segundo as premissas da *Pesquisa de Proveniência*, remetendo para a origem da conceção do artefacto etnográfico. A nomenclatura do grupo étnico foi introduzida somente no final do século XIX e os *Kaingang* seriam descendentes dos *Guayanás* (Guayaná, Goyaná, Goainaze, Wayanaze espelhavam outras designações utilizadas) localizados entre Angra dos Reis e Cananéia.<sup>27</sup>

Segundo o estudo *Uma história das interações entre nativos e ocidentais durante a conquista e a colonização no sul do Planalto Meridional*, o território Kaingang compreendia:

“[...] as áreas montanhosas e de encosta do Planalto Meridional, nas quais os Kaingang desenvolveram um domínio social, cultural e político, através do uso de

---

<sup>27</sup> Disponível em Povos Indígenas no Brasil - Kaingang. <<https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Kaingang>> (Consultado a 18/09/2023)

marcas próprias a cada grupo, e do uso de acidentes geográficos como limitações naturais entre uma aldeia kaingáng e outra. [...]” (Francisco, 2013, p. 12).

Nesta área geográfica a população praticava diversas atividades como a caça e a agricultura, conseguindo um controlo desta área territorial (planalto) através de alianças entre as várias aldeias Kaingang. Partilhavam ainda os recursos naturais com outros povos locais como o Xokleg e o Guarani. Os Kaingang pertenciam à família linguística jê, do tronco macro-jê, subdividindo-se dialetos de acordo com a área geográfica em questão (as diferenças encontram-se principalmente na fonologia da língua, os Kaingang de São Paulo apresentam um dialeto diferente dos localizados no Paraná, por exemplo) (Francisco, 2013).

Os primeiros contactos com os colonos europeus, neste caso portugueses, aconteceram no século XVI, principalmente com aldeias que estavam situadas próximas do litoral atlântico. Os jesuítas, aquando das missões em território brasileiro para a evangelização das civilizações autóctones, viriam a contactar com os grupos locais dos quais os Kaingang viriam descender. Foi também neste período cronológico que ocorreram as primeiras tentativas de conquista nas áreas dominadas pelos Kaingang, através de expedições organizadas por colonizadores militares portugueses.<sup>28</sup>

Aquando da aquisição da panela Cocron, no início do século XX, os Kaingang, à semelhança do que acontecera com outras comunidades indígenas, estavam a ser alvos das denominadas campanhas de “pacificação”, levadas a cabo pelo Estado Central brasileiro, imbuído no espírito de industrialização e progresso tecnológico (construção de grandes ferrovias, por exemplo), que interferia com as populações autóctones e os seus territórios. Essas campanhas de “pacificação” destinavam-se à “civilização” das comunidades indígenas, através da educação, emprego e atividades que impulsionassem o sentimento de pertença nacional, repercutidas na violação dos direitos das populações autóctones, deslocados das suas terras de origem e oprimidos nos seus costumes e tradições (vestes, práticas culturais, etc.).

---

<sup>28</sup> Disponível em Povos Indígenas no Brasil - Kaingang. <<https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Kaingang>> (Consultado a 18/09/2023)





Figura 8 – “Kaingang aldeados”. Foto: acervo Museu do índio, década de 1950 (Fonte: <<https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Kaingang>> Consultado a 18/09/2023)



Figura 9 - Mulher kaingang no posto Icatu fabricando uma panela de cerâmica. Foto: Harold Shultz, 1947 (Fonte: <<https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Kaingang>> Consultado a 18/09/2023)



### 2.1.2.2 Sílvia de Almeida, o doador

Como já se mencionou, o nome *Sílvia de Almeida*, emergente aquando da leitura do Livro de Entradas e d' *O Archeologo Português*, e, posteriormente, n' *O Estado de São Paulo* e no Epistolário de José Leite de Vasconcelos, corresponde ao ator responsável pela doação da panela Cocron ao Museu Nacional de Arqueologia.

Com as fontes analisadas conseguimos concluir, numa primeira instância, o seguinte: Sílvia de Almeida seria relativamente próximo de José Leite de Vasconcelos, pois o diretor publicou o seu artigo na *Revista Lusitana* e fez-lhe diretamente o pedido relativo aos artefactos indígenas que procurava (como verificámos n' *O Estado de São Paulo*). Por outro lado, Sílvia de Almeida conhecia Dr. Horta Barbosa, diretor do Serviço de Protecção aos Índios e, ao que tudo indica, tentar-lhe-ia arranjar os instrumento de pedra encabada.

O artigo *Origem e Fundação do Serviço de Protecção dos Índios* (com o título original *The Origin and Establishment of Brazil's Indian Service — 1889-1910*) da autoria de David Hall Stauffer (1959), retrata historiograficamente os problemas da sociedade brasileira e o contactos das comunidades estrangeiras com as populações indígenas nos primórdios do século XX. O discurso do autor desenvolve-se no âmbito daquela época, tendo em conta o paradigma “protecção das comunidades autóctones” versus “o progresso industrial impulsionado pelas obras públicas”.

No capítulo III intitulado *A Reacção Contra o Extermínio dos Índios* encontramos uma análise do XVI Congresso Internacional de Americanistas que ocorreu no ano de 1908 na cidade de Viena (Áustria), onde o território brasileiro viria a ter grande destaque, nomeadamente através dos estudos etnológicos e antropológicos apresentados pelos intelectuais europeus sobre os povos sul-americanos (Stauffer, 1959).

Entre as várias conferências, David Stauffer destaca a de Alberto Vojtech Fric, estudioso das comunidades autóctones que se localizavam no Brasil Meridional. A conferência compreendia observações sobre o extermínio provocado por colonizadores brasileiros e europeus. A população nativa estaria a desaparecer devido a “[...] (...) busca de escravos, rapto, assassinato e a introdução de doenças contagiosas mortais, tal como a varíola (...) [...]” (Stauffer, 1959, p. 169).

Uma das soluções apresentadas na altura, foi a constituição de reservas governamentais, admitindo que a compra de grandes áreas territoriais adquiridas por homens de negócio e a escravização das comunidades autóctones (incluindo ataques à população, como mulheres e crianças), motivava os grandes confrontos descritos entre povos locais e imigrantes europeus. Na sua conferência, Fric lançou um pedido de ajuda no Congresso Americanista em prol da população nativa, apelando à consciencialização e humanização dos presentes face à situação apresentada. Todavia, as descrições da realidade brasileira demonstradas por Alberto Wojtech Fric tenderam a ser abafadas e negligenciadas no decorrer do congresso por outros oradores, mediante alegações que os episódios mencionados teriam cessado, nomeadamente os maus tratos a crianças nativas (Stauffer, 1959).

Contudo, apesar da contestação da comunidade científica alemã face às alegações de Fric, da desacreditação na imprensa europeia e do afastamento do tema nos jornais brasileiros, o seu discurso chegaria ao então diretor alemão do Museu Paulista, Hermann von Ihering. Filho de um autor e jurista prestigiado, Ihering nasceu em 1850 e chegou ao Brasil na década de oitenta do século XIX, sendo especializado em moluscos. Instalou-se com a sua esposa no Estado do Rio Grande do Sul e veio ocupar o cargo de diretoria na secção de Zoologia da Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo chegando, posteriormente, a diretor do recém-criado Museu Paulista, até ao ano de 1915 (Stauffer, 1959).

Imbuído no espírito da época, Ihering configurava o intelectual que viria contribuir para o avanço e progresso científicos nas colónias europeias, percecionando as populações locais como objetos inanimados, estudos de caso passíveis de serem analisados e tinha como principal ocupação a recolha etnográfica da existência destas populações que iriam “inevitavelmente” desaparecer. O sentimento de violência contra os colonizadores e imigrantes por parte dos povos “revoltados”, foi demonstrado por Ihering num estudo antropológico sobre os nativos de São Paulo em 1906, e traduzido na revista do Museu Paulista dois anos depois, em 1908. Era o contraponto ao discurso apresentado no congresso de Viena por Fric nesse mesmo ano (Stauffer, 1959).

Neste contexto, foram vários os pensadores brasileiros que se insurgiram contra o sentimento anti indígena, perpetuado por Ihering, entre eles Sílvio de Almeida e Horta Barbosa.

No artigo mencionado, Sílvio de Almeida é referido como “[...] um estudioso de certa idade e publicista influente n' *O Estado de São Paulo* [...]” (Stauffer, 1959, p. 176), convergente com os dados levantados nas colunas d' *O Estado de São Paulo* anteriormente analisadas, onde encontramos a frase “offerta do nosso distinto collaborador dr. Sylvio de Almeida”, confirmando a sua colaboração no periódico.

Sílvio de Almeida escreveu n' *O Estado de São Paulo*, em 12 de outubro de 1908, uma crítica ao anterior estudo de Ihering, demonstrando indignação por um dos intelectuais mais influentes do Brasil (diretor de um importante museu brasileiro, financiado com fundos do Estado de São Paulo), ser tolerante face ao extermínio da população autóctone desse mesmo território.

Através da leitura da coluna jornalística é possível observar essa revolta, representativa da posição de Sílvio de Almeida em relação a Ihering e à violência praticada contra os nativos:

" [...] Os atuais índios do Estado de São Paulo não representam um elemento de trabalho e de progresso. Como também nos outros Estados do Brasil, não se pode esperar trabalho sério e continuado dos índios civilizados e, como os caingangans selvagens, são um empecilho para a colonização das regiões do sertão que habitam, parece que não há outro meio, de que se possa lançar mão, senão o seu extermínio [...]" (Almeida, 1908, p. 1).

No já citado estudo de David Stauffer, é também mencionado Horta Barbosa: “[...] No mesmo dia, 12 de outubro, Sílvio de Almeida recebeu uma carta aberta de apoio e louvor de seu jovem amigo e correligionário positivista, Luís Bueno Horta Barbosa. [...]” (1959, p. 179). Horta Barbosa, “amigo e correligionário” de Sílvio de Almeida escreveria n' *O Jornal do Commercio*, em 11 de novembro de 1908, uma coluna intitulada *Em defesa dos indígenas brasileiros*, dando continuidade ao protesto contra Ihering (existiu uma tentativa de encontrar esta coluna durante a investigação, no entanto, sem efeito).

Pela acareação destes testemunhos conseguimos perceber que Sílvio de Almeida e Horta Barbosa estariam de acordo com as políticas em prole da proteção indígena no território brasileiro, justificando a relação entre Horta Barbosa e o cargo que lhe é atribuído na correspondência analisada anteriormente: “[...] diretor do Serviço de

Proteção aos índios no Estado de São Paulo [...]” (Epistolário de José Leite de Vasconcelos, Carta de Sílvio de Almeida, 85/427, 06-01-1913).

Segundo a dissertação *Espólio de José Leite de Vasconcelos Corpus Linguístico: o «Dialeto Brasileiro»* (Perdigão, 2022), efetuada no âmbito da análise do espólio de José Leite de Vasconcelos com escritores brasileiros, depreendemos que Sílvio de Almeida (de nome completo Sílvio Tiribicá de Almeida) correspondia a um poeta, ensaísta e filólogo brasileiro. Durante seis anos, colaborou com o periódico *O Estado de São Paulo*, cujas críticas eram denominadas *Divulgações*.

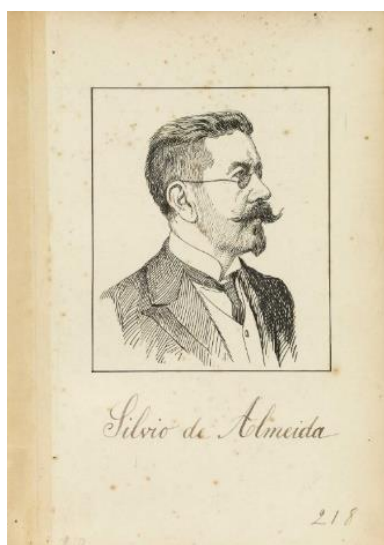


Figura 10 - Possível retrato de Sílvio Tiribicá de Almeida inserida na obra *Sonetos Brasileiros: desenhos de sonetos 217 a 257, 1867-1870* (Fonte: <[http://objdigital.bn.br/objdigital2/ace\\_rvodiqital/div\\_iconografia/icon960832/icon960832\).pdf](http://objdigital.bn.br/objdigital2/ace_rvodiqital/div_iconografia/icon960832/icon960832).pdf)> Consultado a 18/09/2023)

*Ortográfica*. Foi casado com a sua prima Prisciliana Duarte de Almeida<sup>29</sup> até 1924, ano em que viria a falecer em São Paulo.<sup>30</sup>

Por conseguinte, verificamos que Sílvio de Almeida era um intelectual brasileiro, casado com uma mulher de forte influência na sociedade brasileira (da qual poderia advir a

<sup>29</sup> Prisciliana Duarte de Almeida: nasceu a 3 de junho de 1867 em Pouso Alegre e faleceu no ano de 1944, a 13 de junho. Foi uma poetisa (tal como a sua avó Bárbara Heliodora) e feminista brasileira. Colaborou com diversos jornais e revistas, escrevendo prosa e poesia (utilizou o pseudónimo Perpétua do Valle) e foi a primeira mulher a integrar a Academia Paulista de Letras (juntamente com o seu marido, Sílvio de Almeida) in *Biografia de Prisciliana Duarte de Almeida (1867-1944)* (Disponível em Biblioteca Nacional Digital Brasil - Prisciliana de Almeida. <<https://bndigital.bn.gov.br/dossies/periodicos-literatura/personagens-periodicos-literatura/prisciliana-de-almeida/>> (Consultado a 18/09/2023)

<sup>30</sup> Literatura & Leitura (s.d.) – Sílvio Tibiricá de Almeida. <[http://urs.bira.nom.br/autor/brasil/silvio\\_tibirica\\_de\\_almeida.htm](http://urs.bira.nom.br/autor/brasil/silvio_tibirica_de_almeida.htm)> (Consultado a 18/09/2023).

relação com Ana de Castro Osório, também ela feminista e poetisa). Falta-nos perceber quem seria Horta Barbosa, diretor do Serviço de Proteção dos Índios.

### 2.1.2.3 Horta Barbosa

*Luiz Bueno Horta Barbosa* nasceu no ano de 1871, na cidade de Juiz de Fora (no Estado de Minas Gerais) e morreu no ano de 1933, no Rio de Janeiro. Lecionou como professor na Escola Politécnica em Campinas até ingressar no Serviço de Proteção dos Índios (SPI) em 1910. Entre 1911 e 1917 exerceu o cargo de Inspetor Regional e em 1918 tornou-se diretor (Welper *et al.*, 2013, p. 401).

Membro do Centro de Ciências, Letras e Artes de Campinas, Luiz Bueno Horta Barbosa insurgiu-se ativamente contra as ações do governo de São Paulo sobre as populações locais, criando em 1909 uma Comissão Protetora da Defesa e Civilização dos Índios, ainda antes da constituição do SPI (Serviço de Proteção aos Índios) (Welper *et al.*, 2013, p. 401). Foi autor da conferência *A pacificação dos índios Caingangues paulistas* na Biblioteca Nacional em 19 de novembro de 1913, onde espelhou os trabalhos efetuados pelo SPI: “[...] fazer uma honesta e chã exposição de como alcançaram os funcionários do Serviço de Proteção aos Índios captar a confiança e amizade dos Caingangs, que enchiam de pavores os sertões do Estado de São Paulo [...]” (Barbosa, 1918, p. 3)<sup>31</sup>, e realçou o papel significativo no processo de “pacificação” das populações indígenas Kaingang, nomeadamente na região do rio Feio. Ao conseguirmos apreender o contacto do Serviço de Proteção dos Índios, no qual Luiz Horta Barbosa era diretor, deduzimos que este poderia ser o “intermediário” entre a panela Cocron no seu local de origem e o seu amigo e correligionário Sílvio de Almeida.

No estudo *História do Positivismo no Brasil*, verificamos a seguinte afirmação, confirmando uma vez mais o contacto entre os intervenientes Sílvio de Almeida e Luiz Horta Barbosa:

“[...] Em 1908 dois positivistas, Sílvio de Almeida e Luís Bueno Horta Barboza, tiveram destacada atuação, na imprensa paulista, em defesa dos indígenas brasileiros. (...) Em 12 de outubro de 1908, em artigo em "O Estado de São Paulo", opôs-lhe embargos Sílvio de Almeida, positivista respeitado, que durante

---

<sup>31</sup> Disponível em Instituto Socioambiental - A pacificação dos índios Caingangues paulistas. <<https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/KGD00122.pdf>> (Consultado a 18/09/2023)

vários anos mantivera em São Paulo um estabelecimento de ensino de grande prestígio. Ao protesto de Sílvio de Almeida seguiu-se o de seu jovem correligionário e amigo Luís Bueno Horta Barboza, catedrático de Mecânica e Astronomia do Ginásio de Campinas. [...]” (Lins, 1964, pp. 167 e 168).



Figura 11 - “L.B. Horta Barboza, o Inspetor de Índios de São Paulo, funcionários e índios (Apapocúva e Oguauíva) da reserva Araribá. Entre eles o Kayguá Uembé”, cliché Curt Nimuendajú, s/d. Original no Museu do Índio, Acervo Fotográfico SPI, Ref: AR103 (Fonte: <[https://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/artigo%3Awelper-barbosa-2013/welper\\_barbosa\\_2013\\_nimuendaju.pdf](https://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/artigo%3Awelper-barbosa-2013/welper_barbosa_2013_nimuendaju.pdf)> Consultado a 18/09/2023)

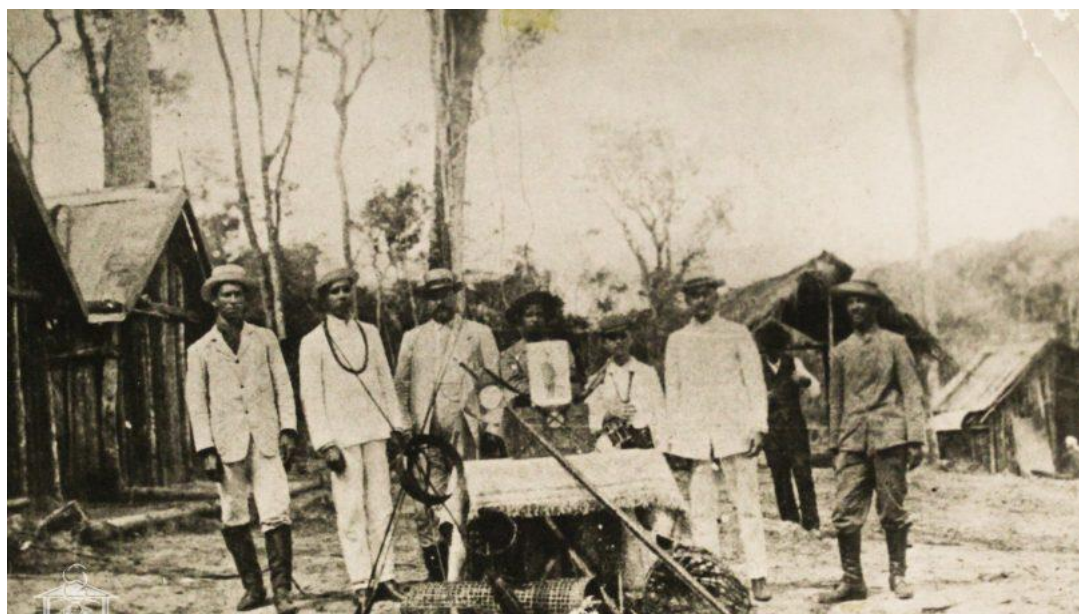


Figura 12 - Fotografia em preto e branco revelada em papel fotográfico fosco, com imagem de José Candido Teixeira, Manoel Miranda, um médico da E. F. Noroeste do Brasil, Augusto de Avelar, Julio Horta Barboza, Luiz Bueno Horta Barboza e Manoel Silvino Bandeira de Melo no Acampamento do Ribeirão dos Patos (Grupo formado, poucos dias após a “pacificação”, no acampamento do Ribeirão dos Patos - Museu Ferroviário Regional de Bauru) (Fonte: <[projetoMuseuFerroviario.com.br](http://projetoMuseuFerroviario.com.br)> Consultado a 18/09/2023)

#### 2.1.2.4 Ana de Castro Osório



Figura 13 - Carolina Beatriz Ângelo, à direita, com a correligionária da Associação de Propaganda Feminista Ana de Castro Osório, no dia das eleições para a Assembleia Nacional Constituinte. 28 de maio de 1911 (Fonte: <<https://digitara.arquivos.pt/viewer?id=1207835>>Consultado a 18/09/2023)

Já no que diz respeito à intermediária e responsável pela chegada das peças a Portugal, prima de José Leite de Vasconcelos e “propagandista” do pedido do diretor na imprensa brasileira – Ana de Castro Osório – apreendemos os seguintes traços biográficos: nascida em Mangualde no ano 1872, era filha de D. Mariana Osório de Castro Cabral de Albuquerque (pertencente a uma família aristocrata na Beira) e Dr. João Baptista de Castro, magistrado e bibliófilo. Começou a carreira de escritora aos vinte e três anos, consagrando as histórias populares na coleção *Contos Para Crianças*, em 1897, ficando célebres a *Branca-Flor* e *O Homem da Moca*, sendo reconhecida como a fundadora da literatura infantil em Portugal. Imbuída num papel interventivo social e pedagógico, fundou a revista feminina *A Sociedade Futura e a Liga Republicana das Mulheres Portuguesas*, contribuindo, através de um método propagandista, para a implantação do novo sistema governativo, bem como as reformas sociais aplicadas (colaborou com Afonso Costa, ministro da Justiça do Governo Provisório, na elaboração da futura lei do divórcio, escrevendo a obra *A Mulher no Casamento e no Divórcio*) (vol. VI, p. 264-265).

No ano de 1911, o marido foi nomeado Cônsul de Portugal e São Paulo, pertencendo o papel de consulesa a Ana de Castro Osório, o que provocou uma transferência da sua atividade editorial para esta mesma cidade. Apesar de enviuar três anos depois, em 1914, voltaria ao Brasil em 1922, para realizar inúmeras conferências em localidades como o Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná ou Rio Grande do Sul, publicando, nesta



Figura 14 - Biblioteca de Dona Ana de Castro Osório (Fonte: ANTT<<https://digitara.arquivos.pt/details?id=1207835/PT/TT/EPJS/SF/001-001/0009/0856C-a>> Consultado a 18/09/2023)

época, um grande volume intitulado *A Grande Aliança*, admitindo as relações entre os dois países. Contou com uma grande obra literária até ao seu falecimento em 1935 (Grande Enciclopédia, v. 6, pp. 264 e 265).

### 2.1.3 Outras Painelas Cocron

Entre a bibliografia consultada, a obra “*As coleções Kaingang, Guarani Nhandewa e Terena - Percurso documental, requalificação e colaboração*” (Curry, 2021), identifica outras coleções Kaingang pertencentes ao Museu Paulista, incluindo um objeto de tipologia semelhante ao artefacto do Museu Nacional de Arqueologia:

“[...] “Cocron” panella dos Kaingang do rio Feio Tribo de Vauhin. Pacificados a 19 de Março de 1912 oferecido ao Museu pela Inspetoria do Serviço de Proteção aos índios em S Paulo”, com acréscimo posterior RG2566, possivelmente letra de Thekla Hartmann. (Livro de Tombo 1914, p. 194-195, número 3891). Essa cerâmica mantém o no., mas como “Panella (Caingang)” (Inventário 1916, item 131, p. 242; Inventário 7, item 131, p. 132). O que nos chama a atenção é o registo do nome de Vauhin, um dos inúmeros chefes de grupos Kaingang que habitavam o território e que foram aldeados. A peça é contemporânea à “pacificação”. [...]” (Cury, 2021, p. 23).

Através deste estudo, encontramos o doador da painela Cocron do Museu Paulista – *Inspetoria do Serviço de Proteção aos índios em São Paulo* – e uma possível conexão de Luiz Bueno Horta Barbosa (Inspetor do Serviço de Proteção aos Índios) a ambos os artefactos. Nesta medida, existe uma forte possibilidade, tal como foi indicado anteriormente, que o Serviço de Proteção aos Índios e o seu diretor, Horta Barbosa, fossem o “meio” de obtenção da peça doada por Sílvio de Almeida a José Leite de Vasconcelos, à semelhança do que se verificou com a peça incorporada na mesma época no Museu Paulista.



#### 2.1.4 Reconstituição do Itinerário Geográfico e Cultural

Em suma, com as informações recolhidas através desta pesquisa, conseguimos concluir o seguinte: primeiramente, José Leite de Vasconcelos pediu a Ana de Castro Osório (consulesa do Brasil) armas e utensílios de pedra encabados dos povos brasileiros, assim como a Sílvio de Almeida. Posteriormente, Ana de Castro Osório fez um apelo público em diversos jornais brasileiros, incluindo o analisado *O Estado de São Paulo*, culminando na oferta de diversos artefactos para o Museu de Belém, não incluindo, todavia, as peças solicitadas pelo diretor (facto justificado pela raridade dos objetos). Sílvio de Almeida escreveu a José Leite de Vasconcelos referindo que lhe doara uma panela de barro dos Kaingang, por intermediário da consulesa, desculpando-se por não atingir o objetivo principal, mas que contava com o auxílio de Horta Barbosa, diretor do Serviço de Proteção aos Índios no Estado de São Paulo, para alcançar esse desejo.

Deste modo, admitimos que Horta Barbosa continha meios que o possibilitavam conseguir as peças indígenas ambicionadas, podendo justificar-se com o cargo desempenhado: como diretor do Serviço de Proteção aos Índios tinha contacto direto com as populações, através das campanhas de “pacificação”, medidas para “civilizar” as comunidades autóctones, deslocando-as muitas vezes dos seus territórios originais, bem como das suas tradições e cultura.

Assim, Horta Barbosa poderá ter adquirido a panela Cocron num dos processos de “pacificação” dos Kaingang e tê-la-á dado ao seu “amigo e correligionário” (segundo as fontes analisadas), Sílvio de Almeida. Horta Barbosa e Sílvio de Almeida manifestaram-se em órgãos de comunicação social (*O Estado de São Paulo* e *O Jornal do Commercio*) em favor da preservação dos direitos das populações indígenas.

Por conseguinte, Sílvio de Almeida doou a panela Cocron a José Leite de Vasconcelos, por intermediário de Ana de Castro Osório, no contexto do pedido efetuado pelo fundador.

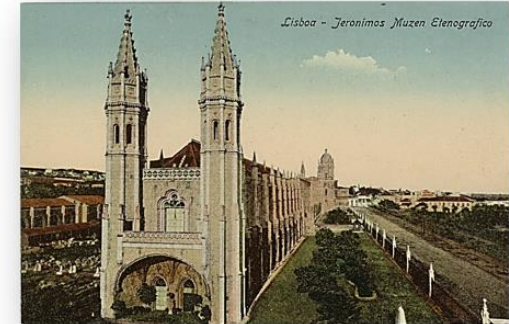
O esquema apresentado abaixo, representa o itinerário geográfico e cultural da peça:



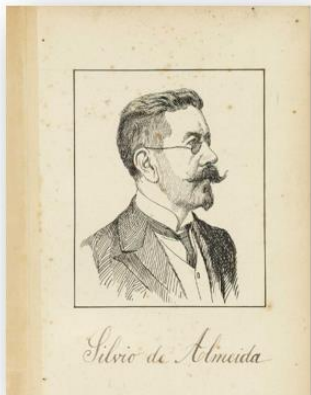
Fotografia em preto e branco revelada em papel fotográfico fosco, com imagem de José Candido Teixeira, Manoel Miranda, um medico da E. F. Noroeste do Brasil, Augusto de Avelar, Julio Horta Barbosa, **Luiz Bueno Horta Barbosa** (1871 - 1933) e Manoel Silvino Bandeira de Melo no Acampamento do Ribeirão dos Patos



Carolina Beatriz Ângelo, à direita, com a correligionária da Associação de Propaganda Feminista Ana de Castro Osório (1872 - 1935) no dia das eleições para a Assembleia Nacional Constituinte. 28 de maio de 1911



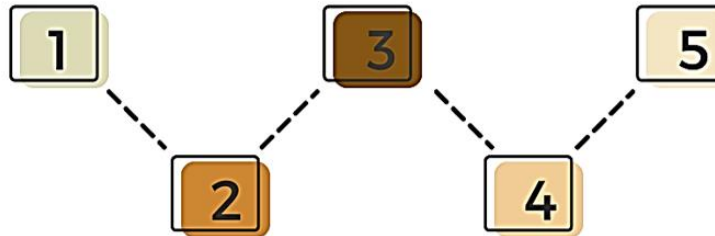
A Panela Cocron integrou-se na Coleção Etnográfica do Museu Nacional de Arqueologia em Janeiro de 1913



Possível retrato de Sílvio Tiribicá de Almeida (1867 - 1924) inserida na obra *Sonetos Brasileiros: desenhos de sonetos 217 a 257, 1867-1870*



Panela Cocron



José Leite de Vasconcelos (1858-1941)  
Fundador e primeira diretor (1893-1929)

1 – Dr. Luiz Bueno Horta Barbosa adquire (hipótese) a peça numa campanha de “pacificação” (entre a criação do SPI no ano de 1910 e 1912, data correspondente à entrega da panela Cocron) 2 – Sílvio de Almeida consegue o objeto através do seu conhecido Dr. Luiz Horta Barbosa e entrega-o a Ana de Castro Osório em dezembro de 1912 (como doação para José Leite de Vasconcelos) 3 – Ana Osório de Castro recebe a panela Cocron e transporta-a até Belém 4 – José Leite de Vasconcelos recebe a peça doada por Sílvio de Almeida 5 – A peça é incorporada na coleção Etnográfica para efeitos comparativos no Museu Nacional de Arqueologia em janeiro de 1913.

## 2.2 A máscara dos Dembos

### 2.2.1 O Objeto

O segundo caso corresponde a uma máscara africana pertencente à região do Dembos de Caculo–Cahenda, encontrando-se, à semelhança do artefacto anteriormente analisado, nas Reservas de Etnografia. A máscara, cuja numeração de inventário corresponde a ETNO 2022.5.6, deu entrada no MNA com o número E 6882 em 1916, segundo os registos disponibilizados (Livro de Entradas, Verbetes de inventário elaborados pelo fundador, ficha de inventário do Sistema Matriz e Epistolário de José Leite de Vasconcelos).

No que diz respeito à descrição material do objeto, apreendemos a registada no Sistema Matriz:

“[...] Máscara de madeira esculpida e policromada (branco, vermelho e preto). Apresenta olhos rasgados em fenda, o direito conservando resto de vidro espelhado, que evidencia as suas capacidades mediúnicas; a boca em fenda na qual se destacam os dentes inferiores talhados em ponta. Utilizada pelos adivinhos-curandeiros durante os rituais de adivinhação. A chamada "região dos Dembos", situada entre os rios Dande (Danje) e Benzo (Nzenza), sofreu ao longo dos séculos uma evidente influência económica, política e cultural do reino do Congo. Influência identitária que se projectou necessariamente



*Figura 15 - Máscara dos Dembos inserida no Museu Nacional de Arqueologia (Fonte: Sistema de Inventário Matriz, ETNO 2022.5.6)*

na sua cultura material. Alguns Dembos (chefes) reclamavam a sua ascendência neste reino, prestando-lhe "vassalagem" durante longos períodos. Portugal manteve com vários dembados (chefaturas), que constituíam e controlavam esta vasta região a norte de Luanda, relações por vezes bastante tensas. Foi precisamente durante uma campanha militar portuguesa ao dembado de Calcula Cahenda (1913) que a máscara Dembo do MNA foi recolhida. De salientar que na

mesma acção punitiva os militares apreenderam outros objectos, que viriam a ser oferecidos ao Museu da Sociedade de Geografia de Lisboa [...]”<sup>32</sup>

O objeto de madeira, com 26,5 cm de altura, tem indicado como local de origem o território angolano, especificando a região/comunidade – *Dembos* – a que pertenceu antes da exportação para solos nacionais, bem como o contexto em que foi adquirido, ou seja, numa campanha militar portuguesa ao dembado Cacula-Cahenda, no ano de 1913.

### 2.2.2 Os Atores e o Contexto

Primeiramente, encontramos a seguinte descrição no Livro de Entradas: “[...] máscara de madeira usada pelos médicos-feiticeiros (quibandas) nas suas cerimónias e feitiços. Serve nas danças simbólicas. Região dos Dembos (Caculo-Cahenda)[...]” (Livro de Entradas, p. 103), indicando como doador *Carlos Maia Pinto* e a realização da oferta a 16 de fevereiro de 1916. Posteriormente, analisámos, tal como na panela Cocron, a secção «Aquisições do Museu Etnológico Português» d’*O Archeologo Português*, mas, neste caso sem qualquer sucesso.

Nesta medida, efetuámos uma pesquisa no Epistolário de José Leite de Vasconcelos, de modo a verificar a existência de correspondência entre o diretor e o interveniente. Foi, então, descoberta a seguinte descrição numa das cartas enviadas ao fundador do museu, no dia 14 de fevereiro de 1916, sobre as peças doadas:

“[...] Ahi vão, pois, as amostras sem valor (...) Se algum (?) é o da autenticidade pois foram colhidas por mim in loco. A máscara de madeira é da região (...) Caludo-Cahenda e é utilizada pelos médicos-feiticeiros. Serve nas danças simbólicas. A cesta (quinda) é também da mesma região e de uso doméstico, para guardar milho (...). O cinto-cartucheira com polvorinho ( ...) é feito de qualquer pele resistente às vezes até de crocodilo ou jacaré. (...) [...]”.<sup>33</sup>

Assim comprovamos que a máscara oferecida a José Leite de Vasconcelos pertencia a um conjunto de peças recolhidas por Carlos Maia Pinto na região do Dembos. A descrição

---

<sup>32</sup> Disponível em MatrizNet – Máscara dos Dembos. Publicado em 2023, <<http://matriznet.dgpc.pt/MatrizNet/Objectos/ObjectosConsultar.aspx?IdReg=1069034>> (Consultado a 18/09/2023)

<sup>33</sup>Arquivo do Museu Nacional de Arqueologia, Epistolário de José Leite de Vasconcelos, Carta de Carlos Maia Pinto, 2705/18578, 14-02-1916

acima demonstra, conseqüentemente, que o contexto em que os objetos foram encontrados culminava numa intervenção militar, no ano de 1913.

Voltando às questões iniciais, mas agora direcionadas para este caso específico: Quem eram os Dembos e onde se localizavam? Quem era Carlos Maia Pinto e em que contexto fora adquirida a peça? Porque tinha doado uma máscara da região dos Dembos a José Leite de Vasconcelos?

Com base nestas interrogações, iniciou-se uma investigação com o intuito de perceber os traços biográficos do interveniente, a sua ligação à região referida na descrição (*Dembos*) e ao objeto analisado (a máscara).

#### 2.2.2.1 Carlos Maia Pinto

Através da consulta da obra *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, percebemos que Carlos Henriques da Silva Maia Pinto (1866 – 1932), engenheiro natural da cidade do Porto, foi um apoiante ativo nas manifestações republicanas, aquando do Ultimato Inglês, chegando a deputado nas Constituintes de 1911. Dez anos depois, ficaria encarregue da pasta das colónias no governo do coronel Manuel Maria Coelho, contabilizando este ministério uma duração de quatorze dias. Posteriormente, assumiu a chefia de um governo com quarentas dias de durabilidade. Verificamos, assim, uma associação às colónias portuguesas justificada pela pasta atribuída (v. 15, p. 958).



Figura 16 - Retrato do Capitão Carlos Maia Pinto disponível em «As constituintes de 1911 e os seus deputados», p. 156

Determinados os traços biográficos e o percurso de vida do doador, foi necessário compreender a terminologia *Dembos* e o seu significado efetivo: esta denominação referenciava uma região africana? Ou, por outro lado, diria respeito a uma comunidade?

### 2.2.2.2 *Dembos*

O estudo intitulado *O Dembo Caculo Cacahenda: a história de uma região e de uma chefatura (1780-1860)*, datado de 2014, apreende uma análise sobre a região dos Dembos, a administração portuguesa no local e as intervenções militares aquando das revoltas de 1913, englobando uma descrição etimológica do vocábulo:

“[...] O termo dembo é usado para nos referirmos a um território situado Angola e a um título político africano (Dembo) que é dado para o chefe e/ou líder do dembo (território). Em Angola havia a região dos dembos. (...) O Dembo Caculo Cacahenda apreendeu a usar a escrita e utilizou desta para manter uma comunicação frequente com as autoridades portuguesas em Angola. [...]” (Vieira, 2014, p. 4).

Determinamos, assim, que a nomenclatura *Dembos* correspondia a uma área geográfica na região de Angola e, também, a um cargo político referente ao chefe tribal dessas mesmas comunidades, existindo, conseqüentemente, vários *Dembados* administrados e chefiados pelos respetivos *Dembos*.

Voltando à obra Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira constata-se que:

“[...] O chamado país de Dembos (atual região de Luanda com sede em Quibaxe) está situado entre os rios Lombije e Zenza. O título de dembo envolve entre as tribos africanas do interior a ideia de autoridade e comando. (...) Até 1912 a região conserva-se pacífica e sob a autoridade absoluta do governo português. Mas a existência do pagamento de impostos na região, sem que uma força militar adequada protegesse tal decisão, além da imprudente autorização da venda de armas e

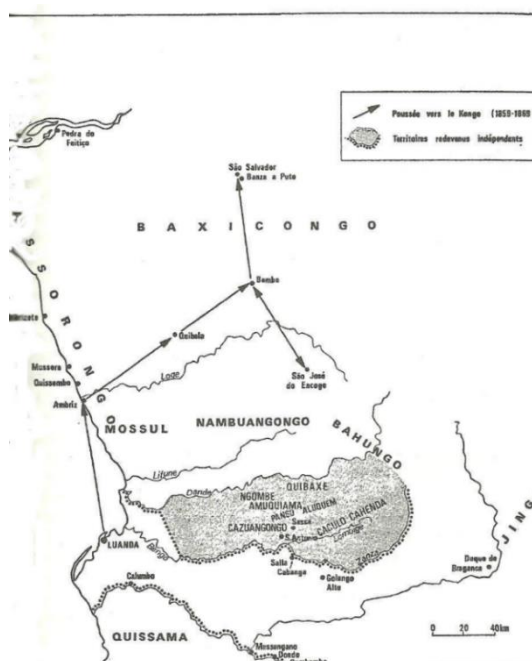


Figura 17 - Mapa do noroeste de Angola (1848-1878)  
Fonte: Pélissier, René - *Les campagnes Coloniales du Portugal* Paris, Pygmalion (Flammarion), 2004

pólvora aos indígenas levantaram nova rebelião nos Dembos, a de 1913. O forte de Santo António é cercado, cortam-lhe as comunicações, organiza-se nova coluna comandada por Maia Pinto, capitão da artilharia e tendo como adjunto David Magno<sup>34</sup>, que em 1912 retirara por doença da região agora revoltada. A coluna combate em Quingola, ataca Quidambo, destrói Quimbundo, liberta o forte cercado e restabelece postos militares, em Quindange, Balanguinga e Quingola, o que aniquila o poderio do Caculo-Caenda” (v. 8, pp. 532 a 534).

Nesta descrição, apreendemos que a região dos *Dembos*, controlada pelo Estado Português desde a implantação do Forte de Santo António de Caculo Caenda, protagonizada pelo oficial David Magno, se tinha mantido pacificada até ao ano de 1913, data da revolta impulsionada pela venda de armas/pólvora e a cobrança de impostos às populações locais.

Segundo a publicação *Histórias das Campanhas de Angola – Resistências e Revoltas 1845-1941* (Pélissier, 1997), a revolta de Caculo-Cahenda no ano de 1913 justifica-se, tal como foi referido, pela cobrança de impostos em Luanda, no âmbito de uma lógica de uniformização fiscal no território, bem como a autorização do restabelecimento do comércio de armas e pólvora na região pelo governador-geral de Angola, Norton de Matos (1867-1955), anteriormente proibido por David Magno. Quando foi anunciado ao Dembo de Caculo-Cahenda o efetivo regulamento de cobrança, este interpretou a ação do governo central como uma traição, tendo em vista que o mesmo não aconteceu com outras populações que não estavam aliadas ao Estado Português (Pélissier, 1997).

A rebelião iniciou-se, os meios de comunicação foram cortados e o forte de Santo António foi cercado. Norton Matos repôs a ordem através de uma campanha militar que duraria alguns meses com avanços e recuos, encabeçada pelo chefe do Estado-Maior, Carlos Henriques da Silva Maia Pinto, bem como pelo seu adjunto e já veterano no território, David Magno. O banza do Dembo Caculo-Cahenda acabaria por ser destruído (ao contrário do que aconselhou David Magno, que preferia um desfecho pacífico). O seu líder tornou-se um chefe de “refugiados”, e a comunidade sofreu perdas humanas, fome e doenças envolvidas (Pélissier, 1997).

---

<sup>34</sup> David Magno levantara o forte de Santo António de Caculo Caenda, criando uma estação postal em 1912 e estabelecendo um centro comercial europeu importante (Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, v. 8, p.533)

Com a investigação efetuada emergiu, para além de Carlos Maia Pinto, o nome de David Magno, oficial que levantou o Forte de Santo António em Caculo-Cahenda e que foi adjunto nas operações militares de 1913. Por conseguinte, existiu a necessidade de perceber quem seria então este interveniente e se existia alguma ligação à peça doada <sup>35</sup>.

### 2.2.2.3 David Magno

Recorrendo, uma vez mais, à Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira percecionámos a seguinte caracterização biográfica de David Magno:

“[...] Militar publicista e arqueólogo, de seu nome completo D. José Gonçalves Magno, nasceu em Lamego em 17-VIII-1877. (...) Revelando-se desde logo como soldado e colonial, o governador-geral ofereceu-lhe e confiou-lhe o comando da região dos Dembos Orientais (Lombige), ainda por submeter. Aqui, por sua exclusiva decisão, avança cinquenta kms para o interior, através de matas e montanhas e a 27-IX ocupa a banza do famoso Caculo-Cáenda, um dos mais temíveis potentados de Angola. Entrincheirando-se nessa capital dos Dembos e levantando um forte, após extraordinárias emergências, decisões e sofrimentos, nele (22-II-1910) consegue arvorar a bandeira que a Sociedade de Geografia guarda na sua “sala de honra”. Em 1913, o então tenente David Magno, oficial do mesmo Q.G., mais uma vez é chamado a essa região, em socorro do referido forte. Como adjunto do comando de uma coluna de operações, nestas toma parte decisiva, sobretudo no combate de Quingola (3 – VIII – 1913), cujo posto militar improvisa debaixo de fogo, e indo depois até às terras de Quibaxe com um destacamento dessa coluna. [...]” (vl. 15, p. 935).

Nas informações acima descritas, sobressai que, David José Gonçalves Magno foi um militar destacado para a região angolana dos Dembos Orientais e que conquistou o “temível” potentado de Caculo-Cahenda, constituindo o forte de Santo António em 1910 (encontrando-se a bandeira do respetivo forte na Sociedade de Geografia).

Para além da carreira militar, a mesma obra refere que foi arqueólogo e autor de várias publicações no âmbito da sua estadia na região de Caculo-Cahenda e da convivência com as populações locais, bem como o chefe da comunidade: *Guerras Angolanas; Os*

---

<sup>35</sup> Diversos intervenientes vão emergindo ao longo da investigação e a pesquisa de atores individuais encaminha-nos, inúmeras vezes, para outras pessoas que numa primeira instância não apareciam nos primeiros documentos analisados.



*Dembos: anais de Angola e Congo:1484-1912; A sublevação dos Dembos de 1913 e a Etnografia dos Dembos* (v. 15, p. 935).

Na obra *A Etnografia dos Dembos* (Magno, 2018), através de um estudo antropológico detalhado, David Magno, determina etimologicamente a designação dos povos locais:

“[...] Designam-se dembos os povos antigamente subordinados, como se viu, ao rei do Congo, que habitam a vasta e acidentada região denominada então Dembi e hoje Dembos (do gentílico jindembus, plural de n`dembus, que significa potentado ou sóba grande), compreendida entre os rios Dando (ao N.), Bengo ou Zenza (ao S.) e o Lombiji (afluente deste) ao oriente. Há ainda dembos importantes ao N. de Dante reunidos hoje numa capitania denominada Dembos do Norte. A banza capital dos Dembos (do sul ou de entre o Dande e o Zenza como ficou dito) é a de S. António (vulgarizado no Congo), centro das terras de Caculo Cahenda. A significação deste nome kakulo – aquele dos gémeos que nasce primeiro – ka (prefixo concordante) e henda (o segundo gémeo do amor), induz-nos a crêr tenha sido algum filho primogénito ou predileto dos antigos reis do Congo, gozando por este motivo de maior preponderância e prestígio do que os restantes chefes gentílicos. Os povos de Caculo Cahenda são conhecidos por kakulos, relativamente à tribu, e por ácu-molumbis (filhos do Congo) relativamente à terra. (...) A constituição física dos povos que designámos sob o nome de dembos e que, para não haver confusão com os meus chefes e com o nome da região, se deveriam denominar dembenses ou dembezes, varia de uns para os outros.”<sup>36</sup> (Magno, 2018, pp. 129 e 130).

Fica assim evidente que o oficial português dedicar-se-ia ao estudo e investigação das populações autóctones (demonstrando o interesse etnográfico e sociológico despertado pelo militar), bem como a descrição dos acontecimentos, com destaque para a revolução das populações ocorrida em 1913.

Dentro da diversidade temática abordada na obra *A Etnografia dos Dembos* – com capítulos destinados à origem, educação, religião, habitação, artes, ciências e faculdade

---

<sup>36</sup> Disponível em *Trabalhos de Antropologia e Etnologia – A etnografia dos Dembos*. Publicado em 2018, <<https://ojs.letras.up.pt/index.php/tae/article/view/4350/4056>> (Consultado a 18/09/2023)

intelectuais, etc. – David Magno refere-se aos *quibandas* (curandeiros) e aos métodos utilizados no tratamento das doenças:

“[...] São inúmeros os medicamentos usados pelos quibandas, quási todos vegetais. Praticam tambem pequena cirurgia, amputando; e encanando pernas ou braços fracturados. Há curandeiros que empregam uma série de pantominices para curarem o mal dos feitiços, havendo indivíduos especiais conhecidos por *chinguiladores*, que se encarregam de adivinhar a origem de certas doenças e de afugentar os feitiços por meio de rezas, vários antídotos, sortilégios e amuletos. Quando não curam um doente, atribuem a causa a um incidente qualquer fácil de acreditar. [...]” (Magno, 1919, pp. 143).

Tal como estava referido na carta de Carlos Maia Pinto, “a máscara utilizada por médicos-feiticeiros” poderá corresponder ao conjunto de instrumentos utilizados pelos *quibandas*, nomeadamente os referidos “amuletos”.

No âmbito da anterior publicação, a Sociedade de Antropologia e Etnografia viria a realizar em 1919 uma sessão científica<sup>37</sup> onde David Magno apresentaria o estudo descrito, como demonstra o relatório de trabalhos efetuado nesse ano:

“[...] Em 25 de Julho realisou-se uma segunda sessão scientifica, tambem com o melhor êxito. Nela fez uma extensa e valiosa comunicação sobre a etnografia dos Dembos, d'Angola, o sr. capitão David Magno, que na região dos Dembos, especialmente em Caculo-Cahenda, fez a directa aquisição de importantes e numerosos materiaes d'estudo. A conferência suscitou uma animada discussão, em que tomaram parte os srs. major Leite de Magalhães, Prof. Luiz Viegas e o secretário, fazendo o ultimo a apresentação duma comunicação do missionário sr. padre Antonio de Miranda Magalhães, sobre os Luangos dos Dembos, á qual juntou os seus próprios resultados sobre alguns crânios do dembado de Zumbi-Aluquem, que lhe foram enviados pelo infatigável investigador sr. padre Magalhães. A sessão finalizou com projecções luminosas de diapositivos obtidos

---

<sup>37</sup> Sessão científica realizada a 25 de julho de 1919 onde foram apresentados os Relatório de Trabalhos desse mesmo ano (Disponível em Trabalhos de Antropologia e Etnologia – Relatório de trabalhos da Sociedade de Antropologia e Etnografia de 1919. <<https://ojs.letras.up.pt/index.php/tae/article/view/4350/4056>> (Consultado a 18/09/2023)

de clichés do sr. major Magalhães relativos a costumes timorenses. [...]” (Corrêa, 1919, pp. 79).

Mediante a descrição acima, percebemos que o próprio capitão David Magno teria adquirido diversos materiais de estudo na região de *Caculo-Cahenda*, tal como acontecera com Carlos Maia Pinto. Nesta medida, deduzimos que as recolhas poderão ter sido feitas na mesma ocasião dado que Maia Pinto seria o dirigente da coluna nas operações dos Dembos em 1913 e, David Magno, seu adjunto.

De forma a aprofundar a pesquisa, dirigimo-nos ao Arquivo Histórico Militar que conserva o espólio particular de David Magno, doado e organizado pelo seu neto. Dentro da documentação analisada – o espólio é constituído por sete caixas de arquivo – encontrámos numa caixa que continha documentos avulso, um maço intitulado *Desde a Inauguração do Forte até ao 13 de Dezembro*. Foi igualmente encontrada uma descrição pormenorizada do levantamento do forte de Santo António de Caculo Cahenda e do avanço português nessa região, bem como das ações levadas a cabo, numa narrativa de carácter autobiográfico, em que mencionava as intervenções militares de 1913.<sup>38</sup> Sensivelmente no último terço do primeiro documento referido, transcrevermos a seguinte passagem:

“[...] Por consequência, depois de umas pequenas operações do pelotão em volta do Forte, que obedeciam ao duplo fim de apreender comestíveis que seriamente nos iam faltando para os soldados indígenas, em 14 de agosto de 1913 levámos a perseguição para o Norte. Por um trio que não aprisionámos o Dembo Supremo (Caculo Caenda) e todo o seu Estado, que se havia instalado em Quizombo (adiante do rio Lobo). Próximo desta povoação foi que o gentio nos avistou. Correndo para nós, atirando de longe, e ameaçando a terra e o céu, não pude evitar que a coluna se apoderasse de um grande despojo de gado e de um verdadeiro arsenal de amuletos e feitiços, espadas, instrumentos bélicos, saias de tiras de coiro e capacetes (indumentária do Estado), o que tudo serviu para os soldados indígenas e os auxiliares à noite, enquanto a povoação ardia num espetáculo

---

<sup>38</sup> Arquivo Histórico Militar, Fundo Particular de David Magno, *Desde a Inauguração do Forte até ao 13 de Dezembro* (PT/AHM/FP/55/896)

pavoroso, se divertirem à volta de assadura de vitelas, porcos, cabritos e galinhas, numa verdadeira saturnal. [...]”.<sup>39</sup>

A citação permite-nos apreender, para além do contexto em que os objetos foram adquiridos pela coluna portuguesa, da qual fazia parte Carlos Maia Pinto e David Magno, que no conjunto do arsenal estavam inseridos amuletos e feitiços, podendo alguns deles corresponder à máscara doada posteriormente ao Museu Nacional de Arqueologia. Verificámos, ainda, outro conjunto de documentos intitulados *Bastão e Espada de Caculo Caenda*, incluindo correspondência entre David Magno e a Sociedade de Geografia, bem como recortes de jornal, que admitem a integração de insígnias no Museu Nacional da Sociedade de Geografia:

“[...] Vindos de Angola, foram ontem entregues na Sociedade de Geografia as seguintes dádivas, que vão figurar no seu museu: Um bastão de comando dos reis do Congo; uma fotografia deste ano, dos mesmos monarcas, D. Pedro VII e D. Isabel; o carimbo e sinete do Dembo Kakulo Cahenda, o maior de todos os Dembos Banza de Santo António de Zaire; dois selos do rei do Congo, contendo as antigas armas reais; e o carimbo e sinete do Dembo Guibaxi Guiamubemba Banza Lisboa, do Alto Dande. [...]”<sup>40</sup>.

Na correspondência inserida neste maço documental, associada à notícia anterior, existe uma carta enviada ao Senhor Secretário Perpétuo da Sociedade de Geografia, a 30 de novembro de 1932, onde David Magno pede a verificação dos artefactos oferecidos ao Museu, ou seja, o carimbo e sinete do Dembo de Caculo Caenda, questionando a possibilidade de efetuar a oferta de um bastão e espada:

“[...] 1º Se poderia, na resposta que se dignasse mandar-me reproduzir uma impressão ou prova destes objetos com o fim de eu verificar se se trata do sinete e carimbo de mim já conhecidos pela correspondência que tive com este Caculo Caenda ou de outras edições de sinetes e carimbos, desejando eu ainda verificar se de algum deles a localidade de Santo António do Zaire – como diz na notícia – ou simplesmente Santo António . (...) 2º Se, visto que V. Exc. recebeu estes

---

<sup>39</sup> Arquivo Histórico Militar, Fundo Particular David Magno, *Desde a Inauguração do Forte até ao 13 de Dezembro*, p. 46 (PT/AHM/FP/55/896)

<sup>40</sup> Arquivo Histórico Militar, Fundo Particular David Magno, Recorte de Jornal, fl. 1 do conjunto intitolado *Bastão e Espada de Caculo Caenda* (PT/AHM/FP/55/896)

carimbos, me poderia também conceder a honra de me guardar aí juntamente um bastão e uma espada do dito Dembo, que caíram em meu poder por ocasião das operações de 1913, conforme consta da nota de fundo da página 113 do citado Boletim, nº 12 e que também tendo trazido de ideia oferecer a um Museu Colonial. No caso de resposta afirmativa oportunamente os remeterei a V. Exc. devidamente autenticados. Ficarão assim reunidos a bandeira, a espada, o sinete, o carimbo e o bastão de um dos mais históricos potentados de Angola, cuja monografia também oportunamente desejo publicar, talvez no Boletim das Colônias, aperfeiçoando e completando a interessante, secular e sangrenta história dos Dembos. [...]”<sup>41</sup>

Num outro documento datado a 6 de dezembro desse mesmo ano, com o título *INFORMAÇÃO*, temos a resposta da possibilidade de acolhimento dos referidos objetos por parte do Museu da Sociedade de Geografia:

“[...] Quanto ao bastão e espada do referido Dembo, que o Snr. Major Magno deseja oferecer ao Museu, entendo que há toda a conveniência e interesse em ser aceite tal oferta, pois ficarão reunidos todos estes objetos de grande valor histórico e que muito veem enriquecer ainda mais as suas coleções. [...]”.<sup>42</sup>

Por conseguinte, depreendemos que, para além de Carlos Maia Pinto, também David Magno teria recolhido outros objetos nas operações em Caculo Caenda de 1913 – como o bastão e a espada mencionados – doando-os ao Museu da Sociedade de Geografia, à semelhança do que acontecera com a máscara no Museu Nacional de Arqueologia.

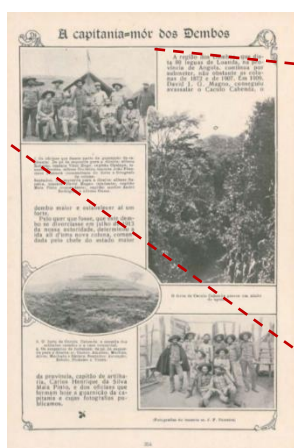


Figura 18 – “Sentados da esquerda para a direita: alferes Saraiva, tenente David Magno (ajudante), capitão Carlos Maia Pinto (comandante), capitão médico André Rodrigues e alferes Gama.” (Fonte: Ilustração Portuguesa, 29-09-1913, p. 354, disponível em <https://hemeroteca.digital.cm-lisboa.pt/OBRAS/Ilustracao>)

<sup>41</sup> Arquivo Histórico Militar, Fundo Particular David Magno, Correspondência de David Magno, 30/10/1932, fl. 2 (PT/AHM/FP/55/896)

<sup>42</sup> Arquivo Histórico Militar, Fundo Particular David Magno, Correspondência de David Magno, 06/12/1932, fl. 1

### 2.2.3 Reconstituição do Itinerário Geográfico e Cultural

Em suma, ao contrário do que acontecera com a panela Cocron, a máscara dos Dembos não protagonizou uma encomenda de José Leite de Vasconcelos, constituindo uma recolha de bens culturais autónoma, num contexto militar específico. Os objetos foram retirados dos seus locais de origem, sem uma finalidade propriamente académica, antropológica ou historiográfica. Apesar de David Magno se destacar pelos registos etnográficos da região dos Dembos durante a sua estadia no território africano, estes objetos foram adquiridos por uma campanha militar de “pacificação”, levada a cabo pelo governo português em 1913.

Assim, e com base das informações recolhidas, concluímos que os Dembos são uma região próxima de Luanda, e a terminologia engloba a área geográfica em questão, bem como o título político de chefatura. Estas populações estavam sob a alçada do governo português desde 1910, aquando da conquista do banza de Caculo-Cahenda executada por David Magno e a constituição do Forte de Santo António na região. Todavia, com a permissão do comércio de armas e pólvora, assim como a imposição de uniformização fiscal e a cobrança de imposto às comunidades indígenas, iniciou-se uma revolta no ano de 1913. Norton de Matos, governador-geral de Angola, tentou pôr fim à desordem instaurada através de uma campanha militar de “pacificação” comandada por Carlos Henriques da Silva Maia Pinto (chefe do Estado-Maior), tendo como seu adjunto o já experiente e veterano no território, David Magno.

Tal como é referido quer na correspondência entre Carlos Maia Pinto e José Leite de Vasconcelos, quer nos registos do Espólio de David Magno, a coluna militar ter-se-á apoderado de um grande arsenal de objetos como amuletos, feitiços, espadas, bem como instrumentos bélicos e indumentária militar. A máscara dos Dembos foi recolhida pelo próprio capitão Carlos Maia Pinto, juntamente com uma cesta e um cinto-cartucheira (comprovado na documentação do Epistolário de José Leite de Vasconcelos), oferecidos três anos mais tarde, em 1916, ao Museu Nacional de Arqueologia (esteve em exposição antes de 1980, como é comprovado no Arquivo Fotográfico do MNA, Anexo I).

Já David Magno recolheu o bastão e a espada do Dembo Caculo-Cahenda, oferecidos à Sociedade de Geografia, somente dezanove anos depois, em 1932 (como verificado na correspondência entre o militar e a Sociedade de Geografia). Seguidamente, é apresentado um esquema representativo do itinerário geográfico e cultural da peça:



Rebelião na região dos Dembos em 1913



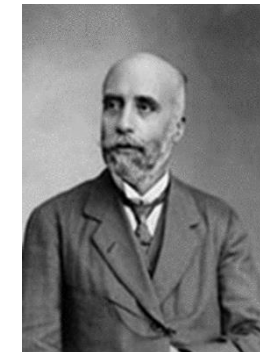
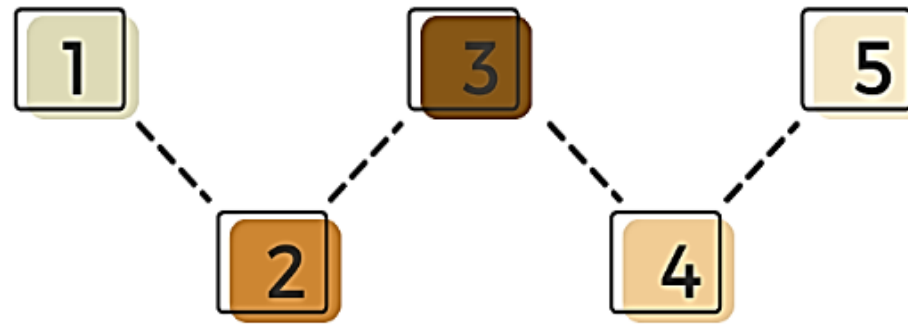
O Capitão Carlos Maia Pinto adquire a máscara dos Dembos e o Major David Magno a espada e o bastão



A máscara dos Dembos integrou-se na Coleção Etnográfica do Museu Nacional de Arqueologia em fevereiro de 1916 (recolhida em 1913)



Fotografia com David Magno (1877 – 1957) e Carlos Maia Pinto (1866 – 1932) – Arquivo Histórico e Militar Campanha Militar Portuguesa para a “Pacificação dos Dembos”



José Leite de Vasconcelos (1858-1941)  
Fundador e primeira diretor (1893-1929)

1 – A região do Dembo Caculo-Cahenda foi conquistada por David Magno e encontra-se pacificada até 1913, quando se inicia uma rebelião contra o governo central português  
 2 – Carlos Maia Pinto comanda uma campanha militar para restabelecer a ordem, com o adjunto David Magno  
 3 – Um grande arsenal de objetos é recolhido nesta intervenção, incluindo a máscara  
 4 – Carlos Maia Pinto doa em 1916 a máscara dos Dembos, um cinto cartucheira e uma cesta a José Leite de Vasconcelos  
 5 – As peças são incorporada na coleção Etnográfica no Museu Nacional de Arqueologia.

### 2.3 A coleção doada por Alberto Osório de Castro

O último caso de estudo incide sobre os artefactos doados por Alberto Osório de Castro existentes no Museu Nacional de Arqueologia. Através da análise das fontes historiográficas presentes no MNA – os Verbetes de Inventário, o Livro de Entradas e *O Archeologo Português* – foi possível identificar a coleção de objetos etnográficos coloniais oferecida pelo doador. Foram também utilizadas as fichas de inventário do Sistema Matriz, elaboradas a partir das fontes historiográficas.

A correspondência entre José Leite de Vasconcelos e Alberto Osório de Castro (Epistolário de José Leite de Vasconcelos), desde 1868 a 1946, constituiu igualmente uma fonte imprescindível na *Pesquisa de Proveniência* e reconstituição do itinerário das peças em questão.

Com o intuito de aprofundar o método de aquisição e doação dos artefactos, desenvolveram-se pesquisas em diversas instituições, especialmente na Biblioteca Nacional de Portugal, onde se insere o Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea. O *Espólio da Família Osório de Castro* (inserido neste arquivo), possui fontes historiográficas referentes a Alberto Osório de Castro: correspondência com Ana Osório de Castro, Paulino de Oliveira e José Leite de Vasconcelos. No portal online da Biblioteca Nacional de Portugal encontramos ainda inúmeras cartas digitalizadas entre o doador e Camilo Pessanha, com quem partilhava interesse pela etnografia.

No que diz respeito à coleção propriamente dita, existiu um esforço de perceber as proveniências e as datas de incorporação das peças no Museu Nacional de Arqueologia e, nesta medida, uma determinação dos intervalos cronológicos em que Alberto Osório de Castro ocupou cargos jurídicos nas ex-colónias portuguesas. Assim, concretizou-se também uma pesquisa no Arquivo Histórico Ultramarino, para a consulta dos Boletins Oficiais do Governo Geral do Estado da Índia, de Timor e da Província de Angola (alguns disponíveis também na Biblioteca Nacional de Portugal). A Biblioteca da Procuradoria-Geral da República, o Supremo Tribunal de Justiça e o Tribunal da Relação de Lisboa foram outras instituições onde tentámos adquirir alguma documentação associada ao doador.



### 2.3.1 O Doador e o contexto

Alberto Osório de Castro nasceu em Coimbra, no ano de 1868, e faleceu aos 78 anos na cidade de Lisboa, em 1946. Foi neto do antigo governador de Macau, José Osório de Castro Cabral de Albuquerque, apresentando, deste modo, ascendentes com cargos diplomáticos nas colónias ultramarinas (Paulino, 2019).

Formou-se em Direito, exercendo a atividade de juiz municipal na localidade de Óbidos. Anos mais tarde, foi juiz nas colónias portuguesas, nomeadamente na Índia, Angola e Timor, bem como juiz do Supremo Tribunal de Justiça e presidente do Conselho Superior de Administração Pública, já em território nacional (Paulino, 2019).



Figura 19 - Alberto Osório de Castro (Fonte: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Alberto\\_Os%C3%B3rio\\_de\\_Castro](https://pt.wikipedia.org/wiki/Alberto_Os%C3%B3rio_de_Castro)> Consultado a 18/09/2023)

Utilizando os *Boletins Oficiais do Governo Geral do Estado da Índia* existentes no Arquivo Histórico Ultramarino como exemplo, conseguimos perceber os intervalos temporais dos cargos ocupados por Alberto Osório de Castro nesta colónia portuguesa. No Boletim de 25 de janeiro de 1894, na rubrica *Governo Geral* (incorporada na secção intitulada *Summario* e onde são descritas as portarias de forma sucinta), temos a seguinte informação: “[...] Nº 54 e 55 – Idem que o juiz de direito da comarca de Bardez e delegado do procurador da corôa e fazenda da comarca de Salsete tomem posse e entrem no exercício dos seus cargos. [...]”<sup>43</sup>. Ao efetuar-se a leitura completa da portaria número 55, podemos identificar o local e a data exata em que assumiu o cargo de delegado do procurador da Coroa em Salsete (Índia):

“[...] Tendo-se apresentado hoje n`este governo o bacharel Alberto Ozorio de Castro, nomeado delegado do procurador da corôa e fazenda na comarca de Salsete, por decreto de 23 de novembro último: hei por conveniente que tome posse e entre no exercício do seu cargo. As auctoridades e mais pessoas, a quem o conhecimento e execução d`esta competir, assim o tenham entendido e

---

<sup>43</sup> Arquivo Histórico Ultramarino - Boletins Oficiais do Governo Geral do Estado da Índia, 25-01-1894, p. 79

cumpram. Palacio do governo geral, 24 de janeiro de 1894. O Governador Geral, Raphael d' Andrade. [...]”<sup>44</sup>.

Percecionamos, assim, que Alberto Osório de Castro foi nomeado “delegado do procurador da coroa e fazenda da comarca de Salsete”, no final de 1893, e entrou em atividade no início de 1894.

Continuando a investigação pelos Boletins, encontramos o nome Alberto Osório de Castro referido inúmeras vezes até 8 de março de 1907, onde apreendemos a seguinte portaria:

“[...] Nº 82 – Attendendo ao que requereu o bacharel Alberto Osório de Castro, pedindo a liquidação do tempo de seu serviço n`este Estado: hei por conveniente declarar para os efeitos legaes, que, em vista da liquidação que abaixo segue, conta o requerente até 2 do corrente, 12 annos, 4 mezes e 13 dias de serviço effectivo. (...) As autoridades e mais pessoas, a quem o conhecimento d`esta competir, assim o tenham entendido. Palacio do governo geral, em Nova Goa, 7 de março de 1907. O Governador Geral, Arnaldo de Novaes Guedes Rebello. [...]”<sup>45</sup>.

No mesmo Boletim, existe uma tabela onde está indicado pormenorizadamente o período temporal ocupado por Alberto Osório de Castro em cada nomeação:

Liquidação	Annos	Mezes	Dias
Nomeado delegado do procurador da Corôa e Fazenda na comarca de Salsete, por decreto de 23 de novembro de 1893, tomou posse em 26 de janeiro de 1894 e serviu até 5 de maio de 1895.....	1	3	9
Nomeado ajudante do procurador da Coroa e Fazenda junto da Relação de Nova Goa, por decreto de 9 de março de 1895, tomou posse em 6 de maio de 1895 e serviu até 21 de fevereiro de 1897.....	1	0	15
Nomeado juiz de direito da comarca de Damão, por decreto de 21 de janeiro de 1897, tomou posse em 4 de março immediato e serviu até 13 de junho de 1899.....	2	3	9
Transferido para a comarca das Ilhas de Goa, por decreto de 10 de maio de 1899, tomou posse em 14 de junho immediato e serviu até 30 de junho de 1904.....	5	-	16
Nomeado procurador da Coroa e Fazenda junto da Relação de Nova Goa, por decreto de 30 de maio de 1904, tomou posse em 1 de julho immediato e serviu até 2 do corrente.....	2	8	1
Somma .....	13	-	20
Deduz-se o tempo que esteve ausente no reino em virtude de licença concedida pela portaria régia de 25 de junho de 1902, nos termos do artigo 152.º do regimento de justiça...	-	8	7
Liquido .....	12	4	13

Figura 20 - Quadro do período em funções de Alberto Osório de Castro (fonte: Arquivo Histórico Ultramarino – Boletins Officiais do Governo Geral do Estado da India, 08-03-1907, p.242)

<sup>44</sup> Arquivo Histórico Ultramarino - Boletins Officiais do Governo Geral do Estado da India, 25-01-1894, p. 81

<sup>45</sup> Arquivo Histórico Ultramarino - Boletins Officiais do Governo Geral do Estado da India, 08-03-1907, p. 242

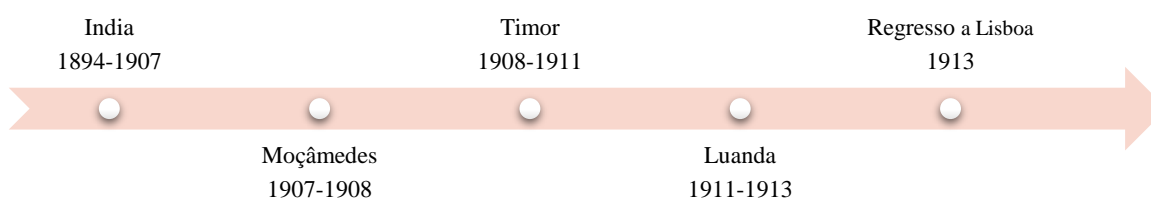
Segundo o quadro, Alberto Osório de Castro ocupou o cargo de delegado e procurador da Coroa e Fazenda na comarca de Salsete desde 1894 a 1895. Depois foi nomeado ajudante do procurador da Coroa e Fazenda junto da Relação de Nova Goa, entre 1895 e 1897, posteriormente foi juiz de direito da comarca de Damão, entre 1897 e 1899, sendo transferido para as Ilhas de Goa, entre 1899 e 1904, e findou as funções em 1907, aquando da nomeação para procurador da Coroa e Fazenda junta da Relação de Nova Goa (compreendendo a totalidade de doze anos, quatro meses e três dias na Índia).

Contactámos a Biblioteca da Procuradoria Geral, o Tribunal da Relação de Lisboa, bem como o Supremo Tribunal, com o intuito de aprofundar os dados biográficos de Alberto Osório de Castro. Por conseguinte, a obra intitulada *Biografias dos Presidentes do Tribunal da Relação de Lisboa (1833-2010)*<sup>46</sup>, da autoria do Dr. Paulo Silveira e Sousa (2010), refere a biografia de Alberto Osório de Castro e os períodos de tempo em cada colónia, dando origem à tabela seguinte, que articula os dados do *Boletim Oficial do Governo Geral do Estado da Índia* com as informações retiradas da obra acima mencionada:

<u>Cargo</u>	<u>Ano</u>
Delegado do Procurador da Coroa e Fazenda na Comarca de Salsete;	1894-1895
Ajudante do Procurador da Coroa e Fazenda junto da Relação de Nova Goa;	1895-1897
Juiz de Direito da Comarca de Damão;	1897-1899
Juiz da Comarca das Ilhas de Goa;	1899-1904
Procurador da Coroa e Fazenda junto da Relação de Nova Goa.	1904-1907
Juiz de Direito em Moçâmedes	1907-1908
Juiz de Direito em Timor	1908-1911
Chega à 2º Instância, sendo Juiz da Relação de Luanda	1911-1913
Admissão no quadro do Continente e Ilhas, fica agregado à Relação de Lisboa	1913

Tabela 1 – Cargos exercidos por Alberto Osório de Castro nas colónias ultramarinas e identificação dos períodos correspondentes

Tendo em vista as informações acima, podemos admitir o seguinte esquema face à circulação de Alberto Osório de Castro nas colónias portuguesas, até à efetiva admissão em território nacional:



<sup>46</sup> Gentilmente cedida pelo Tribunal da Relação de Lisboa

Para além do exercício da magistratura, Alberto Osório de Castro ingressou no Partido Centrista Republicano e apoiou o governo de Sidónio Pais, assumindo a pasta de Ministro da Justiça entre maio e outubro no ano de 1918. No âmbito literário, esteve ligado ao nascimento de publicações como a revista *Boémia Nova – Revista de Literatura e Sciencia* (onde se estreou na área da poesia) e *O Oriente Português* (aquando da sua estadia na Índia). Em 1908 viria a ser publicado o primeiro livro impresso de Timor, *Flores de Coral* da sua autoria (Paulino, 2019).

Deste modo, com base nas fontes e bibliografia consultadas, verificamos a intensa ligação às colónias portuguesas, onde teria adquirido os artefactos que foram oferecidos a José Leite de Vasconcelos.

Com o objetivo de apreender a doação de outros artefactos, para além dos encontrados nas fontes pertencentes ao Museu Nacional de Arqueologia, recorreu-se a outras instituições e arquivos, principalmente a Biblioteca Nacional de Portugal, onde, como já se referiu, se insere o Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea que conserva o *Espólio da Família Osório de Castro*.

Analisada a correspondência entre o doador e Ana de Castro Osório, bem como Paulino de Oliveira, não conseguimos perceber nenhuma informação referente a aquisições de artefactos ou doações, sendo as temáticas apresentadas maioritariamente de foro pessoal (lembremo-nos que Alberto Osório de Castro e Ana de Castro Osório eram irmãos).

Todavia, uma carta da autoria de José Leite de Vasconcelos a Alberto Osório de Castro, datada a 13 de setembro de 1912, refere o seguinte:

“[...] Não só o felicito pela grande actividade ethnographica, mas lhe agradeço lembrar-se sempre de mim. Que bela ideia a de Fundação de um Museu Ethnográfico de Angola. Aqui em Lisboa há como sabe o da Sociedade de Geografia e a secção ou secções do Museu Ethnográfico (ethnografia portuguesa; Etnografia colonial, mera amostra). Li já todo o seu volume e muito me agradou . Algumas omissões: p. 45 Se os mortos[?] vem visitar ou [per.] viver[?], é meios de evitar isso./p. 57 Podia ter citado Feitiços e Manipaços, não fala de tabu nem de totens./ p.64 Falta na secção de literatura popular: contos e fábulas (não só os do n.º 18), adivinha, proverbio, etc./p. 70, n.º 163 seio de troca (comestíveis, fazendas etc.). Como terá muitos exemplares, poderá enviar-me mais um para mim

e outro para o museu de etnografia? Acrescentei um índice manuscrito que será útil ter impresso. Nova felicitação lhe envio. Um abraço [...]”.<sup>47</sup>

Conseguimos apreender que Alberto Osório de Castro pretendia fundar o Museu Etnográfico de Angola, configurando, por esta via, uma intervenção direta nas áreas da Etnografia, Antropologia e História, e tornando muito verosímil o seu interesse pelo estudo de artefactos e objetos, bem como pelas civilizações autóctones das localidades onde exerceu cargos de magistratura.

Através do artigo *Portugal em bicos de pés: etnografia colonial e modernismo truncado*<sup>48</sup>, da autoria de Diogo Ramada Curto (2022), verificamos que Alberto Osório de Castro teria adaptado um questionário etnográfico local baseado no *Institut Ethnographique Internationale* de Paris, com a finalidade de constituir um Museu Etnográfico e Arqueológico de Angola e Congo entre os meses de fevereiro e março no ano de 1912. Desta forma, pretendia combater a lacuna existente de estudos etnográficos sobre a África portuguesa, em comparação com as investigações efetuadas pelas outras potências europeias nas respetivas colónias. Alberto Osório de Castro já tinha impulsionado estudos socioculturais etnográficos, aquando da sua estadia



Figura 21 - Camilo Pessanha e Alberto Osório de Castro, em 1912 (Fonte: <[https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Camilo\\_Pessanha\\_e\\_Alberto\\_Os%C3%B3rio\\_de\\_Castro.jpg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Camilo_Pessanha_e_Alberto_Os%C3%B3rio_de_Castro.jpg)> Consultado a 18/09/2023)

em Timor e na Índia Portuguesa, visíveis na correspondência<sup>49</sup> trocada com Leite de Vasconcelos, onde mencionava, no ano de 1902, a formação de uma Comissão de Arqueologia em Nova Goa, que se viria a centrar em aspetos do âmbito antropológico e etnográfico da região, tendo como órgão de comunicação adjacente o *Oriente*.

Para além do fundador do Museu Etnológico Português, Alberto Osório de Castro partilhou, como já foi referido anteriormente, correspondência com Camilo Pessanha, que

<sup>47</sup> Biblioteca Nacional de Portugal, Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea, Bilhete Postal de José Leite de Vasconcelos a Alberto Osório de Castro, cota A 1279

<sup>48</sup> Disponível em Contacto – Portugal em bicos de pés: etnografia colonial e modernismo truncado . Publicado em 14 de janeiro de 2022, <<https://www.wort.lu/pt/portugal/portugal-em-bicos-de-pes-etnografia-colonial-e-modernismo-truncado-61e15f4ade135b92361489de>> (Consultado a 18/09/2023)

<sup>49</sup> Arquivo do Museu Nacional de Arqueologia, Epistolário de José Leite de Vasconcelos Carta de Alberto Osório de Castro, cota 4207, 24-09-1902.

se debruçou sobre estudos da língua e cultura chinesas <sup>50</sup>, o que atesta mais uma vez o seu interesse pelos estudos etnográficos e filológicos.

### 2.3.2 O Processo de identificação da coleção

A existência de uma coleção de objetos etnográficos coloniais doados por Alberto Osório de Castro está registada em diversas fontes historiográficas. A primeira fonte analisada nesta investigação corresponde à revista do Museu Nacional de Arqueologia – *O Archeologo Português* – onde recorremos ao levantamento das *Aquisições do Museu Etnológico Português*<sup>51</sup>, cujos resultados podem ser observados:

Artefacto	Proveniência	Fonte
		<i>O Archeologo Português</i>
«O Sr. Dr. Alberto Osório de Castro ofereceu-me uma lâmpada de metal moderna, proveniente da Índia Portuguesa (recolhida no Museu, a título de comparação ethnophrágica)»	Índia Portuguesa	Volume III, 1897, p. 122
«Um diadema emplumado dos dançadores de tēbedai do reino de Lantēm»	Reino de Lautém, Timor	Volume XXIV, 1919-1920, p. 269.
«Rabeca que tem a caixa feita de coco e o cabo de madeira da cidade da Praia»	Cidade da Praia, Cabo Verde	Volume XXIV, 1919-1920, p. 269.
«Um guarda-chuva de folha de palmeira»	Timor	Volume XXIV, 1919-1920, p. 269.
«Um recipiente para água, feito de uma folha de palmeira»	Ilha de Ataúro ou Pulo-Cambing, Timor	Volume XXIV, 1919-1920, p. 269.
«Um modelo de uma casa lúlik "tabú", de uma aldeia do reino de Lantēm, Timor»	Timor	Volume XXIV, 1919-1920, p. 269.
«Uma arma de cana»	Timor	Volume XXIV, 1919-1920, p. 269.
«Um bracelete de bronze»	Timor	Volume XXIV, 1919-1920, p. 269.
«Um porrinho com cara tatuada, dos Celes, povo das cercanias do Novo Redondo»	Luanda, Angola	Volume XXIV, 1919-1920, 269.
«xorca de bronze, vinda de Timor, jurisdição de Caxido,	Timor, Reino de Vemássi	Volume XVIII, p.158

<sup>50</sup> Disponível em Cartas a Alberto Osório de Castro – Correspondência do autor a Alberto Osório de Castro. Publicado a 1984, <<https://purl.pt/14369/1/cartas-autor-alberto-castro.html>> (Consultado a 18/09/2023)

<sup>51</sup> Levantamento elaborado Maria Francisca Laevski no âmbito do projeto TRANSMAT – Verão com Ciência (2021)

reino de Vemássi (ve = água, mássi = salgado: «mar»): estava na habitação indígena; Machado de bronze da mesma procedência; Lança de bronze, ou dardo, da mesma procedência.»		
---	--	--

Tabela 2 - Objetos doados por Alberto Osório de Castro ao MNA. Fonte: *O Archeologo Portugues*.

Fazendo uma análise da Tabela 2, percebemos a existência de doze objetos doados (o primeiro em 1897 e os restantes entre outubro de 1913 e agosto de 1917, segundo *O Archeologo Português*): uma lâmpada de metal moderna, um diadema, uma rabeca, um guarda-chuva, um recipiente, um modelo de casa, uma arma, uma bracelete, um porrinho, uma xorca, um machado e uma lança de bronze. Quanto à proveniência, a maioria dos objetos – dez – tinha origem asiática (Índia Portuguesa e Timor) e os restantes – dois – seriam africanos (um de Cabo Verde e outro de Angola).

Os Verbetes de Inventário, elaborados por José Leite de Vasconcelos, protagonizam a segunda fonte analisada. Encontramos, conseqüentemente, os seguintes objetos associados a Alberto Osório de Castro:

<u>Artefacto</u>	<u>Proveniência</u>	<u>Fonte</u>
		<b>Verbetes de Inventário</b>
«Paliteiro - E 5157. Oferta com os n.ºs 5157 a 5160 ao director do Museu pelo seu amigo Dr. Alberto Osório de Castro, que esteve em Timor entre 1913 e 1914.»	Novo Redondo, Angola, África	Verbete 34
«Diadema - E 5156. Oferta com os n.ºs 5157 a 5160 ao director do Museu pelo seu amigo Dr. Alberto Osório de Castro, que esteve em Timor em 1913/1914.»	Reino de Lautém, Timor	Verbete 134
«Cohé/Bornal - E 5159. Oferta com os n.ºs 5157 a 5160 ao director do Museu pelo seu amigo Dr. Alberto Osório de Castro, que esteve em Timor. Em 1913/1914»	Reino de Lautém, Timor	Verbete 211
«Cohé/Bornal - E 5160. Oferta com os n.ºs 5157 a 5160 ao director do Museu pelo seu amigo Dr. Alberto Osório de Castro, que esteve em Timor. Em 1913/1914»	Reino de Lautém, Timor	Verbete 212
«Relevo/Escultura - E 5158 - Oferta com os n.ºs 5157 a 5160 ao director do Museu pelo seu amigo Dr. \ de Castro, que esteve em Timor.»	Bicholim, Índia	Verbete 252

Tabela 3 - Objetos doados por Alberto Osório de Castro ao MNA. Fonte: *Verbetes de Inventário*.

Por conseguinte, determinámos cinco objetos: um paliteiro, um diadema, dois cohé/bornal (s) e um relevo/escultura, verificando uma peça já referida na tabela anterior (um diadema proveniente do reino de Lautém).

No Livro de Entradas (terceira fonte), identificamos quinze objetos doados por Alberto Osório de Castro: uma xorca de bronze, um machado de bronze, um lança de bronze, um diadema, dois “Cohé”, um guarda-chuva, um recipiente para a água, modelo de uma casa “lulik”, uma arma de cana, uma bracelete de bronze, um relevo, um porrinho, uma rabeca e um paliteiro.

<u>Artefacto</u>	<u>Proveniência</u>	<u>Fonte</u>
		Livro de Entradas
«Xorca de bronze vinda de Timor, jurisdição de Caxido, reino de Veurássi (que(?) ..., mássi: "mar") estava numa casa "hilila" "tabu"(?).»	Timor	artefacto 3969
«Um machado de bronze vinda de Timor, jurisdição de Caxido, reino de Veurássi (que(?) ..., mássi: "mar") estava numa casa "hilila" "tabu"(?).»	Timor	artefacto 3970
«Uma lança de bronze ou dardo vindos de Timor, jurisdição de Caxido, reino de Veurássi (que(?) ..., mássi: "mar") estava numa casa "hilila" "tabu"(?).»	Timor	artefacto 3971
«Diadema emplumado dos dançadores de "Tèbedai" (bataque ou dança de guerra e de cerimonial: do reino de Lautém (Timor).»	Reino de Lautém, Timor	artefacto 5156
«Dois "Cohé" [com h aspirado]: sacos ou bornais de feiticeiro ou curandeiro, onde vão remédios, amuletos, etc.. Do reino de Lautém (Timor).»	Reino de Lautém, Timor	artefacto 5159/5160
«Guarda chuva de folha de palmeira, de uso geral em Timor (Indonésia).»	Timor	artefacto 5218
«Recipiente para água feito de uma folha de palmeira: da ilha de Ataúro ou Pulo-Caming (Timor). Encontrado junto a um poço na praia do Sol.»	Ilha de Ataúro, Timor	artefacto 5219



«Modelo de uma casa "lulik", "tabú", de uma aldeia do reino português de Lautém (Timor). Nestas casas se guardam certos objectos "lulik", por exemplo um bracelete e um machado de bronze que já estão no Museu.»	Reino de Lautém, Timor	artefacto 5220
«Arma de cana para atirar aos "pastrinho", passarinhos em Timor. Arremessa-se com arco, com as setas. (domínio português)»	Timor	artefacto 5221
«Bracelete de bronze de Timor achado numa casa "lulik", como se diz no nº 522o.»	Timor	artefacto 5232
«Relêvo de pedra que representa o deus da guerra (figura de guerreiro com rodela e espada) de Bicholim, na Índia Portuguesa: obtido em casa de uma bailadeira»	Bicholim, Índia Portuguesa	artefacto 5158
«Um porrinho com cara tatuada, dos Celes, povo das cercanias do Novo Redondo (África: Luanda)»	Novo Redondo, Luanda	artefacto 6000
«Rabeca, que tem a caixa feita de côco, e o cabo de madeira: da cidade da Praia (Cabo Verde)»	Cidade da Praia (Cabo Verde)	artefacto 5217
«Paliteiro de pau: de Novo-Redondo (Angola): dos antropófagos Séles: sátira às mulheres brancas ... »	Novo Redondo, Angola	artefacto 5157

Tabela 4 - Objetos doados por Alberto Osório ao MNA. Fonte: Livro de Entradas.

Percecionamos novamente, a referência de objetos anteriormente mencionados como uma xorca, um machado, uma lança, um diadema, um guarda-chuva, um recipiente para a água, um modelo de uma casa Lúlik, uma arma de cana, uma bracelete de bronze, um relevo, dois cohés, um porrinho, uma rabeca e um paliteiro.

O levantamento anterior permitiu-nos elaborar uma quinta tabela com o universo completo dos objetos encontrados até então, alguns coincidentes nas fontes históricas analisadas, como se apresenta sintetizado. Verificamos, deste modo, a importância do cruzamento das fontes historiográficas para a identificação das coleções.

Objeto	Fonte Historiográfica		
	Archeologo Português	Verbetes de Inventário	Livro de Entradas
<i>Lâmpada de metal moderno</i>	sim	não	não
<i>Diadema</i>	sim	sim	sim
<i>Rabeca</i>	sim	não	sim
<i>Guarda Chuva</i>	sim	não	sim
<i>Um recipiente para água</i>	sim	não	sim
<i>Um modelo de uma casa lúlik</i>	sim	não	sim
<i>Uma arma de cana</i>	sim	não	sim
<i>Uma bracelete de bronze</i>	sim	não	sim
<i>Um porrinho</i>	sim	não	sim
<i>Paliteiro</i>	não	sim	sim
<i>2 Cohé/Bornal</i>	não	sim	sim
<i>Relevo/Escultura</i>	não	sim	sim
<i>Xorca de Bronze</i>	sim	não	sim
<i>Um machado de bronze</i>	sim	não	sim
<i>Uma lança de bronze</i>	sim	não	sim

Tabela 5 - Comparação dos registo de doação por Alberto Osório de Castro registados nas várias fontes históricas analisadas.

Como conseguimos perceber, o diadema originário do Reino de Lautém (Timor) é o único artefacto mencionado nas três fontes historiográficas analisadas até então. Os restantes objetos encontram-se registados em duas das três fontes apresentadas: no *Archeologo Português*, nos *Verbetes de Inventário* ou no *Livro de Entradas*. A lâmpada de metal moderno corresponde ao único artefacto referido numa única fonte – *O Archeologo Português* – pois foi doado no ano de 1897, anteriormente à elaboração do *Livro de Entradas* (efetuado somente no ano de 1906).

Seguidamente, analisou-se o Epistolário de José Leite de Vasconcelos, de modo a apreender alguns objetos na correspondência trocada entre o doador e fundador, bem como a aquisição dos mesmos e o itinerário percorrido até ao Museu Nacional de Arqueologia.

No Epistolário de José Leite de Vasconcelos encontramos correspondência trocada com Alberto Osório de Castro, permitindo-nos entender o contexto de formação desta coleção.

Os documentos epistolares (cinquenta e um no total, entre os quais cartas, cartões-postais e cartões de visita), correspondem a um arco temporal de quarenta e oito anos, sendo a data mais tardia de 1892, ainda no século XIX, e a data mais recente a do ano da morte de José Leite de Vasconcelos em 1940. Face às temáticas percecionadas na correspondência, conseguimos enumerar muitas cartas redigidas de foro pessoal, facto justificado pela partilha de laços familiares entre José Leite de Vasconcelos e Alberto Osório de Castro como foi referido anteriormente. Porém, também apreendemos o período de Alberto Osório de Castro nas colónias ultramarinas (como Angola, Timor, Índia) e, conseqüentemente, a indicação de alguns objetos mencionados ao longo da documentação.

Primeiramente, numa carta datada a 2 de abril de 1911, com proveniência de Dili (Timor), encontramos a descrição:

“[...] Saberá que encontrei aqui antigüissimas armas de bronze. Guardo uma ponta farpada de flecha e um machado. Mandeí outro machado a Van Gennep (...) [...]”<sup>52</sup>.

Este é o 1º documento identificado na correspondência que indicia a coleta de artefactos, aquando da estadia nas colónias portuguesas. Evidencia também o envio de uma peça etnográfica, um machado, para o etnólogo Arnold Van Gennep (1873-1957).

Seguidamente, a 28 de junho de 1914, sem indicação do local de origem de emissão, encontramos a seguinte referência:

“[...] O porrinho que meu sobrinho lhe deu e fora meu presente de África trouxe-o de Novo Redondo tendo-me sido ali dado como obra dos vizinhos antropófagos Péles ou Céles. É uma boa caserva [?] que chega às vezes aos subúrbios [?] de Novo Redondo a apanhar serviçaes [?] para comer. Na mesma ocasião recebi

---

<sup>52</sup> Arquivo do Museu Nacional de Arqueologia, Epistolário de José Leite de Vasconcelos, Carta de Alberto Osório de Castro 636/4216 A-B, 02-04-1911

porrinhos do Amboim, região próxima dos Seles, e por isso será melhor dar a indicação de “Sertão de Novo Redondo [...]”<sup>53</sup>.

Noutro cartão de visita, sem indicação de data ou local, verificamos: “[...] Deixo também uma corda de contas, dos pretos de Capagombe e um porta-cartas da mesma região. Em casa tenho um porrinho que lhe darei. (...) [...]”<sup>54</sup>.

Nestas fontes temos a indicação dos seguintes artefactos: uma ponta de flecha e um machado na primeira carta, um porrinho de Novo Redondo na segunda carta, uma corda de contas, um porta-cartas (ambos de Capagombe) e um porrinho na terceira (não sabemos se poderá corresponder ao porrinho de Novo Redondo, pois esta última carta não tem data nem localização). De modo a sintetizar a informação recolhida, elaborou-se a tabela abaixo, com os cinco objetos registados na correspondência:

<u>Artefacto (s)</u>	<u>Proveniência</u>	<u>Fonte Historiográfica</u>
		Epistolário José Leite de Vasconcelos
“[...] Guardo uma ponta farpada de flecha e um machado. (...) [...]”.	Dili, Timor	Cota MNA 636/4216 A-B (2 de abril de 1911)
“[...] O porrinho que meu sobrinho lhe deu e fora meu presente de África trouxe-o de Novo Redondo tendo-me sido ali dado como obra dos vizinhos antropófagos Péles ou Céles. (...) [...]”.	Sertão, Novo Redondo	Cota MNA 636/4219 (28 de junho de 1914)
“[...] Deixo também uma corda de contas, dos pretos de Capagombe e um porta-cartas da mesma região. Em casa tenho um porrinho que lhe darei. (...) [...]”	Capagombe	Cota MNA 636/4240 (sem data)

*Tabela 6 - Objetos doados por Alberto Osório de Castro registados na correspondência existente no Epistolário de José Leite de Vasconcelos*

Como é possível concluir, admitimos a coleta de dois objetos de Timor – uma ponta de flecha e um machado, – um objeto africano de Novo Redondo, – um porrinho, – e dois objetos de Capagombe, – uma corda de contas e um porta-cartas. Face ao segundo

<sup>53</sup> Arquivo do Museu Nacional de Arqueologia, Epistolário de José Leite de Vasconcelos, Carta de Alberto Osório de Castro 636/4219, 28-06-1914

<sup>54</sup> Arquivo do Museu Nacional de Arqueologia, Epistolário de José Leite de Vasconcelos, Carta de Alberto Osório de Castro 636/4240, s.d.

porrinho mencionado, se corresponder ao porrinho referido na carta datada de 28 de junho de 1914, será então de Novo Redondo. Esta referência constitui, todavia, apenas uma hipótese (assumiremos, no entanto, esta posição, considerando tratar-se do mesmo porrinho).

Deste modo, e tendo em vista as informações até aqui recolhidas, apreendemos que as peças encontradas não estão registadas de maneira uniforme e que existem objetos registados somente em uma/duas fontes, enquanto outros são mencionados em grande parte dos documentos.

Com o intuito de uma melhor perceção e sintetização dos dados levantados, foi elaborada outra tabela (Tabela 7, Anexo III) que incorpora os objetos identificados até ao momento, englobando, ainda, os dados das fichas de Inventário executadas no Sistema Matriz (produzidas a partir dos Verbetes de Inventário originais da autoria de José Leite de Vasconcelos), que tendem a ser mais completas, sobretudo na descrição material das peças e nos registos fotográficos.

Para além da informação adicionada, existiu um esforço de cruzar as fontes historiográficas que admitem Alberto Osório de Castro como doador (*O Archeologo Português*, Verbetes de Inventário, Livro de Entradas e Epistolário) e outras, que não tendo esse registo clarificado, descrevem os objetos de forma semelhante aos encontrados. Encontra-se nesta situação a rabeça, cuja descrição n`*O Archeologo Português* poderá corresponder a um dos objetos indicados com a mesma nomenclatura nos Verbetes de Inventário, contudo, sem indicação do doador. O mesmo se verifica no caso do porrinho, existindo trinta e quatro exemplares que poderão corresponder ao doado por Alberto Osório de Castro. A Tabela 7 (Anexo III) disponibiliza os resultados do exercício de cruzamento das fontes historiográficas e das fichas de inventário do Sistema Matriz, tendo em vista a sua pertinência no âmbito da metodologia que seguimos ao longo da nossa investigação.

Nesta medida, é possível identificar a totalidade de 18 objetos que remetem para os seguintes pontos geográficos de origem: Timor, Índia, Angola e Cabo Verde. O Gráfico 1 apresenta, quantitativamente, os objetos referenciados e a respetiva proveniência:

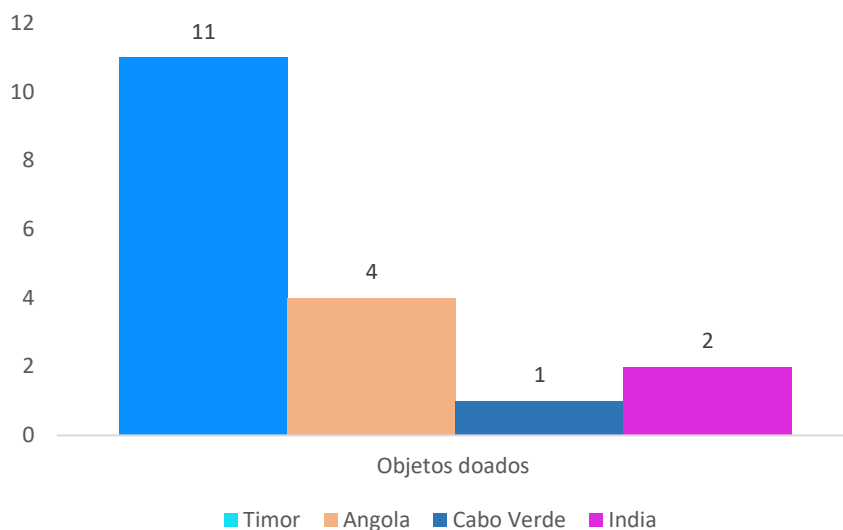


Gráfico 1 - Proveniência dos objetos doados por Alberto Osório de Castro

Deste modo, conseguimos apreender que a maioria dos objetos tem origem em Timor – onze objetos – seguindo-se Angola – com quatro artefactos – Índia – dois – e Cabo Verde com apenas um. Determinamos, por conseguinte, a percentagem de objetos oriundos do continente Asiático (Timor e Índia com 62%) e Africano (Angola e Cabo Verde com 28%).

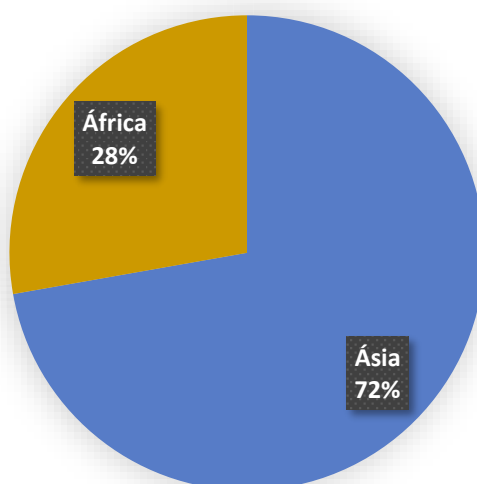


Gráfico 2 – Origem dos artefactos doados por Alberto Osório de Castro por continente

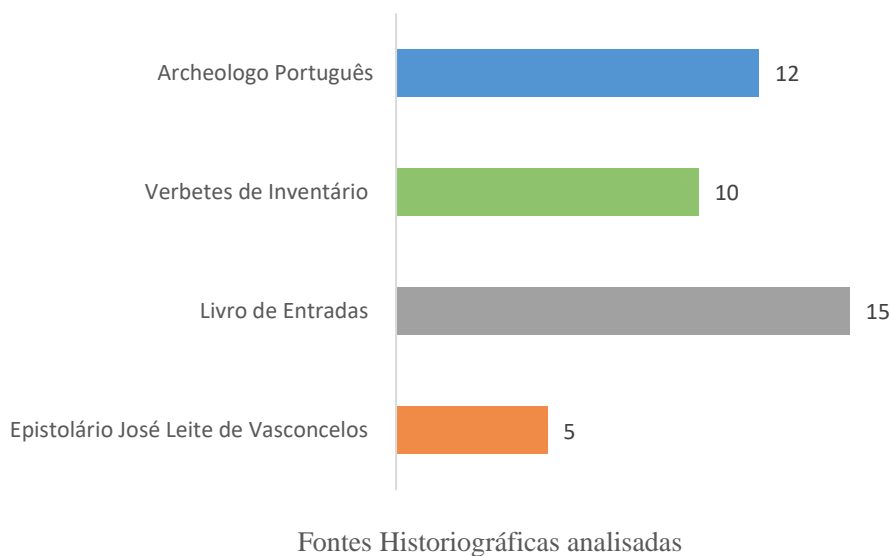


Gráfico 3 - Número de objetos encontrados em cada fonte historiográfica

No que respeita às fontes historiográficas analisadas, observamos que o documento que nos permite encontrar um maior número de peças, corresponde ao Livro de Entradas, seguindo-se *O Archeologo Português*. Em terceiro lugar, aparecem os Verbetes de Inventário e, em último, o Epistolário de José Leite de Vasconcelos. Já o Sistema Matriz, baseado nas fontes historiográficas, contém cinco fichas de inventário.

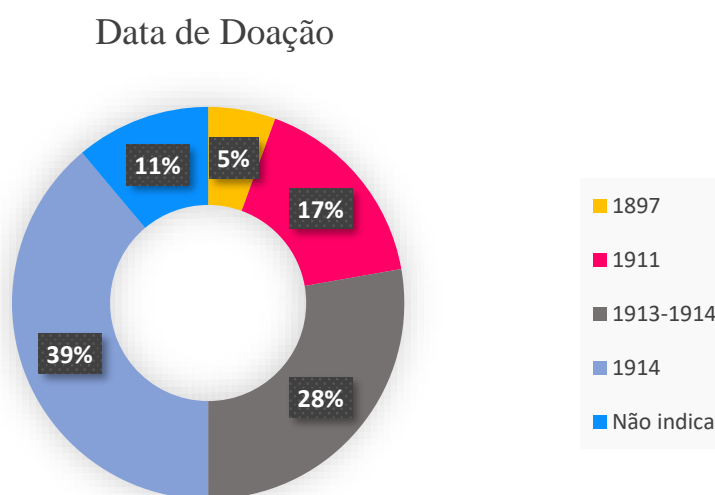


Gráfico 4 - Percentagem de objetos etnográficos doados por Alberto Osório de Castro consoante os anos

Na sequência deste último gráfico, conseguimos verificar a percentagem de artefactos doados pelos anos mencionados nas fontes historiográficas analisadas. O ano de 1914 corresponde ao período com maior número de doações – rabeca, guarda-chuva, recipiente para água, modelo de casa Lúlik, arma de cana, bracelete de bronze e porrinho. Segue-se o intervalo cronológico entre 1913 e 1914 – diadema, paliteiro, dois cohé e relevo/escultura – com uma percentagem de 28%. Assim, juntando estes 39% aos 28%, concluímos que neste período foram doados mais de metade dos objetos ao Museu Nacional de Arqueologia (Gráfico 4).

A partir do já referido estudo *Biografias dos Presidentes do Tribunal da Relação de Lisboa (1833-2010)*, percebemos que Alberto Osório de Castro ingressou na Relação de Lisboa e ficou admitido no quadro do Continente e Ilhas no ano de 1913 (Sousa, 2010). Esta informação indica que o doador já se encontrava em território nacional aquando da doação da maior fração de objetos, ou seja, quer no ano de 1914 (que representa 39%), quer o período entre 1913 e 1914 que espelha 28%.

O terceiro ano com mais doações, 1911, coincide com a ascensão de Alberto Osório de Castro à 2ª Instância e o cargo de Juiz da Relação de Luanda, permitindo concluir que ainda se encontrava nas ex-colónias portuguesas (Sousa, 2010). Os objetos cuja data de doação é desconhecida representam uma percentagem de 11%. A fração menor, de apenas 5%, corresponde ao ano de 1897.

Sistematizamos, assim, a coleção doada ao MNA por Alberto Osório de Castro e o respetivo registo fotográfico, presente nas fichas de inventário do Sistema Matriz:

Número de Inventário	Objeto	Fotografias MNA do Sistema Matriz
Sem número de inventário nem número de entrada	Lâmpada de Metal Moderna	Não existe
Número de inventário ETNO 134 Número de entrada E5156	Diadema	Não existe



<p>Número de inventário ETNO 2022.5.124 ou ETNO 209/C.S.C</p>	<p>Rabeca</p>	
<p>Sem número de inventário Número de entrada 5218</p>	<p>Um guarda-chuva</p>	<p>Não existe</p>
<p>Número de inventário ETNO 2015.1.4</p>	<p>Recipiente para a água/cesto</p>	
<p>Sem número de inventário Número de Entrada 5220</p>	<p>Modelo de casa Lúlik</p>	<p>Não existe</p>
<p>Número de Entrada 5221</p>	<p>Uma arma de cana</p>	<p>Não existe</p>
<p>Número de inventário 252 Número de entrada 5158</p>	<p>Escultura/R elevo</p>	
<p>Sem número de inventário Número de Entrada 5232</p>	<p>Bracelete de Bronze</p>	<p>Não existe</p>

<p>Número de inventário ETNO 2022.5.71 Sem número de entrada</p>	<p>Porrinho</p>			
<p>Número de inventário ETNO 2022.5.46 Número de entrada 5157</p>	<p>Paliteiro</p>			
<p>Número de inventário ETNO 2022.7.2 Número de Entrada 5160</p>	<p>Cohé</p>			
<p>Número de inventário ETNO 2022.7.3 Número de entrada E5159</p>	<p>Cohé</p>			
<p>Número de inventário ETNO 270 Número de entrada 3969</p>	<p>Xorca de Bronze</p>	<p>Não existe</p>		

Número de inventário ETNO 268 Número de entrada 3970	Machado de Bronze	Não existe
Número de inventário ETNO 269 Número de entrada 3971	Lança de Bronze	Não existe
Sem número de inventário nem número de entrada	Corda de Contas	Não existe
Sem número de inventário nem número de entrada	Porta Cartas	Não existe

Tabela 8 - Registo fotográfico da coleção doada por Alberto Osório de Castro ao MNA

Como é possível verificar na última tabela, conseguimos identificar sete fotografias associadas aos artefactos doados por Alberto Osório de Castro, disponibilizadas nas fichas de inventário do Sistema Matriz. Todavia, dois objetos – a rabeça e o porrinho – têm fotografias pertencentes às fichas de inventário dos artefactos que poderão corresponder aos oferecidos pelo doador. A rabeça poderá corresponder à peça **ETNO 2022.5.124** ou **ETNO 209/C.S.C.** Já no caso do porrinho, foi escolhido uma das trinta e quatro hipóteses existentes no MNA, neste caso, o que tem o número de inventário **ETNO 2022.5.71**. Contudo, onze objetos doados por Alberto Osório de Castro não possuíam, à data da realização deste trabalho<sup>55</sup>, nenhuma fotografia no Sistema Matriz.

O Paliteiro, um dos objetos da referida coleção que aparece nos registos fotográficos do Sistema Matriz pode também ser identificado nas fotografias número 11 e 12 do Arquivo Histórico Fotográfico do MNA (Anexo IV).

### 2.3.3 Reconstituição dos itinerários geográficos e culturais

Concluimos, através do presente caso analisado, que a coleção etnográfica doada por Alberto Osório de Castro demonstra uma complexidade diferenciada dos demais exemplos, pois indicia uma recolha premeditada dos artefactos nas colónias ultramarinas, para partilha de conhecimento científico, sendo enviados, posteriormente, a José Leite de Vasconcelos.

Alberto Osório de Castro formou-se em Direito e exerceu diversos cargos ligados à magistratura em território nacional, bem como nas ex-colónias portuguesas: Índia

<sup>55</sup> Questionámos o Museu Nacional de Arqueologia sobre a existência de registos fotográficos dos objetos em falta, mas obtivemos a indicação que a instituição só contém as fotografias inseridas nas fichas de inventário do Sistema Matriz.

Portuguesa, Timor, Angola (Moçâmedes e Luanda). Homem ligado à cultura através da publicação de diversas obras literárias, espelhou também um interesse pela etnografia das populações autóctones onde ocupava cargos jurídicos.

De forma a combater a lacuna referente a estudos etnográficos sobre a África portuguesa, contrariamente às investigações impulsionadas por outras potências ocidentais nas respetivas colónias, Alberto Osório de Castro executou (como foi analisado nas fontes consultadas) um questionário etnográfico inspirado no que foi utilizado pelo *Institut Ethnographique Internationale* de Paris no ano de 1912, cujo objetivo culminava na constituição de um Museu Etnográfico e Arqueológico de Angola e Congo. No ano de 1902, já tinha formado uma Comissão de Arqueologia em Nova Goa, centrada em aspetos antropológico e etnográfico da região, com um órgão de comunicação associado: *O Oriente*. Demonstramos, assim, que Alberto Osório de Castro prefigura um doador que investiu e procurou os objetos que adquiriu para conhecimento teórico e científico, enviando-os para outros intelectuais europeus como o etnólogo Arnold Van Gennep. Este contexto de apropriação dos objetos difere com a recolha da máscara (por intervenção militar) ou da panela Cocron, obtida, com grande probabilidade, numa campanha de “pacificação” das populações locais brasileiras pelo SPI e, posteriormente, doada ao MNA, aquando do apelo efetuado por José Leite de Vasconcelos.

No que toca à coleção doada por Alberto Osório de Castro, conseguimos identificar quais os objetos doados por este, bem como a quantidade e origem dos mesmos, finalizando em dezoito peças. Não sendo possível aprofundar o itinerário geográfico e cultural de todos os artefactos como nos exemplos anteriores, tendo em vista a falta de informação nas fontes historiográficas, analisámos este caso como um conjunto de peças associado a um interveniente e às circunstâncias que permitiram obter esta diversificada coleção, proveniente de três continentes distintos.

Seguidamente, apresentamos um mapa com os pontos geográficos referentes à proveniência dos objetos doados por Alberto Osório de Castro, permitindo uma ampla perceção da diversidade e tipologia de artefactos que foram doados de cada local:

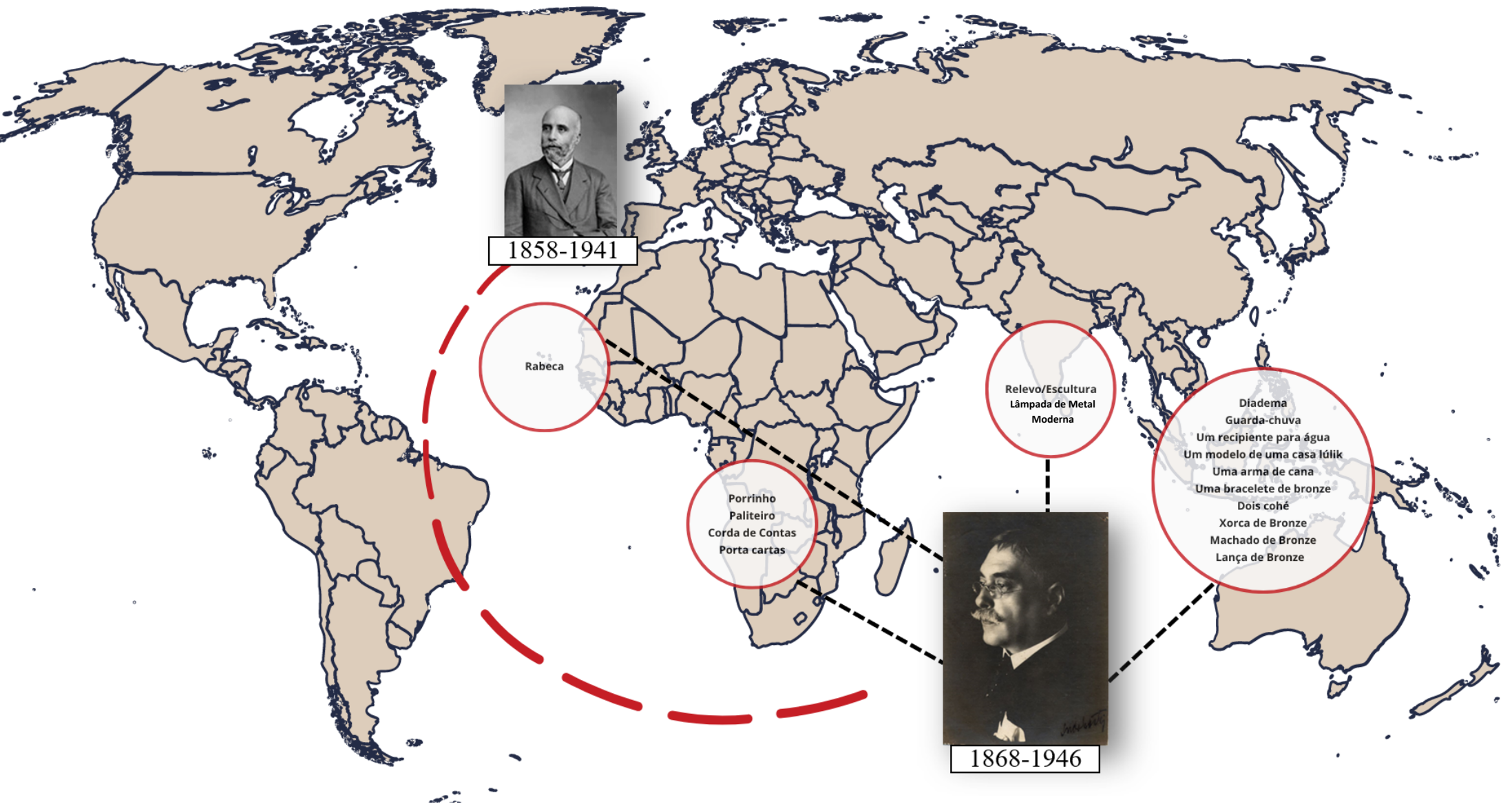


Figura 1 - Mapa com a origem geográfica dos objetos doados por Alberto Osório de Castro ao MNA

### 3. Proposta de Salvaguarda dos objetos estudados

Os três casos acima referidos – a panela Cocron do grupo étnico Kaingang, a máscara africana da região dos Dembos e a coleção doada por Alberto Osório de Castro – demonstram a importância da promoção de conhecimento dos bens culturais tutelados, por parte das instituições museológicas. A *Pesquisa de Proveniência*, que possibilita uma investigação referente às biografias dos objetos e a reconstituição dos seus percursos, desde a génese ao destino final, é fundamental e imprescindível no que respeita à salvaguarda e valorização patrimonial, incluindo a identificação de todos os intervenientes envolvidos, bem como as metodologias aplicadas no processo de recolha/aquisição e transporte, e ainda os contextos desses dinâmicos e complexos processos.

Uma forma de salvaguardar e valorizar os objetos analisados, poderia passar pela exposição e divulgação pública, existindo uma cooperação entre as informações adquiridas através deste estudo e o conhecimento das populações autóctones dos países de proveniência. Nesta medida, diversas perspetivas incorporariam a dita exposição, permitindo um novo olhar sobre os artefactos culturais e uma “descolonização” dos Museus ocidentais, pois abrir-se-ia uma oportunidade para dar “voz” a outras comunidades e culturas na narrativa museográfica nacional. A exposição em questão, poderia ter um carácter itinerante, não se restringindo somente ao Museu Nacional de Arqueologia nem às instituições localizadas em território nacional, admitindo um diálogo entre museus internacionais e, futuramente, a realização da mesma nos respetivos países de origem das peças. Nesta medida, daria resposta à lacuna existente, quer no acesso às coleções etnográficas não europeias pelo público geral e pelas comunidades autóctones (que culmina num desconhecimento profundo sobre os artefactos), quer no que respeita ao próprio percurso do objeto, desde a aquisição até à incorporação no MNA).

A proposta museográfica para a exposição, que será apresentada neste capítulo, não é estanque. Numa fase seguinte, deverá ser enriquecida com os dados e informação adquiridos através da cooperação com as populações autóctones, onde profissionais dos países de origem poderiam participar na inventariação, conservação e exposição das peças, contribuindo e espelhando um passo importante para o verdadeiro, democrático e transparente conhecimento dos objetos etnográficos que, sendo tutelados pelos museus nacionais, cruzam diferentes povos e culturas.

### 3.1 Fundamentação teórica

Segundo o ponto seis do Artigo 2 da Lei de Base do Património Cultural: “[...] Integram o património cultural não só o conjunto de bens materiais e imateriais de interesse cultural relevante, mas também, quando for caso disso, os respetivos contextos que, pelo seu valor de testemunho, possuam com aqueles uma relação interpretativa e informativa. [...]” (Lei de Bases do Património Cultural, 2001, p. 5808). O referido artigo demonstra a relevância que o contexto inerente ao próprio bem cultural revela, culminando numa maior valorização patrimonial. Já no terceiro ponto do artigo 3º está indicado que “[...] O conhecimento, estudo, proteção, valorização e divulgação do património cultural constituem um dever do Estado, das Regiões Autónomas e das autarquias locais. [...]” (Lei de Bases do Património Cultural, 2001, p. 5808). O papel dos poderes públicos consignado na Lei de Bases é coincidente com o objetivo da *Pesquisa de Proveniência* face às coleções transnacionais inseridas nas instituições portuguesas, pois acentua a importância da compreensão e conhecimento dos trajetos efetuados pelas peças, dos atores responsáveis, das interligações existentes e das redes de contacto envolventes.

Por conseguinte, uma das medidas adotadas para a valorização e salvaguarda das coleções extraeuropeias passa pelo estudo e inventariação dos artefactos constituintes, tal como é descrito na Lei Quatro dos Museus Portugueses, no artigo 8º:

“[...] O estudo e a investigação fundamentam as ações desenvolvidas no âmbito das restantes funções do museu, designadamente para estabelecer a política de incorporações, identificar e caracterizar os bens culturais incorporados ou incorporáveis e para fins de documentação, de conservação, de interpretação e exposição e de educação. [...]” (Lei Quadro dos Museus Portugueses, 2004, p. 5380).

Além disso, no artigo 19º da mesma Lei, destinado à elaboração da ficha de inventário, onde são registados os diversos campos que deverão constituir o documento, pode ler-se o seguinte:

“[...] A ficha de inventário museológico integra necessariamente os seguintes elementos: a) Número de inventário; b) Nome da instituição; c) Denominação ou título; d) Autoria, quando aplicável; e) Datação; f) Material, meio e suporte, quando

aplicável; g) Dimensões; h) Descrição; i) Localização; j) Historial; l) Modalidade de incorporação; m) Data de incorporação. [...]” (Lei-Quadro dos Museus Portugueses, 2004, p. 5381).

Deste modo, percecionamos a lacuna existente no que diz respeito à biografia e percurso do objeto, desde a sua produção à efetiva entrada nas instituições museais, assim como as comunidades envolvidas e os atores responsáveis pela recolha, transporte e doação/compra/venda do artefacto ou coleção. Contamos somente com a secção “historial” que, em primeiro lugar, não indica os subcampos que serão desenvolvidos e, em segundo lugar, não parece admitir vastas informações sobre o contexto de aquisição e os atores relacionados, anteriores à chegada da peça no museu.

Como afirma Batchamann *et al.* (2022, p.21), e em particular para as coleções adquiridas em conjunturas complexas e sensíveis como as coloniais, espelhando relações de desequilíbrio de poder entre as potências colonizadoras e os povos colonizados, a documentação altamente padronizada e sistematizada nos museus é “[...] *incompatible with the claim to document absence, invisibilisation, or omittance of information typical for colonial knowledge production. [...]*” ou seja, não engloba as narrativas omitidas e negligenciadas, bem como a admissão de falta de informação na incorporação das informações. Esta omissão e falta de conhecimento encontram-se visíveis no que toca aos dados documentais relativos às pessoas envolvidas: “[...] *The omittance and invisibilization of information is most obvious in relation to the documentation of people. [...]*” (Batchamann *et al.*, 2022, p. 23). Esta reflexão é coincidente com a descrição da Lei-Quadro dos Museus Portugueses, onde nos deparamos com a inexistência de um campo nas fichas de inventário para os intervenientes que participaram na recolha, aquisição e doação da peça. Verifica-se apenas a secção “Autoria, quando aplicável”, maioritariamente sem preenchimento no que toca às coleções recolhidas nestes panoramas, e o campo “Modalidade de incorporação”, que indica apenas o modo de entrada do artefacto – doação, compra, etc. – bem como a pessoa associada a esta ação, esquecendo os restantes intermediários.

A inventariação é, assim, um dever inerente à instituição que tutela o bem cultural, pois os artefactos deverão ser: “[...] obrigatoriamente objeto de elaboração do correspondente inventário museológico [...]” (Lei-Quadro dos Museus Portugueses, 2004, p. 5381), protagonizando um dos primeiros passos para salvaguardar e valorizar o património



cultural incorporado nos museus nacionais, tendo em vista a sensibilidade e complexidade particulares das coleções recolhidas num âmbito colonial. Consequentemente o aumento de campos de informação nas bases de dados, de forma a englobar as redes de contacto e interligações que as biografias dos objetos admitem, é imprescindível para a diminuição das lacunas existentes.

Outra medida de valorização e salvaguarda é a própria disponibilização dessas informações e bases de dados de forma pública, incentivando o estudo, o conhecimento e a divulgação destas coleções extraeuropeias, incluindo as próprias comunidades dos países de origem, como está referido nas linhas de orientação para o tratamento de coleções coloniais:

“[...] Communities of origin and countries of origin would like to know where key parts of their cultural heritage are located, and would like this heritage to be accessible to them. They demand a transparent dialogue on the care of the items concerned, a discernible willingness to critically examine the colonial heritage, and an open-minded attitude towards the return of collection items. [...]” (Deutscher Museums Bund, 2021, p. 8).

Verificamos, inúmeras vezes, um desconhecimento generalizado da presença destas coleções nas instituições, quando se encontram dispostas, por exemplo, em reservas não visitáveis e/ou quando não estão inventariadas nem disponibilizadas digital e fotograficamente (se não fosse viável a observação física, devido ao estado de conservação do artefacto, o registo fotográfico poderia ser uma alternativa). Se esse conhecimento não é perpetuado e incentivado pelos museus, o direito ao próprio património cultural está a ser retirado às populações autóctones, pois nunca saberão da existência dos seus artefactos em países ocidentais, repercutindo novamente as ações coloniais e imperialistas (primeiramente, com a recolha dos bens culturais dos pontos geográficos de origem e, atualmente, com a omissão da presença dos mesmos nos museus): “ [...] Museums should make available the knowledge on the collection item which is contained in their archives and databases. [...]” (Deutscher Museums Bund, 2021, p. 47).

A globalização e a era digital em que nos encontramos permite a partilha de bases de dados entre museus e uma administração conjunta das coleções:

“[...] a gestão partilhada do Património Cultural parece ser uma saída deste diálogo Cultural numa visão partilhada da nossa Humanidade, sendo os Museus um lugar para construção de um desenvolvimento sustentável para todas as nações com o conhecimento profundo das realidades culturais dos povos [...]” (Chuquela et. al, 2022, p. 90).

A participação e inclusão das comunidades de origem no tratamento das coleções (inventariação, conservação/restauro, exposição) é crucial para a inserção do olhar do “Outro” e a mudança das narrativas transmitidas: “[...] collections can be conserved, curated, and researched by appropriate specialists from the communities of origin, and exhibitions can be designed in direct collaboration with representatives of communities of origin [...]” (Deutscher Museums Bund, 2021, p. 47).

A declaração intitulada *Right of Reply - Indigenous Rights in Data and Collections*<sup>56</sup>, publicada em 2021, reivindica o direito de resposta dos povos indígenas e uma análise crítica face à documentação existente em museus, arquivos e bibliotecas sobre os seus bens culturais, que normalmente perpetuam um discurso historiográfico eurocêntrico e unilateral: “[...] The Right of Reply is contingent on the Right to Know, and is a component of a larger participatory model in which record ‘subjects’, individuals and communities, are repositioned to become record ‘agents’ and participants in the act of record creation. [...]” (Indigenous Archives Collective, 2021). Assim será possível uma nova perspetiva, mais inclusiva e enriquecedora, sobre as coleções: “[...] the Right of Reply can provide alternative versions and descriptive frameworks which sit alongside, rather than replace, the organisational interpretation of records. [...]” (Indigenous Archives Collective, 2021).

O Código Deontológico do ICOM para os Museus, aprovado em 1986, na 15ª Assembleia Geral, determina um esforço de cooperação das instituições com as populações naturais: “[...] Os museus devem promover a partilha de conhecimentos, da documentação e dos acervos com museus e organizações culturais dos países e comunidades de onde estes provêm. [...]” (ICOM, 2009, p. 13). Além disso, menciona o significado histórico,

---

<sup>56</sup> Disponível em Indigenous Archives Collective - *Right of Reply - Indigenous Rights in Data and Collections*. Publicado em 2021, <<https://indigenousarchives.net/2021/08/09/position-statement-on-the-right-of-reply-to-indigenous-knowledges-and-information-held-in-archives-released/>> (Consultado a 18/09/2023)

identitário, étnico e religioso que os bens culturais espelham para aquelas sociedades, realçando que a restituição deverá ser viabilizada: “[...] se um país ou povo de origem busca a restituição de um objeto ou espécime que tenha sido exportado ou transferido violando os princípios estabelecidos nas convenções internacionais e nacionais, e demonstrar que este objeto ou espécime faz parte do património cultural ou natural (...) [...]” (ICOM, 2009, p. 14).

Verificamos, igualmente, diversos esforços por parte de museus ocidentais para a integração e cooperação das comunidades autóctones no tratamento das coleções etnográficas. Refira-se, nomeadamente, o projeto *Archives Vivantes* (ENS Lyon)<sup>57</sup>, que incorpora as perspetivas de profissionais ligados à arte e cultura do Benim e Senegal – através da filmagem de entrevistas e testemunhos entre 2011 e 2015 – referentes aos artefactos recolhidos na missão etnográfica Dakar-Djibuti entre 1931 e 1933, dirigida por Marcel Griaule (1898-1956), ou o *Museum Affordances*<sup>58</sup>, que abrange o olhar crítico das comunidades sobre os estudos antropológicos produzidos no início do século XX por Northcote Thomas (1868-1936), culminando na exposição *Re: Entanglements: Colonial Collections in Decolonial Times* no Museu de Arqueologia e Antropologia em Cambridge.

Outra iniciativa muito interessante, impulsionada pelo Bode-Museum em Berlim, apreende a exposição com uma duração de dois anos (2017-2019), intitulada *Beyond Compare: Art from Africa in the Bode-Museum*<sup>59</sup> (*Para além da Comparação: arte de África no Museu Bode* em português), que incita, tal como o título indica, à comparação entre os artefactos etnográficos africanos e os europeus (materiais, iconografia, traços artísticos, significado). Todavia, esta comparação não está isenta de valores, preconceitos e ideias pré-concebidas, constituindo um exercício bastante enriquecedor quer para o público geral, quer para os profissionais, que poderão perceber as diversas interpretações resultantes deste “choque” cultural, mas também a elaboração e promoção

---

<sup>57</sup> Disponível em OpenEdition Journals – Archives vivantes: Regards africains sur quelques objets de la mission Dakar-Djibouti. Publicado em 2022, <<https://journals.openedition.org/ateliers/15944?lang=fr>> (Consultado a 18/09/2023)

<sup>58</sup> Disponível em University of Cambridge - [Re:] Entanglements: Colonial Collections in Decolonial Times. Publicado a 22 de junho de 2021, <<https://re-entanglements.net/exhibition/>> (Consultado a 18/09/2023)

<sup>59</sup> Disponível em Staatliche Museen zu Berlin - *Beyond Compare: Art from Africa in the Bode-Museum*. Publicado em 2017, <<https://www.smb.museum/en/exhibitions/detail/beyond-compare-art-from-africa-in-the-bode-museum/>> (Consultado a 18/09/2023)

de “pontes” entre sociedades distintas, unidas pelas peças expostas. Esta tipologia de exposição representa uma forma de valorização e divulgação das coleções não europeias: não se altera a natureza de algumas coleções em exibição, mas incorpora novos olhares e realidades nas mesmas, perpetuados pela comparação com outras culturas e formas de perspetivar o mundo.

O museu belga *Africa Museum* representa outra instituição que tem exibido esforços no que respeita à *Pesquisa de Proveniência* dos respetivos bens culturais. Na plataforma digital do museu, encontramos duas secções intituladas *Origin of the collections*<sup>60</sup> e *Provenance of the Collections*<sup>61</sup>, nas quais são abordadas as diferentes proveniências das coleções e o contexto em que estas foram adquiridas (campanhas militares, missões científicas, recolhas de colecionadores privados, etc.), assim como os pontos geográficos correspondentes. Recorrendo à tecnologia disponibilizada nos nossos dias, o museu elaborou um “itinerário de proveniência” interativo (através de *smartphones*), que visa uma visita guiada onde são englobados os processos de aquisição e apropriação dos artefactos. O museu está a priorizar a investigação de proveniência, para conhecer e compreender como foram adquiridas as coleções, incentivando a participação e colaboração ativa com investigadores e profissionais africanos. No que toca a restituições propriamente ditas, foi aprovada no ano de 2020 a legislação destinada ao efeito, tendo em vista que o Africa Museum “[...] (...) has an open and constructive attitude towards the restitution debate. [...]” (Africa Museum - Provenance of the Collections, <https://www.africamuseum.be/en/discover/provenance>).

Por conseguinte, perspetivamos uma abertura e sensibilização das instituições museológicas ocidentais para o debate sobre as coleções extraeuropeias tuteladas, um caminho que vai abrindo portas para novas interpretações sobre os bens culturais envolvidos e a inclusão das comunidades autóctones na discussão. Os museus têm o dever de impulsionar a cooperação e interajuda, assim como a promoção dos direitos humanos, dentro dos quais, a igualdade e o término da discriminação. Um esforço conjunto de interpretar e compreender os artefactos retirados dos países de origem em panoramas sensíveis e complexos onde o domínio colonizador e, conseqüentemente, um

---

<sup>60</sup> Disponível em Africa Museum - *Origin of the Collections* < [https://www.africamuseum.be/en/discover/origin\\_collections](https://www.africamuseum.be/en/discover/origin_collections) (Consultado a 18/09/2023)

<sup>61</sup> Disponível em Africa Museum - *Provenance of the Collections* < <https://www.africamuseum.be/en/discover/provenance> (Consultado a 18/09/2023)

desequilíbrio de poder eram fatores estruturais, espelha uma atitude imperativa a adotar pelos museus, pela comunidade académica, pelas entidades administradores e pelas instituições políticas governantes.

Este caminho não se restringe a uma mera reflexão sobre a temática apresentada, pois requer um papel cívico e ativo que deverá ser levado a cabo pelos países que protagonizaram potências imperialistas, ainda hoje detentores de uma herança colonial, simbolizada pela permanência de coleções extraeuropeias nos museus nacionais. A elaboração do levantamento dos bens culturais, o impulso ao estudo, inventariação e divulgação desses mesmos objetos, tanto para o público geral, mas principalmente para as comunidades autóctones, determina a mudança das narrativas perpetuadas até então, fruto de um passado ainda hoje de difícil conhecimento. As escolas, bem como as instituições académicas, deverão ser integradas neste plano, impulsionando o debate e reflexão nas gerações mais novas, nomeadamente nos estudantes que se formarão nas áreas de História, Património ou Museologia e que se confrontarão com esta realidade.

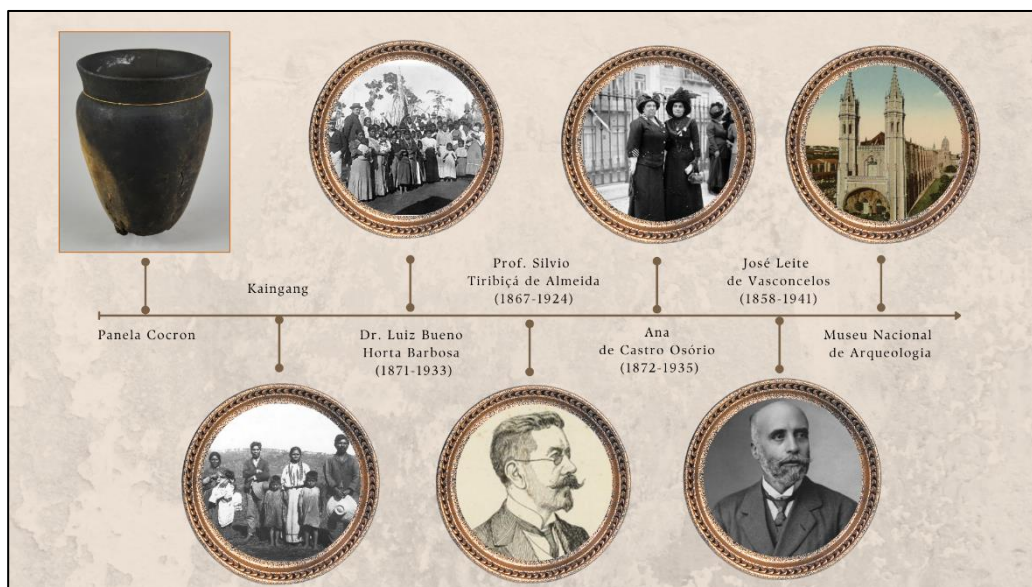
Mais do que uma política de culpabilização pelos antecedentes coloniais, os países e as respetivas instituições administrativas deverão assumir uma política de responsabilização. O passado não consegue ser alterado e poderíamos cair no erro de um novo “paternalismo” e “superioridade” face aos intervenientes e atores, assumindo como melhores os atuais princípios éticos e valores morais. Todavia, não poderemos compactuar por mais tempo com a falta de uma discussão nacional sobre estes bens culturais, divergente com a realidade europeia, assim como a marginalização das populações naturais no diálogo e cooperação. Estes objetos representam a identidade patrimonial e cultural de sociedades cuja “voz” foi negligenciada e omitida, tendo o direito de se insurgir sobre os próprios bens culturais e participar/colaborar nestes debates e reflexões. O futuro dos museus dependerá das políticas e tomadas de decisão efetuadas a partir da valorização destas coleções e a transparência, bem como a justiça, deverão pautar o caminho traçado. Tendo em vista os casos de estudo analisados e a delineação de uma proposta de salvaguarda e valorização patrimonial, um dos projetos passíveis de ser aplicado culmina na execução de uma exposição dos efetivos artefactos documentados, que se encontram atualmente nas Reservas de Etnografia, sem acesso ao público.

### 3.2 Proposta Museográfica de Valorização dos Objetos Etnográficos Coloniais do MNA

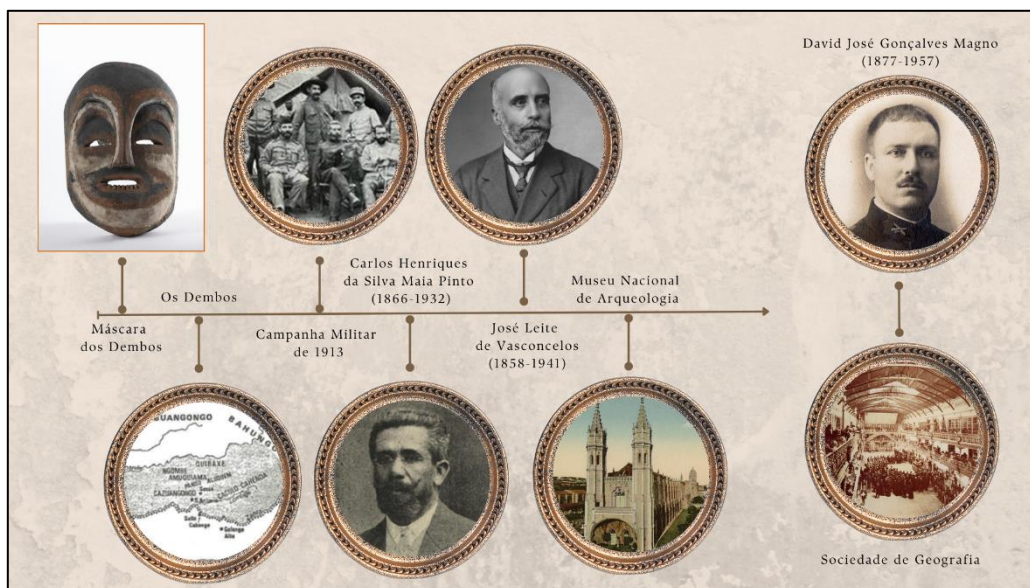
A proposta museográfica consiste, tal como foi referido no início do presente capítulo, numa exposição onde se pretende valorizar os objetos etnográficos não europeus que incorporam o Museu Nacional de Arqueologia, provenientes de três continentes: África, América e Ásia.

Uma panela Cocron do grupo étnico brasileiro Kaingang, uma máscara africana da região dos Dembos e uma coleção doada por Alberto Osório de Castro (constituída por dezoito artefactos) serão os protagonistas desta exposição, cujos itinerários geográficos e culturais foram documentados no âmbito desta dissertação, bem como os traços biográficos dos intervenientes envolvidos. A exposição que propomos tem como principal objetivo a retirada dos objetos das reservas etnográficas e expô-los/divulgá-los ao público.

Começando com a panela Cocron e com a máscara dos Dembos, atualmente incorporadas nas Reservas Etnográficas, sem acesso direto ao público geral, ambos os objetos passariam a estar expostos fisicamente. Complementarmente, num painel físico ou interativo, estariam os esquemas dos itinerários geográficos e culturais que os objetos percorreram até à incorporação no MNA:



*Painel 1 - Itinerário cultural e geográfico da panela Cocron*



Painel 2 - Itinerário cultural e geográfico da máscara dos Dembos

Nesse mesmo esquema, o público poderia perceber os painéis correspondentes aos objetos e aos intervenientes ou, num quadro tecnológico, “clique” em cada item onde apareceria exatamente a mesma informação, mas de forma digital.

Os painéis da panela Cocron e da máscara dos Dembos, teriam as seguintes informações: descrição do Livro de Entradas (ao invés da frequente enumeração material e dimensional que impera nas exposições, o intuito culminava numa descrição que remetesse para a origem do objeto, já que estamos perante um estudo de proveniência), o doador; o local de origem; a data de doação; a data de incorporação; o material; as dimensões; o número de inventário, o número de entrada, o registo fotográfico e a explicação do percurso do objeto com os atores envolvidos.

**PANELA COCRON**



Fotografia do Sistema de Inventário Matriz

Origem: Brasil  
Número de Inventário: ETNO 2022.9.1  
Número de Entrada: E 4662  
Material: Cerâmica  
Dimensões: altura - 30,5 cm, diâmetro - 22,7 cm

Em 1912, José Leite de Vasconcelos faz uma encomenda a Ana Osório de Castro (consulesa do Brasil à época e sua prima) para obter armas encabadas dos "indígenas" brasileiros para o MNA, bem como outros artefactos que consiga obter.

Ana Osório de Castro faz propaganda nos periódicos brasileiros, nomeadamente no Estado de São Paulo, de modo a concretizar o pedido de JLV.

Sílvia de Almeida, intelectual e académico brasileiro, oferece ao MNA uma panela Cocron dos Kaingang no final de 1912. Terá sido obtida (hipótese) por intermédio de Horta Barbosa, diretor do Serviço de Proteção aos Índios.

Ana Osório de Castro transporta a panela para Portugal e o artefacto é incorporado nas coleções do MNA em Janeiro de 1913.

**DESCRIÇÃO:** "Uma panela ("cocron") dos Caingangues do Goio-Chê ou da Agoa-Preta, última tribo guerreira que houve no Brasil, hoje pacificada inteiramente." (Livro de Entradas, Janeiro de 1913, fl. 58v.)

Painel 3 - Panela Cocron



Painel 4 – Máscara dos Dembos


Seguidamente, teríamos a informação relativa aos intervenientes dos respetivos objetos. No caso da panela Cocron: os produtores – os Kaingang; o doador – Sílvio de Almeida; a intermediária – Ana de Castro Osório, o possível mediador entre as populações autóctones e o doador – Luiz Bueno Horta Barbosa (diretor do SPI) e o fundador do MNA que recebeu a peça – José Leite de Vasconcelos. Por conseguinte, no caso da máscara, os atores corresponderiam aos inumerados: os produtores – Dembos de Caculo-Cahenda, o doador – Carlos Maia Pinto, o adjunto da campanha militar e também aquiridor de peças – David Magno e, novamente, José Leite de Vasconcelos, o diretor do MNA. Para além de uma nota biográfica, estariam descritas passagens das fontes historiográficas analisadas, onde poderíamos encontrar a justificação para a intervenção de cada um dos atores descritos.



Painel 5 – Grupo Étnico Kaingang



### SÍLVIO TIRIBIÇÁ DE ALMEIDA



Formou-se em Direito e desempenhou funções como poeta, cronista e ensaísta. Ocupou o cargo de diretor no Ginásio Paulista (transformado em Instituto de Ciências e Letras) e foi sócio fundador da Academia Paulista de Letras. Entre 1907 e 1913 colaborou com o jornal *O Estado de São Paulo*, cujas colunas foram compiladas no volume *Divagações*. Da sua autoria contabilizamos obras como *Efêmeras*; *O Antigo Vernáculo*, *Estudos Camonianos* e *A Sistematização Ortográfica*. Fora casado com a escritora Prisciliana Duarte de Almeida.

Em Dezembro de 1912, *Sílvio de Almeida ofereceu a panela Cocron dos Kaingang ao MNA*, que chegou a Portugal por intermédio de Ana de Castro Osório e foi incorporado nas coleções do museu em Janeiro de 1913. Esta oferta concretizou-se no âmbito do apelo de José Leite de Vasconcelos, que procurava armas encabadas dos "indígenas" brasileiros e outros artefactos utilizados pelos mesmos. Sílvio de Almeida terá conseguido a panela através do diretor do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), Luiz Bueno Horta Barbosa (hipótese).

[...] Aproveito a ida de nossa comum amiga, sua prima e ilustre escritora, Exm.ª Sr.ª Dona Anna de Castro Osório para remeter a V. Ex.cia uma panela dos Caingangues, última tribo guerreira que ainda poisa no Brasil, mas já agora inteiramente pacificada. (...) [...]" (Epistolário de José Leite de Vasconcelos, Carta de Sílvio de Almeida, 85/427, 06-01-1913)

Possível retrato de Sílvio Tiribicá de Almeida in *Sonetos Brasileiros: desenhos de sonetos 217 a 257, 1867-1870*

Painel 6 - Sílvio Tiribicá de Almeida

### ANA DE CASTRO OSÓRIO




Célebre escritora, ativista e feminista portuguesa, é reconhecida como a fundadora da literatura infantil em Portugal. Autora da revista *A Sociedade Futura* e a *Liga Republicana das Mulheres Portuguesas*, destacou-se nas lutas republicanas, colaborando com Afonso Costa na elaboração da lei do divórcio, publicando a obra *A Mulher no Casamento* e no *Divórcio*. Em 1911, torna-se consulesa de Portugal em São Paulo por inêrência do marido, transferindo a sua atividade editorial para o Brasil. Em 1922 publica *A Grande Aliança*, espelhando as relações luso-brasileiras. Ana Osório de Castro, após o pedido de José Leite de Vasconcelos para arranjar armas encabadas dos "indígenas brasileiros" e outros objetos por eles utilizados, faz um apelo nos periódicos brasileiros, nomeadamente n' *O Estado de São Paulo*. No final de 1912, Sílvio de Almeida oferece a panela Cocron dos Kaingang ao MNA, que será transportada pela consulesa para Portugal e incorporada nas coleções em Janeiro de 1913.

[...] A sra. Anna de Castro Osório, consulesa de Portugal, escreve-nos, agradecendo a publicidade que demos à sua carta inserida no «Estado» de domingo. Diz-nos aquella senhora que a sua idéa foi acolhida o bem compreendida já, pois acaba de receber do sr. A. Azevedo uma offerta preciosa para o museu archeologico e ethnographico dos Jeronymos de Lisboa: são dois collares ainda hoje usados pelos indios de S. Paulo (...) A sra. Castro Osorio também será portadora para Lisboa, de uma panela de barro, dos indios, offerta do nosso distinto collaborador dr. Sylvio de Almeida. A sra. Consulesa de Portugal ainda espera dotar com outras preciosidades ethnograficas o Museu dos Jeronymos de Lisboa. [...]" (O Estado de São Paulo, 1912, p. 7)

Carolina Beatriz Angelo, à direita, com a correligionária da Associação de Propaganda Feminista Ana de Castro Osório, no dia das eleições para a Assembleia Nacional Constituinte, 28 de maio de 1911 (<https://digitarquivos.pr.gov.br/id=1207835>)

Painel 7 - Ana de Castro Osório

### LUIZ BUENO HORTA BARBOSA



Professor na Escola Politécnica em Campinas, ingressou no Serviço de Proteção dos Índios (SPI) em 1910 (exerceu cargos como Inspetor Regional e Diretor). Membro do Centro de Ciências, Letras e Artes de Campinas, insurgiu-se ativamente contra as ações do governo de São Paulo sobre as populações indígenas, criando em 1909 uma Comissão Protetora da Defesa e Civilização dos Índios, antes da constituição do SPI. Foi autor da conferência *A pacificação dos índios Caingangues paulistas*, espelhando os trabalhos efetuados pelo SPI, realçando o papel significativo no processo de "pacificação" das populações indígenas Kaingang.

A panela Cocron oferecida por Sílvio de Almeida ao MNA em 1912, terá sido obtida por intermédio de Luiz Bueno Horta Barbosa, seu amigo e correligionário, numa das campanhas de "pacificação" aos Kaingang, levadas a cabo pelo SPI.

[...] Aproveito a ida de nossa comum amiga, sua prima e ilustre escritora, Exm.ª Sr.ª Dona Anna de Castro Osório para remeter a V. Ex.cia uma panela dos Caingangues, última tribo guerreira que ainda poisa no Brasil, mas já agora inteiramente pacificada. Sinto não lhe enviar também algum instrumento de pedra encabado, porém tenho esperança de poder algum dia corresponder ao seu desejo; para o que muito confio na boa vontade Dr. Horta Barbosa, diretor do Serviço de Proteção aos índios no Estado de São Paulo. [...]" (Epistolário de José Leite de Vasconcelos, Carta de Sílvio de Almeida, 85/427, 06-01-1913)

L.B. Horta Barbosa, o Inspetor de Índios de São Paulo, Acervo Fotográfico SPI, Ref: AR103

Painel 8 – Luiz Bueno Horta Barbosa

### DEMBOS




A nomenclatura **Dembos** é utilizado para a designação de uma área geográfica (atual região de Luanda com sede em Quibaxe), situada entre os rios Lombiye e Zenza, bem como um título político africano para um líder/chefe tribal. Até 1913 a região encontrava-se "pacífica", administrada e governada pelo Estado português.

Todavia, aquando da tentativa de uniformização fiscal na região de Luanda e a exigência do pagamento de impostos, paralelamente à autorização da venda de armas e pólvora aos povos locais, levantou-se uma rebelião na região de Caculo-Cahenda em 1913. O forte de Santo António, constituído por David Magno em 1910, é cercado e são inviabilizadas as comunicações. Como resposta, organiza-se uma coluna militar comandada por Carlos Maia Pinto, tendo como adjunto David Magno. Nesta campanha punitiva são adquiridos diversos bens culturais, nomeadamente a máscara.

Mapa do noroeste de Angola (1848-1878) Fonte: Pélissier, René - *Les campagnes Coloniales du Portugal Paris, Pygmalion (Flammarion), 2004*

Painel 9 – Dembos

**CARLOS HENRIQUES DA SILVA MAIA PINTO**




Engenheiro natural da cidade do Porto, foi um apoiante ativo nas manifestações republicanas, aquando do Ultimato Inglês, chegando a deputado nas Constituintes de 1911. Dez anos posteriores, ficaria encarregue da pasta das colónias no governo do coronel Manuel Maria Coelho. Como chefe do Estado-Maior, encabeçou uma campanha militar de "pacificação" na região do Dembos Caculo-Cahenda (Angola), tendo como adjunto David Magno, no ano de 1913. Nesta campanha adquiriu a máscara dos Dembos, que ofereceu ao MNA em 1916.

"[...] Ahí vão, pois, as amostras sem valor (...) Se algum (?) é o da autenticidade pois foram colhidas por mim in loco. A máscara de madeira é da região (...) Caludo-Cahenda e é utilizada pelos médicos-feiticeiros. Serve nas danças simbólicas. A cesta (quinda) é também da mesma região e de uso doméstico, para guardar milho (...). O cinto-cartucheira com polvorinho (...) é feito de qualquer pele resistente às vezes até de crocodilo ou jacaré. (...) [...]" (Arquivo do MNA: Epistolário de JLV, Carta de Carlos Maia Pinto, 14 - 02 - 1916)

Retrato disponível em *As constituintes de 1911 e os seus deputados*, p. 156

Painel 10 – Carlos Henriques da Silva Maia Pinto

**DAVID JOSÉ GONÇALVES MAGNO**



Promovido a alferes e 1º Sargento-cadete do Regimento de Infantaria 8, foi destacado para Angola como adjunto do Quartel General, participando nas operações do rio Zenza em 1909. Posteriormente, foi-lhe confiada a região das Dembos Orientais (Lombige) e, avançado geograficamente, submete a banza do até então insubordinado Caculo-Cahenda. Constitui o forte de Santo António em 1910 nesse potentado. Em 1913, é chamado a intervir pelo então governador geral de Angola, Norton Matos (1867-1955), para auxiliar o capitão Carlos Maia Pinto na campanha de "pacificação", com o objetivo de acabar com rebelião de Caculo-Cahenda. Nesta campanha, adquire o bastão e a espada pertencente ao Dembo Caculo-Cahenda, líder da população local, oferecendo os artefactos em 1932 à Sociedade de Geografia.

"[...] Próximo desta povoação foi que o gentio nos avistou. Correndo para nós, atirando de longe, e ameaçando a terra e o céu, não pude evitar que a coluna se apoderasse de um grande despojo de gado e de um verdadeiro arsenal de amuletos e feitiços, espadas, instrumentos bélicos, saias de tiras de coiro e capacetes (indumentária do Estado) [...]" (Desde a Inauguração do Forte até ao 13 de Dezembro, p. 46 in *Fundo Particular de David Magno: Arquivo Histórico Militar*, PT/AHM/FP/55)

Retrato: Fundo Particular David Magno, Arquivo Histórico Militar

Painel 11 – David José Gonçalves Magno

**JOSÉ LEITE DE VASCONCELOS**



Natural de Ucanha, José Leite de Vasconcelos, formou-se em medicina, mas ficaria conhecido pelas áreas da arqueologia, etnografia, linguística, numismática e filologia.

Ocupou diversos cargos ao longo da sua carreira, nomeadamente a função de conservador da Biblioteca Nacional Portuguesa e professor na Faculdade de Letras de Lisboa, lecionando cadeiras de Língua e Literatura Latina, assim como Literatura Francesa.

Em 1893, fundou o Museu Etnográfico Português (atual Museu Nacional de Arqueologia), decreto assinado pelo Ministro das Obras Públicas, Comércio e Indústria, Bernardino Machado. Foi o primeiro diretor do Museu até 1929. Dentro dos objetivos deste projeto, Leite de Vasconcelos tinha como intuito "[...] o conhecimento das origens, vida e caracteres do povo português. [...]" (História do Museu Etnológico Português, 1915, p. 91).

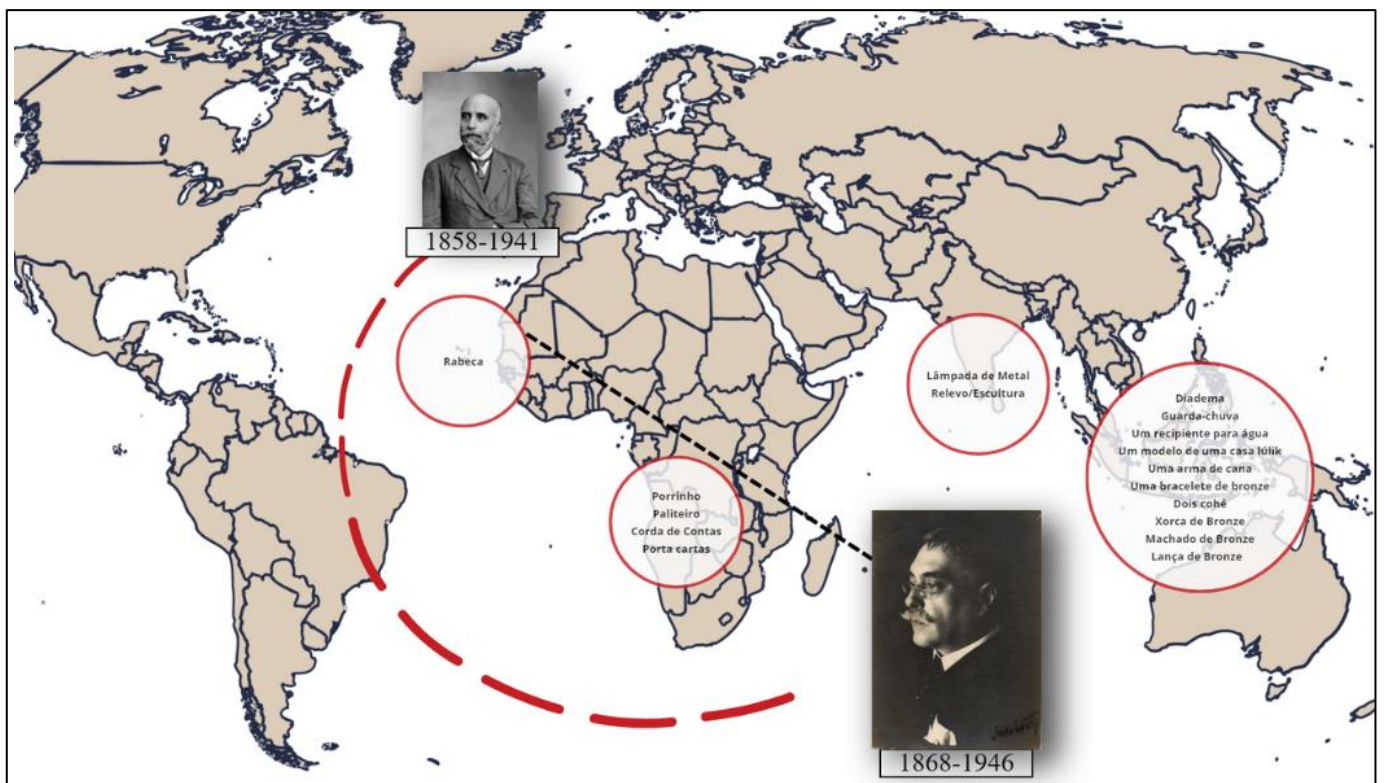
Imbuído no âmbito do conhecimento das características do "Homem Português" incorporou no MNA diversas coleções etnográficas não europeias, provindas das ex-colónias (englobando a panela Coeran dos Kaingang, a máscara dos Dembos e o conjunto de artefactos doado por Alberto Osório de Castro). Utilizou o método "comparativo" entre os objetos e bens culturais nacionais e peças de outras civilizações e culturas, nomeadamente dos conotados à época "selvagens contemporâneos", ou seja, as populações autóctones dos territórios que estavam sob domínio português.

Dentro da vasta obra publicada, realçamos no ano de 1895 a revista *O Archeologo Português* (que já conta com 5 séries) e a publicação *As Religiões da Lusitânia em 1897*.

Fotografia tirada por Manuel Heleno (<https://www.museunacionalarqueologia.gov.pt/?p=301>)

Painel 12 – José Leite de Vasconcelos

No que respeita à coleção doada por Alberto Osório de Castro, a ordem de exposição poderia ser efetuada geograficamente (tendo em vista os objetos que partilham a mesma origem). O esquema para este estudo de caso seria um pouco diferente dos demais exemplos, pois albergaria a doação no seu conjunto, em vez de cada objeto individualmente. Começaria, tal como aconteceu nos outros exemplos, com o reconstituição do itinerário geográfico e cultural da coleção:



Painel 13 - Itinerário cultural e geográfico da coleção doada por Alberto Osório de Castro


Os painéis correspondentes aos objetos expostos seriam elaborados de acordo com as outras peças. Primeiramente, os traços biográficos do doador, e, posteriormente, a discriminação de cada objeto com as respetivas informações das fontes historiográficas: descrição, o local de origem; a data de doação; o material; as dimensões; o número de inventário, o número de entrada e o registo fotográfico (existindo, todavia, uma lacuna neste campo para onze objetos). No que diz respeito ao percurso dos objetos, não conseguimos discriminar todas as fases pormenorizadamente como os outros casos, devido às lacunas das fontes historiográficas analisadas.

**ALBERTO OSÓRIO DE CASTRO**

Formou-se em Direito, exercendo a atividade de juiz municipal na localidade de Óbidos, de juiz do Supremo Tribunal de Justiça e presidente do Conselho Superior de Administração Pública em território nacional. Nas ex-colónias portuguesas, ocupou diversos cargos de magistratura, nomeadamente na Índia Portuguesa, em Timor, Angola (Luanda e Moçâmedes), onde recolheu um conjunto de dezoito bens culturais que foram oferecidos ao MNA.

Para além da área jurídica, ingressou politicamente no Partido Centrista Republicano e apoiou o governo de Sidónio Pais, assumindo a pasta de Ministro da Justiça entre Maio e Outubro no ano de 1918. No âmbito literário, esteve ligado ao nascimento de publicações como a revista *Boémia-Nova - Revista de Literatura e Ciência* (onde se estreou na área da poesia) e o *Oriente Português* (aquando a sua estadia na Índia). Em 1908 viria a ser publicada o primeiro livro impresso de Timor, *Flores de Coral* da sua autoria.

De forma a combater a lacuna existente referente a estudos etnográficos sobre África portuguesa, executou um questionário etnográfico baseado no *Institut Ethnographique Internationale* de Paris no ano de 1912, cujo objetivo culminava na constituição de um Museu Etnográfico e Arqueológico de Angola. No ano de 1902, já tinha formado uma Comissão de Arqueologia em Nova Goa, centrada em aspetos antropológico e etnográfico da região, demonstrando o seu interesse por estas áreas.



Retrato: [https://upload.wikimedia.org/wikipedia/pt/3/38/Alberto\\_Os%C3%B3rio\\_de\\_Castro.jpg](https://upload.wikimedia.org/wikipedia/pt/3/38/Alberto_Os%C3%B3rio_de_Castro.jpg)

Painel 14 – Alberto Osório de Castro

**PORRINHO**



Fotografia do Sistema de Inventário Matriz

**DESCRIÇÃO:** "Um porrinho com cara tatuada, dos Celes, povo das cercanias do Novo Redondo (África: Luanda)" (Livro de Entradas, fl. 80)

Oferta ao MNA: Alberto Osório de Castro  
 Origem: Luanda, Novo Redondo  
 Data de incorporação: 27 de Fevereiro de 1914  
 Material: Bronze  
 Dimensões: Largura - 54 cm, Comprimento - 103 cm

Número de Inventário: Existem 34 objetos registados que poderão corresponder ao porrinho doado (o porrinho exemplificativo na fotografia tem o número de inventário ETNO 2022.5.71)

Número de Entrada: E 6000

Painel 15 – Porrinho

**PALITEIRO**



Fotografia do Sistema de Inventário Matriz

**DESCRIÇÃO:** "Paliteiro de pau: de Nova-Redondo (Angola): dos antropófagos Séles: sátira às mulheres brancas" (Livro de Entradas, fl. 64 )

Oferta ao MNA: Alberto Osório de Castro  
 Origem: Luanda, Novo Redondo  
 Data de incorporação: entre 1913 a 1914  
 Material: Madeira  
 Dimensões: sem registo

Número de Inventário: ETNO 2022.5.46  
 Número de Entrada: E 5157

Painel 16 – Paliteiro

**CORDA DE CONTAS**



Sem registo fotográfico

**DESCRIÇÃO:** "Deixo também uma corda de contas, dos pretos de Capagombe um porta-cartas da mesma região." (Arquivo MNA, Epistolário JLV, Carta de Alberto Osório de Castro, Cota 4240, s.d.)

Oferta ao MNA: Alberto Osório de Castro  
 Origem: Angola, Namibe, Capagombe  
 Data de incorporação: sem registo  
 Material: sem registo  
 Dimensões: sem registo

Número de Inventário: sem registo  
 Número de Entrada: sem registo

Painel 17 – Corda de Contas

**PORTA CARTAS**

Sem registo fotográfico

**DESCRIÇÃO:** "Deixo também uma corda de contas, dos pretos de Capagombe e um porta-cartas da mesma região." (Arquivo MNA, Epistolário JLV, Carta de Alberto Osório de Castro, Cota 4240, s.d.)

Oferta ao MNA: Alberto Osório de Castro  
 Origem: Angola, Namibe, Capagombe  
 Data de incorporação: sem registo  
 Material: sem registo  
 Dimensões: sem registo

Número de Inventário: sem registo  
 Número de Entrada: sem registo

Painel 18 – Porta Cartas

**RABECA**



**DESCRIÇÃO:** "Rabeca, que tem a caixa feita de côco, e o cabo de madeira: da cidade da Praia (Cabo Verde)" (Livro de Entradas, fl. 65v.)

Oferta ao MNA: Alberto Osório de Castro  
 Origem: Cabo Verde, Cidade da Praia  
 Data de incorporação: 27 de Fevereiro de 1914  
 Material: Côco, Madeira  
 Dimensões: Comprimento - 43 cm ou Comprimento - 58 cm

Número de Inventário: ETNO 2022.5.124 ou ETNO 209/C.S.C  
 (a Rabeca registada no Livro de Entradas corresponderá a um destes dois objetos)  
 Número de Entrada: E 5217

Fotografias do Sistema de Inventário Matriz

Painel 19 – Rabeca

**DIADEMA**

Sem registo fotográfico

**DESCRIÇÃO:** "Diadema emplumado dos dançadores de "Têbedai" (bataque ou dança de guerra e de cerimonial: do reino de Lautém (Timor): of., com os objetos n.ºs 5157 a 5160 ao diretor do Museu pelo seu amigo Alberto Osório de Castro, que esteve em Timor" (Livro de Entradas, fl. 64 )

Oferta ao MNA: Alberto Osório de Castro  
 Origem: Timor, Reino de Lautém  
 Data de incorporação: entre Outubro de 1913 a 1914  
 Material: Couro  
 Dimensões: Comprimento - 26 cm

Número de Inventário: ETNO 134  
 Número de Entrada: E 5156

Painel 20 – Diadema

**GUARDA-CHUVA**

Sem registo fotográfico

**DESCRIÇÃO:** "Guarda chuva de folha de palmeira, de uso geral em Timor (Indonésia)" (Livro de Entradas, fl. 65v.)

Oferta ao MNA: Alberto Osório de Castro  
 Origem: Timor  
 Data de incorporação: 27 de Fevereiro de 1914  
 Material: Folha de Palmeira  
 Dimensões: sem registo

Número de Inventário: sem registo  
 Número de Entrada: E 5218

Painel 21 – Guarda-chuva

**RECIPIENTE PARA ÁGUA/CESTO**



**DESCRIÇÃO:** "Recipiente para água feito de uma folha de palmeira; da ilha de Ataúro ou Pulo-Cambing (Timor). Encontrado junto a um poço na praia do Sol." (Livro de Entradas, fl. 65v. )

Oferta ao MNA: Alberto Osório de Castro  
 Origem: Timor, Ilha de Ataúro ou Pulo-Cambing  
 Data de incorporação: 27 de Fevereiro de 1914  
 Material: Folha de Palmeira  
 Dimensões: Diâmetro - 20 cm

Número de Inventário: ETNO 2015.1.4  
 Número de Entrada: E 5219

Fotografia do Sistema de Inventário Matriz

Painel 22 – Recipiente para água/cesto

**MODELO DE CASA LÚLIK**



**DESCRIÇÃO:** "Um modelo de uma casa lúlik "tabú", de uma aldeia do reino de Lantêm, Timor. Nestas casas se guardam certos objetos lúlik, por exemplo, um bracelete e um machado de bronze que estão no Museu" (Livro de Entradas, fl. 65v. )

Oferta ao MNA: Alberto Osório de Castro  
 Origem: Timor  
 Data de incorporação: 27 de Fevereiro de 1914  
 Material: sem registo  
 Dimensões: sem registo

Número de Inventário: sem registo  
 Número de Entrada: E 5220

Painel 23 – Modelo de casa Lúlik

**ARMA DE CANA**



**DESCRIÇÃO:** "Arma de cana para atirar aos "pastrinho", passarinhos em Timor. Arremessa-se com arco, com as setas. (domínio português)" (Livro de Entradas, fl. 65v.)

Oferta ao MNA: Alberto Osório de Castro  
 Origem: Timor  
 Data de incorporação: 27 de Fevereiro de 1914  
 Material: Cana  
 Dimensões: sem registo

Número de Inventário: sem registo  
 Número de Entrada: E 5221

Painel 24 – Arma de cana

**BRACELETE DE BRONZE**



**DESCRIÇÃO:** "Um bracelete de bronze, de Timor, achado numa casa lulik" (Livro de Entradas, fl. 66 )

Oferta ao MNA: Alberto Osório de Castro  
 Origem: Timor  
 Data de incorporação: 27 de Fevereiro de 1914  
 Material: Bronze  
 Dimensões: sem registo

Número de Inventário: sem registo  
 Número de Entrada: E 5232

Painel 25 – Bracelete de Bronze

**COHÉ**



**DESCRIÇÃO:** "Dois "Cohé" [com h aspirada]: sacos ou bornais de feiticeiro ou curandeiro, onde vão remédios, amuletos, etc.. Do reino de Lautém (Timor)" (Livro de Entradas, fl. 64 )

Oferta ao MNA: Alberto Osório de Castro  
 Origem: Timor, Reino de Lautém  
 Data de incorporação: entre Outubro de 1913 a 1914  
 Material: Couro  
 Dimensões: sem registo

Número de Inventário: ETNO 2022.7.3  
 Número de Entrada: E 5159

Fotografia do Sistema de Inventário Matriz

Painel 26 – Cohé

**COHÉ**



**DESCRIÇÃO:** "Dois "Cohé" [com h aspirado]: sacos ou bornais de feiticeiro ou curandeiro, onde vão remédios, amuletos, etc.. Do reino de Lautém (Timor)" (Livro de Entradas, fl. 64 )

Oferta ao MNA: Alberto Osório de Castro  
 Origem: Timor, Reino de Lautém  
 Data de incorporação: entre Outubro de 1913 a 1914  
 Material: Couro  
 Dimensões: sem registo

Número de Inventário: ETNO 2022.7.2  
 Número de Entrada: E 5160

Fotografia do Sistema de Inventário Matriz

Painel 27 – Cohé

**XORCA DE BRONZE**



**DESCRIÇÃO:** "Xorca de bronze vinda de Timor, jurisdição de Caxido, reino de Vemássi (ve agoa, mássi salgado: "mar") estava numa casa lúlik "tabu"(Livro de Entradas, fl. 54 )

Oferta ao MNA: Alberto Osório de Castro  
 Origem: Timor, Reino de Vemássi  
 Data de incorporação: 1911  
 Material: Bronze  
 Dimensões: Largura - 10,5 cm

Número de Inventário: ETNO 270  
 Número de Entrada: E 3969

Sem registo fotográfico

Painel 28 – Xorca de Bronze

**MACHADO DE BRONZE**



**DESCRIÇÃO:** "Um machado de br. da m.ma procedência ...» (vinda de Timor, jurisdição de Caxido, reino de Vemássi (ve agoa, mássi salgado: "mar") estava numa casa lúlik "tabu")" (Livro de Entradas, fl. 54 )

Oferta ao MNA: Alberto Osório de Castro  
 Origem: Timor, Reino de Vemássi  
 Data de incorporação: 1911  
 Material: Bronze  
 Dimensões: 9 cm

Número de Inventário: ETNO 268  
 Número de Entrada: E 3970

Sem registo fotográfico

Painel 29 – Machado de Bronze

**LANÇA DE BRONZE**

Sem registo fotográfico

**DESCRIÇÃO:** "Um machado de br. da m.ma procedência ...» (vinda de Timor, jurisdição de Caxido, reino de Vemássi (ve agoa, mássi salgado: "mar") estava numa casa lúlik "tabu")" (Livro de Entradas, fl. 54 )

Oferta ao MNA: Alberto Osório de Castro  
 Origem: Timor, Reino de Vemássi  
 Data de incorporação: 1911  
 Material: Bronze  
 Dimensões: Altura - 16 cm

Número de Inventário: ETNO 269  
 Número de Entrada: E 3971



Painel 30 - Lança de bronze

**LÂMPADA DE METAL MODERNA**

Sem registo fotográfico

**DESCRIÇÃO:** "O Sr. Dr. Alberto Osório de Castro ofereceu-me uma lâmpada de metal moderna, proveniente da Índia Portuguesa (recolhida no Museu, a título de comparação ethnoprágica)"(Arqueólogo português, Volume III, página 122)

Oferta ao MNA: Alberto Osório de Castro  
 Origem: Índia Portuguesa  
 Data de incorporação: 1897  
 Material: Metal  
 Dimensões: sem registo

Número de Inventário: sem registo  
 Número de Entrada: sem registo



Painel 31 – Lâmpada de Metal Moderna

**ESCULTURA/RELEVO**

Fotografia do Sistema de Inventário Matriz

**DESCRIÇÃO:** "Relêvo de pedra que representa o deus da guerra (figura de guerreiro com rodela e espada) de Bicholim, na Índia Portuguesa: obtido em casa de uma bailadeira" (Livro de Entradas, fl. 64)

Oferta ao MNA: Alberto Osório de Castro  
 Origem: Índia, Bicholim  
 Data de incorporação: entre Outubro de 1913 a 1914  
 Material: Pedra  
 Dimensões: sem registo

Número de Inventário: ETNO 252  
 Número de Entrada: E 5158




Painel 32 – Relevo/Escultura



## 4. Considerações Finais

A presente dissertação permitiu-nos, através da *Pesquisa de Proveniência*, analisar os itinerários geográficos e culturais percorridos por três casos, dois objetos individuais e uma coleção, espelhando convergências e divergências no método de aquisição de cada um, bem como a tipologia dos respetivos intervenientes e doadores.

Primeiramente, no exemplo da Panela Cocron admitimos a obtenção do artefacto num contexto de desequilíbrio de poder entre o estado central brasileiro e as populações autóctones, protagonizado por campanhas de “pacificação” levado a cabo pelo Serviço de Proteção aos Índios (SPI). Neste panorama, diversos grupos étnicos como os Kaingang eram confrontados com a violação dos seus direitos, tradições e costumes, retirados dos seus locais de origem, em nome da “civilização” e “integração” na sociedade brasileira, cujos objetivos governamentais passavam pela industrialização e progresso do Brasil.

Neste caso, será o apelo de José Leite de Vasconcelos que impulsionará o académico e escritor Sílvio Tiribicá de Almeida a contribuir para o Museu Nacional de Arqueologia, com a doação de uma panela Cocron, obtida (com grande probabilidade) através do seu conhecido Luiz Bueno Horta Barbosa (diretor do SPI), e transportada até Lisboa por Ana de Castro Osório (consulesa em São Paulo). Outro dado que corrobora com esta possibilidade é a doação de uma panela Cocron no mesmo ano, 1913, no Museu Paulista, recolhida, mais uma vez, pelo SPI.

O termo “pacificação” emerge, novamente, no caso da máscara africana da região dos Dembos, desta vez referente a uma campanha militar impulsionada pelo governo português que administrava a região de Angola e tentava acabar com uma rebelião iniciada pelo Dembo Caculo-Cahenda (justificada pela cobrança de impostos e uniformização fiscal na região de Luanda). Neste caso, estamos perante uma desvantagem visível das populações locais, oprimidas e subjugadas nestas intervenções militares, e a irrefutável recolha ilegítima dos seus objetos etnográficos, sem qualquer consentimento.

No que diz respeito ao conjunto de artefactos doados por Alberto Osório de Castro, apreendemos um interesse etnográfico pelos territórios onde exerceu cargos de magistratura, a aquisição de objetos de forma organizada/premeditada e, posteriormente, a doação ao MNA.

No que respeita aos desequilíbrios de poder espelhados neste caso específico, considerando a posição em que o doador se encontrava profissionalmente, poderemos admitir vantagem sobre os povos locais, provenientes de ex-colónias que estavam sob domínio e administração portuguesas.

A forma como foi executada a efetiva aquisição das peças por Alberto Osório de Castro (compra, troca, etc.) ficou por solucionar, tendo em vista que a fonte historiográfica que nos permite adquirir maior informação é a correspondência trocada entre o diretor do Museu e o doador, e, nesta situação, a documentação analisada quer no Epistolário de José Leite de Vasconcelos do MNA, quer no Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea da BNP, não possibilitou a descoberta de muitos dados para além dos já conhecidos. Este caso corresponde a uma investigação mais ampla e conjunta, não contendo o nível de pormenorização dos outros casos, devido às lacunas de informação. No entanto, através da consulta das fontes historiográficas do Museu Nacional de Arqueologia, assim como fontes secundárias noutras bibliotecas e arquivos, conseguimos perceber o conjunto total de objetos (dezoito) oferecidos por Alberto Osório de Castro e a respetiva proveniência.

Em termos da identificação dos intervenientes e consequente biografia, o nome do doador, quando registado nas fontes primárias do MNA, eram o ponto de partida para a reconstituição dos itinerários geográficos e culturais, completado, numa fase posterior, com os traços biográficos encontrados em fontes secundárias. O caso da máscara da região dos Dembos revelou-se surpreendente, pois começámos apenas com um doador, capitão Carlos Maia Pinto, e, ao longo da pesquisa, surgiu outro interveniente relevante: David José Gonçalves Magno. Para além dos estudos referentes à etnografia das populações autóctones que nos possibilitou uma melhor compreensão sobre os povos locais, David Magno ofereceu, também, outras peças (bastão e a espada de Caculo-Cahenda) ao Museu da Sociedade de Geografia, provenientes da mesma campanha militar. Desta forma, enriquecemos a investigação aumentando esta dinâmica rede de contactos: um novo doador, novos artefactos e uma nova instituição que tutela objetos etnográficos recolhidos no mesmo panorama.

Os intervenientes, no seu conjunto, representam indivíduos de diferentes esferas sociais – académicos, cônsules, militares, magistrados – mantendo alguma posição influente e privilegiada sobre os meios onde se inserem e sobre os contactos que estabelecem.

Podemos admitir que se trata de uma “elite europeizada” com claras vantagens face às populações autóctones dos países de origem das peças, facto justificado pela administração e domínio português sob estes territórios na época.

No que toca à metodologia aplicada, ou seja, a *Pesquisa de Proveniência*, tal como Bachmann *et al.* (2022) afirmava, os arquivos e museus ocidentais apresentam uma narrativa eurocêntrica, subjetiva e unilateral relativa às coleções etnográficas coloniais, existindo muitas lacunas para o relato completo dos percursos efetuados pelos objetos, desde a recolha à efetiva incorporação. As fontes primárias consultadas no MNA, imbuídas no espírito da época, priorizam os dados informativos referente à peça do ponto de vista do recetor do artefacto, ou seja, das potências colonizadoras ocidentais: “peça de material x, oferecida por y, da população z”. Não contêm, portanto, a perspetiva dos povos colonizados, nem, conseqüentemente, os relatos e informações daqueles a quem foram recolhidas/compradas/trocadas as peças em questão. Este facto torna difícil a reconstituição completa, fundamentada, transparente, inclusiva e democrática que o tratamento das coleções etnográficas não europeias necessita, quer por parte dos historiadores, quer por parte dos profissionais na área da museologia.

O mesmo se verifica no que toca à sistematização dos campos de inventário das respetivas instituições europeias, onde a inexistência de setores destinados à história das coleções não europeias e aos atores e intervenientes “invisíveis”, provoca hiatos e lacunas numa compreensão objetiva da história destes objetos, não havendo “espaço” para outras narrativas. Todavia, a falta de fontes historiográficas também se torna um dos principais obstáculos à investigação, pois os arquivos e instituições possuidores de documentação, maioritariamente inseridos nos países colonizadores, não conservaram todas as fontes relativas às coleções.

Tal como foi referido por Ebeling (2022), os arquivos dão primazia ao que acham merecedor de ser conservado, em cada época histórica, protagonizando, também eles, espaços influenciados e manipulados pelos poderes locais onde se inserem, divulgando ou omitindo o que se pretende. Não obstante, é necessário uma atenta análise e crítica às fontes historiográficas consultadas, procurando o que à partida não foi registado ou, pela linguagem utilizada, está “encoberto” na discursividade das instituições.

A Proposta de Salvaguarda, apresenta também ela algumas limitações, nomeadamente a inclusão das perspetivas das comunidades autóctones, que se encontram “parcialmente” incluídas nos itinerários geográficos e culturais dos artefactos. Um claro objetivo, aquando da concretização da exposição, será a participação de profissionais e técnicos provenientes dos países de origem na inventariação, conservação e divulgação dos objetos, incluindo as respetivas narrativas museográficas.

Dentro das limitações que esta tipologia de investigação acarreta, o presente estudo deu um passo em frente no que respeita à compreensão das coleções etnográficas não europeias, demonstrando que é possível aprofundar o conhecimento destes artefactos que incorporam em si um indubitável valor histórico e patrimonial (numa narrativa mais transparente, objetiva e inclusiva), e que num determinado momento histórico, foram o ponto de cruzamento de povos e culturas, todos eles merecedores de “voz” e com direito à sua perspetiva. Estamos perante um longo caminho, quer a nível de incentivos políticos que impulem, incentivem e auxiliem os museus nacionais com recursos financeiros e humanos para executar investigações no sentido de *pesquisa de proveniência* sobre as origens das coleções tuteladas, quer no próprio paradigma museológico, que necessita de uma transformação estrutural ao nível da sistematização dos próprios documentos e bases de dados, relativos às peças incorporadas. A adição de novos campos às fichas de inventário, no sentido da apreensão histórica das coleções e da própria evolução da instituição, poderia ser uma primeira etapa para iniciar a mudança de perceção das coleções.

Outro aspeto fulcral passa pelo diálogo com profissionais nas áreas da museologia, assim como académicos nas áreas de História, Património, Antropologia, Etnografia, Sociologia, etc., dos países de origem e a participação ativa dos mesmos no tratamento das coleções. Portugal, à semelhança do que acontece com outros países europeus, deverá ter um papel mediador e interlocutor entre aquela que foi uma antiga metrópole e os territórios anteriormente colonizados. Numa corrente de responsabilização, e não de culpabilização, Portugal poderá pautar-se pela transparência e democratização dos processos de aquisição destas coleções e divulgação dos artefactos, repondo, em certa medida, a justiça histórica e estabelecendo a cooperação com as comunidades que estiveram, até então, silenciadas e omitidas nas narrativas perpetuadas. Traçará, deste modo, um novo rumo que será transmitido quer às gerações atuais, mas, sobretudo, às gerações vindouras, promovendo um mundo mais igualitário, livre e justo.

## 5. Referências bibliográficas

### 5.1 Fontes

Arquivo Histórico Militar - Fundo Particular de David Magno, *Desde a Inauguração do Forte até ao 13 de Dezembro* (PT/AHM/FP/55/896).

Arquivo Histórico Militar - Fundo Particular de David Magno, *Bastão e Espada de Calculo Caenda*. Correspondência David Magno, 30/10/1932 (PT/AHM/FP/55/896).

Arquivo Histórico Militar - Fundo Particular de David Magno, *Bastão e Espada de Calculo Caenda*. Correspondência David Magno, 06/12/1932 (PT/AHM/FP/55/896).

Arquivo Museu Nacional de Arqueologia - Epistolário de José Leite de Vasconcelos, correspondência com Alberto Osório de Castro [636], cotas de 4201 a 4246.

Arquivo do Museu Nacional de Arqueologia - Epistolário de José Leite de Vasconcelos, Carta de Alberto Osório de Castro [636/4216 A-B], 02-04-1911.

Arquivo do Museu Nacional de Arqueologia - Epistolário de José Leite de Vasconcelos, Carta de Alberto Osório de Castro [636/4219], 28-06-1914.

Arquivo do Museu Nacional de Arqueologia - Epistolário de José Leite de Vasconcelos, Carta de Alberto Osório de Castro [636/4240].

Arquivo do Museu Nacional de Arqueologia - Epistolário de José Leite de Vasconcelos, Carta de Carlos Maia Pinto [2705/18578], 14-02-1916.

Arquivo do Museu Nacional de Arqueologia - Epistolário de José Leite de Vasconcelos, Carta de Sílvio de Almeida [85/427], 06 – 01 – 1913.

Biblioteca Nacional de Portugal, Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea - Espólio da Família Osório de Castro, correspondência de Alberto Osório de Castro, cotas A1279; A 1280; N12/253/1-43; N12/255/1-2; N12/682.

Biblioteca Nacional de Portugal, Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea, Arquivo de Camilo Pessanha, disponível em <https://purl.pt/14369/1/cartas-autor-alberto-castro.html>. (Consultado a 18/09/2023).

Comissão Archeologica da India Portuguesa (1904). *O Oriente Portuguez*. Imprensa Nacional.

Fausto (1889). *Bohemia Nova – Revista de Literatura e Sciencia*. Coimbra: Bohemia Nova.

*Lei de Bases do Património Cultural* [nº. 107/2001] in Diário da República [disponível em https://dre.pt/dre/detalhe/lei/107-2001-629790](https://dre.pt/dre/detalhe/lei/107-2001-629790) (Consultado a 18/09/2023).

*Lei Quadro dos Museus Portugueses* [nº. 47/2004] in Diário da República disponível em <https://dre.pt/dre/detalhe/lei/47-2004-480516>.

*O Estado de S. Paulo*. Disponível em [O Estado de S. Paulo - Acervo Estadao \(estadao.com.br\)](http://estadao.com.br) (Consultado a 18/09/2023).

Vasconcellos, J. L. (1895). «*Acquisições do Museu Etnographico Portugues*» in *O Archeologo Português*, Volume I, p. 218.

Vasconcellos, J. L. (1895). «*Acquisições do Museu Etnographico Portugues*» in *O Archeologo Português*, Volume I, p. 271.

Vasconcellos, J. L. (1897). «*Acquisições do Museu Etnographico Portugues*» in *O Archeologo Português*, Volume III, p. 122.

Vasconcellos, J. L. (1913). «*Acquisições do Museu Etnographico Portugues*» in *O Archeologo Português*, Volume XVIII, p. 158.

Vasconcellos, J. L. (1913). «*Acquisições do Museu Etnographico Portugues*» in *O Archeologo Português*, Volume XVIII, p. 165.

Vasconcellos, J. L. (1919). «*Acquisições do Museu Etnographico Portugues*» in *O Archeologo Português*, Volume XXIV, p. 269.

## 5.2 Estudos

*A Pacificação dos Gaigangs Paulistas: Hábitos, Costumes e Instituições desses Índios* - conferência realizada na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro pelo Inspetor do SPI em São Paulo (1913). Disponível em <https://acervo.socioambiental.org/acervo/livros/pacificacao-dos-gaingangs-paulistas-habitos-costumes-e-instituicoes-desses-indios> (Consultado a 18/09/2023).

Africa Museum (setembro de 2023). *Origin of the collections*. Disponível em [Provenance of the collections | Royal Museum for Central Africa - Tervuren - Belgium \(africamuseum.be\)](https://africamuseum.be) (Consultado a 18/09/2023).

Africa Museum (setembro de 2023). *Provenance of the Collections*. Disponível em [Provenance of the collections | Royal Museum for Central Africa - Tervuren - Belgium \(africamuseum.be\)](https://africamuseum.be) (Consultado a 18/09/2023).

Almeida, S. (1912). *Falar português do Brasil* In J. L. Vasconcellos (dir.) *Revista Lusitana*. Livraria Clássica Editora de A. M. Teixeira. vol.15, p. 353.

Amir, R. (2021). *Blood Antiquities: Provenance and the ICOM Code of Ethics in Collecting and Provenance*. Cambridge Scholars Publishing.

Amaral, L. (2021). *Os marfins luso-africanos do reino do Benim*. Boletim do ICOM Portugal As coleções extra-europeias [Série III , Nº17].

Arie, E. (2021). *Thirty Years Later: The Dayan Collection at The Israel Museum, Jerusalem* in *Collecting and Provenance*. Cambridge Scholars Publishing.

Artdependence Magazine (6 de fevereiro de 2023). *The Swiss Benin Initiative: Research and Dialogue with Nigeria*. Disponível em <https://www.artdependence.com/articles/the-swiss-benin-initiative-research-and-dialogue-with-nigeria/> (Consultado a 18/09/2023).

*As Constituintes de 1911 e os seus deputados* (1911). Livraria Ferreira. Lisboa. Disponível em [https://permalinkbnd.bnportugal.gov.pt/viewer/93287/download?file=sc-88130-v\\_0000\\_capa-capa\\_t24-C-R0150.pdf&type=pdf&navi\\_gator=1](https://permalinkbnd.bnportugal.gov.pt/viewer/93287/download?file=sc-88130-v_0000_capa-capa_t24-C-R0150.pdf&type=pdf&navi_gator=1) (Consultado a 18/09/2023).

Biblioteca Digital Brasil (setembro de 2023). *O Serviço de Proteção aos Índios*. Disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/o-servico-de-protecao-aos-indios/> (Consultado a 18/09/2023).

Bachmann, S., Berazategui, M. (2022). *Documenting Coloniality. From Absent Information to Narrative Provenance* in Thinking About the Archive & Provenance Research. Carl DeuBen and Yagmur Karakis.

Cantinho, M. (2010). *Coleções etnográficas extra-ocidentais em Portugal: passado, presente e futuro*. Instituto de Investigação Científica Tropical e Sociedade de Geografia de Lisboa.

Chuquela, L., Inoque, D. (2021). *Coleções Africanas em Museus Europeus: sua Restituição ou Gestão Compartilhada dos Bens Culturais*. Boletim do ICOM Portugal As coleções extra-europeias [Série III, N°17].

Código Deontológico ICOM (2009). Disponível em [https://icom-portugal.org/wp-content/uploads/2015/03/CodigoICOM\\_PT-2009.pdf](https://icom-portugal.org/wp-content/uploads/2015/03/CodigoICOM_PT-2009.pdf) (Consultado a 18/09/2023).

Correia, A. M., Sérgio, A., Pereira, A. A. G., Godinho, A. M., Zúquete, A. E. M., Fonseca, J. S. (diretores e compiladores). *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. Volumes VI, VIII, XI, XV. Editorial Enciclopédia.

Curto, D. R. (2022). *Portugal em bicos de pés: etnografia colonial e modernismo truncado* disponível em <https://www.wort.lu/pt/portugal/portugal-em-bicos-de-pes-etnografia-colonial-e-modernismo-truncado-61e15f4ade135b92361489de>. (Consultado a 18/09/2023).

Cury, M. X. (2021). *As coleções Kaingang, Guarani Nhandewa e Terena - Percurso documental, requalificação e colaboração* in Anais do Museu Paulista. São Paulo.

Deutscher Museums Bund (2021). *Care of Collections from Colonial Contexts*. German Museums Association. Disponível em <https://www.museumbund.de/wp-content/uploads/2021/03/mb-leitfanden-web-210228-02.pdf> (Consultado a 18/09/2023).

Ebeling, K. (2022). *Mal D'Archives Revisited or Archive Evils from a Postcolonial Perspective. An Obstructed View* in Thinking About the Archive & Provenance Research. Carl DeuBen and Yagmur Karakis.

Francisco, A. R. (2013). *Kaingáng: Uma história das interações entre nativos e ocidentais durante a conquista e a colonização no sul do Planalto Meridional*. Pontifícia

Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. Disponível em <https://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/2469/1/448720.pdf>. (Consultado a 18/09/2023 ).

Godinho, A., Mateus, C., Simões, C., Costa, M., & Abreu, R. (2021). *Património científico colonial num tempo pós-colonial. As coleções antropológicas fotográficas do Instituto de Investigação Científica Tropical*. Boletim do ICOM Portugal As coleções extra-europeias [Série III , N°17].

Hertzog, A., Uzebu-Imarhiagbe, E. (2022). *The Paperless Archive. Recasting Benin Collections as a Displaced Archive* in Thinking About the Archive & Provenance Research. Carl DeuBen and Yagmur Karakis.

Hicks, D. (2020). *The Brutish Museums: The Benin Bronzes, Colonial Violence and Cultural Restitution*. Pluto Press.

*Ilustração Portuguesa*, 2º série, nº 397, 29 de setembro de 1913. Disponível em [https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/IlustracaoPort/1913/N397/N397\\_master/N397.pdf](https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/IlustracaoPort/1913/N397/N397_master/N397.pdf) (Consultado a 18/09/2023).

Indigenous Archives Collective (2021). *Right of Reply - Indigenous Rights in Data and Collections* disponível em [https://indigenousarchives.net/2021/08/09/position-statement-on-the-right-of-reply-to-indigenous-knowledges-and-information-held-in-archives\\_released/](https://indigenousarchives.net/2021/08/09/position-statement-on-the-right-of-reply-to-indigenous-knowledges-and-information-held-in-archives_released/) (Consultado a 18/09/2023).

Lins, I. (1964). *História do Positivismo no Brasil*. Companhia Editorial Nacional, São Paulo.

Lourenço, M., & Guessner, S. (2012). «*Documenting Collections: Cornerstones for More History of Science in Museums*». *Revista Sci & Educ* (2014) 23:727–745.

Macron, E. (2017). *Discours d'Emmanuel Macron à l'université de Ouagadougou* Disponível em <https://www.elysee.fr/emmanuel-macron/2017/11/28/discours-demmanuel-macron-a-luniversite-de-ouagadougou> (Consultado a 18/09/2023).

Magno, D. J. G. (2018). «*Etnografia dos Dembos*». *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, pp. 123-165.

Moutinho, M., & Primo, J. (2021). *Acervos coloniais: para uma leitura crítica das heranças*. Boletim do ICOM Portugal As coleções extra-europeias [Série III, N°17].

Museum of Archaeology and Anthropology (2021). *Re: Entanglements: Colonial Collections in Decolonial Times*. Disponível em <https://re-entanglements.net/exhibition/> (Consultado a 18/09/2023).

Paulino, V. (2019). *Vida e obra de Alberto Osório de Castro em Timor*. Universidade Nacional Timor Lorosa'e, Universidade Aberta de Lisboa.

Pélissier, R. (1997). *História das Campanhas de Angola – Resistências e Revoltas 1845-1941*. Vol.2. Editorial Estampa. Lisboa.



Perdigão, F. (2022). *Espólio de José Leite de Vasconcelos Corpus Linguístico: o «Dialeto Brasileiro»* [Dissertação de mestrado, Universidade de Lisboa]. Repositório Universidade de Lisboa. Disponível em <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/51644> (Consultado a 18/09/2023).

Pereira, E.; Carvalho A.; Cardoso, A. P. (2021). *Reconstruir coleções e conectar histórias: contextos e perspectivas de investigação do projeto TRANSMAT*. Revista de Museu, nº. 3. Lisboa [Direção Geral do Património Cultural. pp. 164 – 177].

Pinheiro, N. S. (1999). *Conquista, Colonização e Indigenismo: Oeste Paulista, 1912-1967*. Universidade Estadual Paulista. São Paulo.

Pinto, J. N. (2021) *A Museologia e a Guerra Colonial*. Boletim do ICOM Portugal As coleções extra-europeias [Série III , Nº17].

Pinto, S. (1881). *Como eu Atravessei África*. Londres. CROWN BUILDINGS, 188 FLEET STREET.

Pinto, R. N., & Bertoletti, E. N. M. (2017). *Biografia de Prisciliana Duarte de Almeida (1867 – 1944)* in XI Seminário em Educação e VI Colóquio de Pesquisa. Paranaíba. MS.

Portal Kaingang (setembro de 2023). Disponível em <https://portalkaingang.org> (Consultado a 18/09/2023).

Povos Indígenas no Brasil *Kaingang*. Disponível em <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Kaingang> (Consultado a 18/09/2023)

Staatliche Museen zu Berlin (2017). *Beyond Compare: Art from Africa in the Bode-Museum*. Disponível em <https://www.smb.museum/en/exhibitions/detail/beyond-compare-art-from-africa-in-the-bode-museum/> (Consultado a 18/09/2023).

SIMMONS, J. E. (2010) – *History of Museums*. Pennsylvania. U.S.A.

Smithsonian Nacional Museum of Africa Art (setembro de 2023). Disponível em <https://africa.si.edu> (Consultado a 18/09/2023).

Sousa, P. S. (2010) - *Biografias dos Presidentes do Tribunal da Relação de Lisboa (1833-2010)*. Tribunal da Relação de Lisboa. Lisboa.

Stauffer, D. (1955). *The Origin and Establishment of Brazil's Indfan Service - 1889-1910*. Faculty of the Graduate School of the University of Texas. Texas.

Vasconcellos, J. L. (1915). *História do Museu Etnológico Português*. Imprensa Nacional. Lisboa.

Vieira, D. L. (2014). *O Dembo Caculo Cacahenda: a história de uma região e de uma chefatura (1780-1860)*. [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Juiz de Fora]. Repositório Universidade Federal de Juiz de Fora. Disponível em <https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/818/1/daianalucasvieira.pdf> (Consultado a 18/09/2023).

Wall, E. D. (2021). *All Quite Openly, Publically and Legally: a story of restitution in Collecting and Provenance*. Cambridge Scholars Publishing.

Welper, E., & Barbosa, P. (2013). *Nimuendajú e os índios do sul do Brasil* in *Revista Tellus*. Campo Grande. MS.

## 6. Anexos

### 6.1 Anexo I – Fotografias do Espólio Particular David Magno, inserido no Arquivo Histórico Militar (PT/AHM/FP/55)



Figura 22 - Retrato do militar David José Gonçalves Magno (PT/AHM/FP/55/896)



Figura 23 - Recorte de jornal do conjunto intitulado Bastão e Espada de Caculo-Caenda (PT/AHM/FP/55/896)

na a falta de Dinda. Por conseguinte  
 era, depois de algumas semanas de  
 trabalho em volta do Forte, que de-  
 biamos nos fazer ideia da situação  
 económica que se verificava nos  
 locais habitados para os trabalhos indi-  
 genas, em 14 de Agosto de 1913.  
 O meu traço é que não se verificava  
 mais o mesmo trabalho (Baculo de  
 cana) já todo o seu trabalho, que a maioria  
 instalada em Camunganda (adjacente de  
 mi lado). Perceberam logo porquê  
 foi que a gente nos mandava, levou-  
 do para nós, através de longo, e  
 ameaçando a terra e a cana, não  
 pôde evitar que a colheita se apa-  
 recesse de um grande depósito de pó  
 e de um verdadeiro arsenal de armas  
 brutas e partidas, espadas, machetes,  
 tes de brônco, canas de fogo e outros  
 (indivíduos de "Batalão")  
 e espadas, que têm serviço para o  
 trabalho indígena e os europeus, a  
 nível, enquanto a população indígena  
 estava, se não  
 uma esparçada impressionante,  
 sem a volta da agricultura  
 e da colheita, por isso, colheita e  
 fáblicas, numa verdadeira situação.  
 De outro lado  
 Anticamente, e hoje em dia, também  
 se associava a revolta. Embora  
 por parte dos índios de Luanda, Calu-  
 gunda, que não pôde resistir  
 ao tenente Lepo, que foi mandado  
 refugiar e pôde voltar de Maravita.  
 Em 21, com o começo da guerra

Figura 24 – Documento Desde a Inauguração do Forte até ao 13 de Dezembro, p. 46 (PT/AHM/FP/55/896)

18

tos estavam a comer. Totalidade a gente impedida no rancho. Este  
 era o principal inconveniente, que se remediou com dois homens e  
 dois caldeiros e distribuição de rancho a horas regulares.

Junto a este relatório vêm, como já disse, alguns documentos  
 que do mesmo relatório deverão ser considerados como fazendo par-  
 te. Não cópias de correspondência §§ da ordem diária, instru-  
 ções para alguns serviços etc.

Por esses documentos melhor se verá o andamento das operações  
 e o modo como eram executadas e ainda algumas informações sobre  
 a região e o gentio que a habita.

Excusado me parece citar detalhes e incidentes, de vulto curio-  
 sos e interessantes, mas que o não são até a ocasião de se li-  
 quidarem.

Sobre o concurso de todos os oficiais e praças que separam  
 parte na coluna, está exarada a minha opinião na ordem final da  
 coluna que fiz publicar em Calungu, no regresso. Devo agora dizer  
 que de regresso a Luanda em breves dias se entregou a conta das  
 despesas da coluna com todos os documentos coligidos e organiza-  
 dos. Ao método e cuidado que nos serviços administrativos empre-  
 gou e encarregado deles o Capitão de Administração Militar, Fre-  
 derico Xavier da Silveira Machado, se deve este resultado pouco  
 vulgar.

O TENENTE DE INFANTARIA DAVID JOSÉ GONÇALVES MAGDO, que ser-  
 viu como ajudante da coluna, tendo tomado parte, apesar do seu im-  
 pedimento, em todos os serviços de diversas naturezas, conseguiu  
 apresentar e manter em dia toda a escrituração e arquivo da co-  
 luma, de modo que, antes da entrega deste relatório, estava comple-  
 tamente organizado todo o processo da coluna, sem erros nem defi-  
 ciência, com todas as alterações do pessoal registadas, os recis-  
 tos de ordens e de correspondência e outros escriturados e com-  
 pletos.

JUSTO É DIZER QUE O CONSEGUIU À CUSTA DE UM TRABALHO, DE UM  
 CUIDADO E DE UM ZELO PELO SERVIÇO, MODELARES.

Luanda, 22 de Outubro de 1913  
 O Commandante da Coluna,  
 (a) - Carlos Maia Pinto, Cap. d. Artilharia

Figura 24 – Relatório da Campanha Militar na Região dos Dembos de 1913, da autoria do capitão Carlos Maia Pinto, p. 18 (PT/AHM/FP/55/890/15)

6.2 Anexo II – Máscara dos Dembos em exposição, anterior à transferência da coleção etnográfica não europeia para as Reservas de Etnografia na década de oitenta

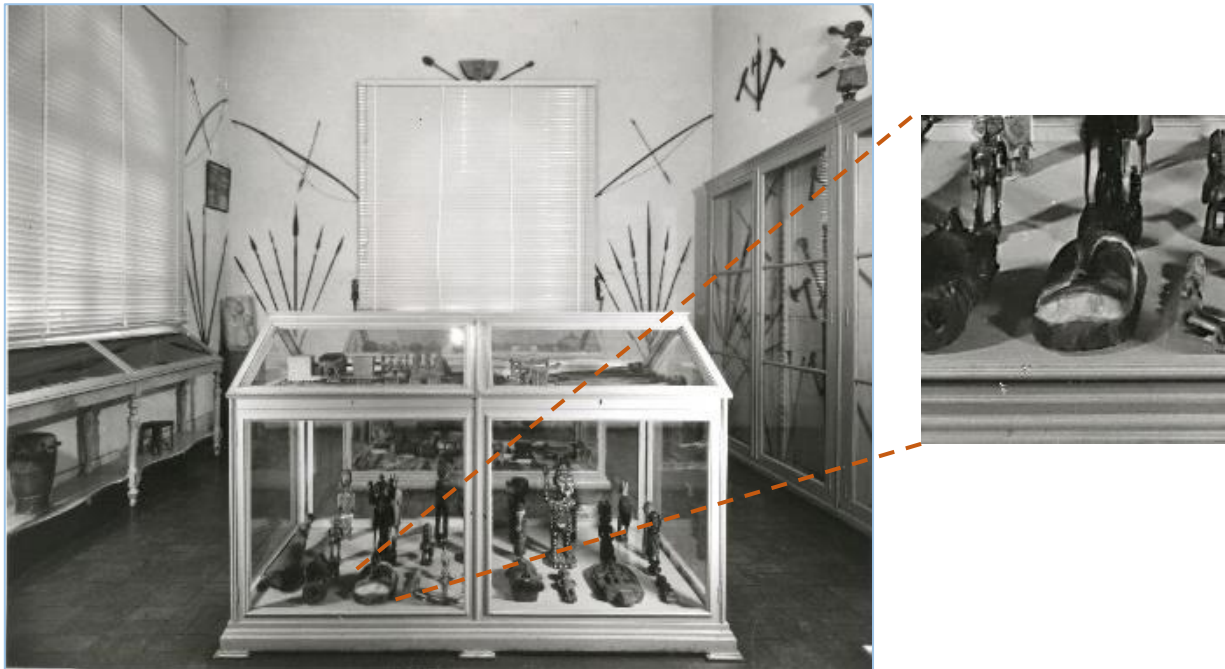


Figura 2 - AF.MNA.12

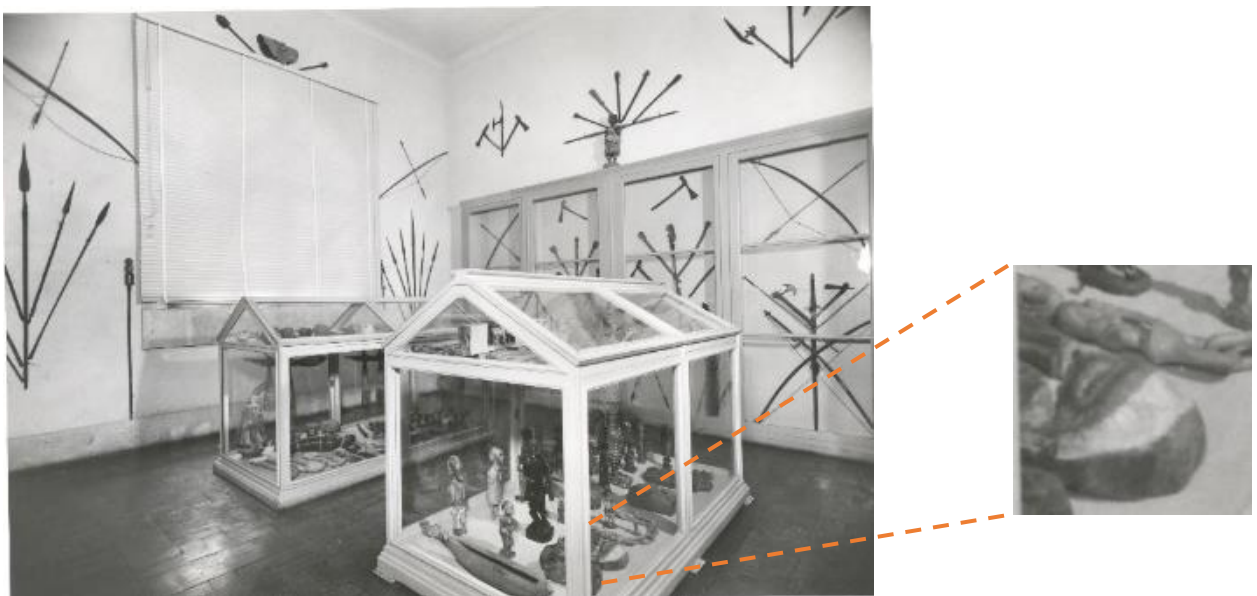


Figura 3 - AF.MNA.11

6.3 Anexo III – Tabela 7: Coleção de objetos doados por Alberto Osório de Castro ao MNA; nesta tabela cruzamos a informação proveniente de diversas fontes sobre as peças doada

<b>Coleção doada por Alberto Osório de Castro</b>					
<b>Nº de Inventário</b>	<b>Objeto</b>	<b>Descrição</b>	<b>Proveniência</b>	<b>Data de Incorporação</b>	<b>Fontes</b>
Sem número de inventário, Sem número de entrada.	Lâmpada de metal moderna	«O Sr. Dr. Alberto Osório de Castro ofereceu-me uma lâmpada de metal moderna, proveniente da Índia Portuguesa (recolhida no Museu, a título de comparação ethnográfica)»	Índia Portuguesa	1897	<i>O Archeologo Português</i> , 1ª série, Volume III, 1897, página 122.
Número de Inventário: ETNO 134  Número de Entrada: E 5156	Diadema	Diadema emplumado dos dançadores de "Tèbedai" (batuque ou dança de guerra e de cerimonial: do reino de Lautém (Timor).	Reino de Lautém, Timor	outubro 1913 a 1914	Livro de Entradas: artefacto 5156.
		Diadema de couro, emplumado, usado pelos dançadores de "tébedai" (batuque ou dança de guerra e cerimonial).	Reino de Lautém, Timor	E 5156. Oferta com os nºs 5157 a 5160 ao director do Museu pelo seu amigo Dr. Alberto Osório de Castro, que esteve em Timor em 1913/1914.	Verbete de Inventário: 134.

		«Um diadema emplumado dos dançadores de tēbedai do reino de Lantēm»	Reino de Lautém, Timor	Entre 1913-1917	<i>O Archeologo Português</i> , 1ª série, Volume XXIV, 1919-1920, 269.
Número de Inventário: ETNO 2022.5.124 Ou ETNO 209/C.S.C	<b>Rabeca</b>  (A Rabeca mencionada n' <i>O Archeologo Português</i> deverá corresponder a um dos objetos registados nos verbetes com os números 207 (atual 2022.5.124) ou 209 e 209 A.	«Rabeca, que tem a caixa feita de côco, e o cabo de madeira: da cidade da Praia (Cabo Verde)»	Cidade da Praia (Cabo Verde)	27 – 02 – 1914	Livro de Entradas: artefacto 5217.
		Instrumento musical de corda, formado por uma casca de fruto (caixa) com uma membrana e por uma haste ou braço onde se estende a corda ou cordas.	África	Não registada	Verbete de Inventário: 207.
		Instrumento musical monocordico, formado por uma casca de fruto (caixa) arredondada com uma membrana e por uma haste ou braço onde se estende a corda; é tocado com arco feito de junco e sedas vegetais.	África	Não registada	Verbete de Inventário: 209 e 209 A.
		«Rabeca que tem a caixa feita de coco e o cabo de madeira da cidade da Praia»	Cidade da Praia, Cabo Verde	Entre 1913-1917	<i>O Archeologo Português</i> , 1ª série, Volume XXIV, 1919-1920, 269.
Sem número de inventário;	<b>Um guarda-chuva</b>	«Guarda chuva de folha de palmeira, de uso geral em Timor (Indonésia)»	Timor	27-02-1914	Livro de Entradas: artefacto 5218.

Número de Entrada: E 5218		«Um guarda-chuva de folha de palmeira»	Timor	Entre 1913-1917	<i>O Archeologo Português</i> , 1ª série, Volume XXIV, 1919-1920, 269.
Número de inventário: ETNO 2015.1.4 Número de entrada: E5219	Recipiente para água/Cesto	«Recipiente para água feito de uma folha de palmeira: da ilha de Ataúro ou Pulo-Cambing (Timor). Encontrado junto a um poço na praia do Sol.»	Ilha de Ataúro, Timor	27-02-1914	Livro de Entradas: artefacto 5219.
		«Um recipiente para água, feito de uma folha de palmeira»	Ilha de Ataúro ou Pulo-Cambing (Timor)	Entre 1913-1917	<i>O Archeologo Português</i> , 1ª série, Volume XXIV, 1919-1920, 269.
		Cesto feito de uma folha de palmeira dobrada, formando uma asa na parte superior. A asa é reforçada e presa com tiras vegetais e apresenta uma tira comprida e mais estreita que forma uma laçada para suspensão da peça. Junto à peça encontra-se a seguinte anotação: "Recipiente para água feito de uma folha de palmeira: da ilha de Ataúro ou Pulo-Cambing (Timor). Encontrado junto a um poço na praia do Sol. Oferta do Dr. Alberto Osório de Castro." Esta informação encontra-se também no Livro de Entradas do Museu.	Timor. Ataúro	1914 ou anterior	Sistema Matriz
Sem número de inventário; Número de Entrada: E 5220	Modelo de casa Lúlik	«Um modelo de uma casa lúlik "tabú", de uma aldeia do reino de Lantêm, Timor. Nestas casas se guardam certos objetos lúlik, por exemplo, um bracelete e um machado de bronze que estão no Museu»	Lautém. Timor	27-02-1914	Livro de Entradas: artefacto 5220.



		«Um modelo de uma casa lúlik "tabú", de uma aldeia do reino de Lantêm, Timor. Nestas casas se guardam certos objetos lúlik, por ex. um bracelete e um machado de bronze que estão no Museu»	Timor	Entre 1913-1917	<i>O Archeologo Português</i> , 1ª série, Volume XXIV, 1919-1920, 269.
Sem número de inventário;  Número de Entrada: E 5221	Uma arma de cana	Arma de cana para atirar aos "pastrinho", passarinhos em Timor. Arremessa-se com arco, com as setas. (domínio português)	Timor	27-02-1914	Livro de Entrada: artefacto 5221.
		Arma de cana para atirar aos "pastrinho", passarinhos em Timor. Arremessa-se com arco, com as setas. (domínio português)	Timor	Entre 1913-1917	<i>O Archeologo Português</i> , 1ª série, Volume XXIV, 1919-1920, 269.
Número de Inventário 252 Número de Entrada 5158	Escultura/Relievo	«Relêvo de pedra que representa o deus da guerra (figura de guerreiro com rodela e espada) de Bicholim, na Índia Portuguesa: obtido em casa de uma bailadeira»	Bicholim, Índia Portuguesa	outubro 1913 a 1914	Livro de Entradas: artefacto 5158
		Relevo ou escultura de pedra que representa um homem com uma espada na mão direita e com um escudo na esquerda (deus da guerra dos Hindus)	Bicholim. Índia	Não mencionada	Verbetes de Inventário: 252.
		Baixo relevo de pedra, de forma rectangular com topo redondo, insculpido com a figura de um guerreiro com um escudo circular numa das mãos e na outra uma espada. Na cabeça parece ter um turbante e o corpo está coberto por um saio e um colete ou peitoral.	Bicholim	Não mencionada	Sistema Matriz
Sem número de inventário;	Bracelete de Bronze	Bracelete de bronze de Timor achado numa casa "lulik", como se diz no nº5220.	Timor	27-02-1914	Livro de Entradas: artefacto 5232.

Nº de Entrada 5232		«Um bracelete de bronze, de Timor, achado numa casa lulik.»	Reino de Lantêm, Timor	Entre 1913- 1917	<i>O Archeologo Português, 1ª série, Volume XXIV, 1919- 1920, 269.</i>
Não foi identificado nenhum número de Inventário nem de Entrada para este objeto	Porrinho, (clava ou bastão)	«Um porrinho com cara tatuada, dos Celes, povo das cercanias do Novo Redondo (África: Luanda)»	Novo Redondo, Luanda	1915	Livro de Entradas: artefacto 6000
		Existem 34 objetos designados de porrinho, clava ou bastão cerimonial nos registos efetuados nos Verbetes de Inventário.  A análise efetuada (comparação das descrições e proveniências) não permite identificar qual o porrinho oferecido por Alberto Osório de Castro (mencionado na correspondência). Notámos a oferta da mesma tipologia de objetos oferecidos por outros doadores ou mesmo adquiridos pelo diretor.  173 (ETNO 2022.5.30); 174 (ETNO 2022.5.71); 175; 176 (ETNO 2022.5.13); 177 (ETNO 2022.5.10); 178 (ETNO 2022.5.69); 179 (ETNO 2022.5.31); 196 (ETNO 2022.5.11); 292, 299 (ETNO 2022.5.21); 306 (ETNO 2022.5.14), 314 (ETNO 2022.5.12, 316 (ETNO 2022.5.24, 318 (ETNO 2022.5.35), 320 (ETNO 2022.5.8), 343 (ETNO 2022.5.7), 344 (ETNO 2022.5.27), 345 , 346 (ETNO 2022.5.25), 347 (ETNO 2022.5.29), 348, 390 (2022.5.9), 407 (ETNO 2022.5.32), 408 (ETNO 2022.5.35), 409 (ETNO 2022.5.17), 419 (ETNO 2022.5.37), 421 (ETNO 2022.5.33), 462 ETNO 2022.5.18,	---	---	Verbetes de Inventário

		463 (ETNO 2022.5.34) 481 (ETNO 2022.5.24) 482 (ETNO 2022.5.39) 494 (ETNO 2022.5.23) 495 (ETNO 2022.5.5) 496 (ETNO 2022.5.28)			
		«Um porrinho com cara tatuada, dos Celes, povo das cercanias do Novo Redondo»	Luanda, Angola	Entre 1913-1917	<i>O Archeologo Português</i> , 1ª série, Volume XXIV, 1919-1920, 269.
		«[...] O porrinho que meu sobrinho lhe deu e fora meu presente de África trouxe-o de Novo Redondo tendo-me sido ali dado como obra dos vizinhos antropófagos Péles ou Céles. [...] Na mesma ocasião recebi porrinhos do Amboim, região próxima dos Seles, e por isso será melhor dar a indicação de “Sertão de Novo Redondo [...]»	Sertão de Novo Redondo	28 – 06 – 1914	Arquivo MNA Epistolário JLV (Carta de Alberto Osório de Castro, 28 – 06 – 1914, cota 4219)
Número de inventário: ETNO 2022.5.46  Número de Entrada: E 5157	Paliteiro	«Paliteiro de pau: de Novo-Redondo (Angola): dos antropófagos Séles: sátira às mulheres brancas ... »	Novo Redondo	1913-1914	Livro de Entradas: artefacto 5157.
		«Paliteiro de pau que representa uma mulher com um copo nas mãos e uma criança ao lado direito. "Paliteiro de pau: dos antropofagos Séles: sátira às mulheres brancas." (livro de entradas)»	Novo Redondo	-----	Verbetes de Inventário: 34.
	Estatuetas femininas/ Paliteiro	Descrição do sistema Matriz: Estatueta em madeira, esculpida em vulto redondo, representando duas figuras femininas assentes sobre uma base suboval. A primeira figura, de estatura mais alta, apresenta os pés bem definidos e os membros inferiores de formato cilíndrico, um deles dobrado com o respectivo pé apoiado sobre a extremidade dos dedos. O tronco, de formato cilíndrico, exhibe dois seios incipientes e	Seles, Novo Redondo	Anterior a 1913	

		<p>apresenta uma fita em tecido vermelho em torno da cintura. Os membros superiores encontram-se flectidos, com as mãos segurando um pequeno prato circular sobre o qual é disposto um copo alto cilindriforme. O pescoço é alongado, de forma cilíndrica. O rosto oval, ladeado pelas orelhas de feição realista, apresenta dois olhos elipsoidais incisos e realçados a negro, encimados pelas sobrancelhas negras, nariz em relevo e a boca reduzida a uma fenda simples. A cabeça apresenta um penteado rematado por um elemento em forma de cone truncado, de base invertida, cuja superfície convexa é integralmente preenchida com orifícios. A segunda figura, posicionada em frente da primeira e disposta sobre pequena base circular, apresenta os pés sumariamente representados, membros inferiores cilíndricos, tronco cilindriforme exibindo dois seios proeminentes e os membros superiores com as mãos unidas atrás das costas. O rosto apresenta traços fisionómicos similares aos da primeira figura e a cabeça é adornada com um penteado que termina numa madeixa de cabelo enrolada sob a nuca. A zona esquerda da base apresenta um orifício onde possivelmente, existiria um terceiro elemento (?). As figuras apresentam uma tonalidade castanha com detalhes faciais e penteados realçados a fogo. Conforme informação referente à ficha de inventário, ao Livro de Entradas do Museu e a uma etiqueta associada à peça, trata-se de um "Paliteiro de pau dos antropófagos Seles (Novo Redondo, Angola): sátira às mulheres brancas.</p>			<p>Sistema Matriz</p>
--	--	--	--	--	-----------------------

		Oferta ao director do Museu pelo Dr. Alberto de Castro Osório."			
<p>Número de Inventário: ETNO 2022.7.3</p> <p>Número de Entrada: E5159</p>	<b>Dois Cohé</b>	Dois "Cóhé" [com h aspirado]: sacos ou bornais de feiticeiro ou curandeiro, onde vão remédios, amuletos, etc.. Do reino de Lautém (Timor).	Reino de Lautém, Timor	outubro 1913 a 1914	Livro de Entrada: artefactos 5159/5160.
	<b>Cohé/Bornal</b>	«Cohé ou bornal de couro, com pelo, usado pelos feiticeiros do reino de Lautém; para trazer remédios, amuletos, etc.»	Reino de Lautém, Timor	«E 5159. Oferta com os n°s 5157 a 5160 ao director do Museu pelo seu amigo Dr. Alberto Osório de Castro, que esteve em Timor. Em 1913/1914»	Verbete de Inventário: 211.
	<b>Cohé / bornal/Saco</b>	«Saco ou bornal de feiticeiro ("Cohé") composto por um retalho de couro, dobrado e cosido de modo a formar um rectângulo, aberto no topo superior e rematado com uma barra em couro castanho escuro, cosida por intermédio de uma fita em tecido. Uma das faces apresenta um reforço rectangular feito igualmente em couro e cosido com fio. O interior exhibe um forro e uma bolsa em tiras vegetais, feitos pela técnica do entrecruzado. A extremidade superior dispõe de uma alça em tecido que prende ao topo do forro interior com atilhos em	Timor. Lautém	«Data de entrada desconhecida. Primeiro quartel do século XX»	Sistema Matriz

		fibra vegetal. A superfície do couro apresenta vestígios do pelo que inicialmente o revestia.»			
<p>Número de inventário: ETNO 2022.7.2</p> <p>Número de Entrada: E 5160</p>	<b>Dois Cohé</b>	Dois "Cóhé" [com h aspirado]: sacos ou bornais de feiticeiro ou curandeiro, onde vão remédios, amuletos, etc.. Do reino de Lautém (Timor).	Reino de Lautém, Timor	outubro 1913 a 1914	Livro de Entrada: artefactos 5159/5160.
	<b>Cohé/Bornal</b>	Cohé ou bernal de couro, com pelo, usado pelos feiticeiros ou curandeiros do reino de Lautém; para trazer remédios, amuletos, etc.	Reino de Lautém, Timor	«E 5159. Oferta com os n°s 5157 a 5160 ao director do Museu pelo seu amigo Dr. Alberto Osório de Castro, que esteve em Timor. Em 1913/1914»	Verbete de Inventário: 212.
	<b>Cohé / bernal/Saco</b>	«Saco ou bernal de feiticeiro ("Cohé"), composto por um retalho de couro revestido com pêlo comprido de tom castanho claro, dobrado de modo a formar um rectângulo, aberto no topo superior e cosido numa das faces por intermédio de fibras vegetais. O interior exhibe uma bolsa elaborada com tiras de couro entretécidas. A zona superior dispõe de uma alça feita com uma fita de couro, a qual atravessa as extremidades laterais prendendo com um nó.»	Timor. Lautém	«1913 ou anterior»	Sistema Matriz

<p>Número de inventário: ETNO 270</p> <p>Número de Entrada: E3969</p>	<p><b>Xorca de Bronze</b></p> <p>no verbete Inventário a Xorca mencionada não está associada a nenhum doador, contudo a sua descrição corresponde ao objeto registado n`O Archeologo Português e no Livro de Entradas</p>	«Xorca de bronze vinda de Timor, jurisdição de Caxido, reino de Vemássi (ve agoa, mássi salgado: “mar”) estava numa casa lúlik “tabu”»	Caxido, Timor	00-10-1911 e 00-11-1911	Livro de Entradas: artefacto 3969.
		«Xorca de bronze, simples e lisa, encontrada numa casa lulik (Tabu); reino de Vemássi, jurisdição de Caxido.»	Vemássi, Caxido	Não mencionada	Verbetes de Inventário: 270.
		«xorca de bronze, vinda de Timor, jurisdição de Caxido, reino de Vemássi (ve = água, mássi = salgado: «mar»): estava na habitação indígena;	Reino de Vemássi, Timor	1911	<i>O Archeologo Português</i> , 1º série, volume XVIII, 1913, p. 158.
<p>Número de inventário: ETNO 268</p> <p>Número de Entrada: E 3970</p>	<p><b>Machado de bronze</b></p> <p>O machado mencionado no verbete de Inventário não está associada a nenhum doador nesta fonte, contudo a sua descrição corresponde ao objeto registado no Arqueólogo</p>	«Um machado de br. da m. <sup>ma</sup> procedência ... » (vinda de Timor, jurisdição de Caxido, reino de Vemássi (ve agoa, mássi salgado: “mar”) estava numa casa lúlik “tabu”)	Timor	00-10-1911 e 00-11-1911	Livro de entradas: artefacto 3970.
		«Machado de bronze encontrado numa casa lulik (tabu); reino de Vernássi, jurisdição de caxido.»	Timor	-----	Verbetes de Inventário: 268.
		«xorca de bronze, vinda de Timor, jurisdição de Caxido, reino de Vemássi (ve = água, mássi = salgado: «mar»): estava na habitação indígena;	Reino de Vemássi, Timor	outubro e novembro de 1911	<i>O Arqueólogo Português</i> , volume XVIII, 1913, p.158.
		“ [...] Saberá que encontrei aqui atiguíssimas armas de bronze. Guardo uma ponta farpada de flecha e um machado (...) [...]”.	Dili, Timor	2 de abril de 1911	Arquivo MNA Epistolário JLV (Carta de Alberto Osório de

	Português e no Livro de Entradas				Castro, 2 de abril de 1911, cota 4216 A-B).
Número de inventário: ETNO 269 Número de Entrada: E 3971	Lança de Bronze  A ponta de lança mencionada no verbete de Inventário não está associada a nenhum doador nesta fonte, contudo a sua descrição corresponde ao objeto registado no Arqueólogo Português e no Livro de Entradas	«Uma lança de bronze ou dardo da m. <sup>ma</sup> procedência ...» (vinda de Timor, jurisdição de Caxido, reino de Vemássi (ve agoa, <u>mássi</u> salgado: "mar") estava numa casa lúlik "tabu")	Timor	00-10-1911 e 00-11-1911	Livro de entradas: artefacto 3971.
		«Ponta de lança ou dardo, de bronze, com duas saliências e duas asas circulares laterais; encontrada numa casa lulik (Tabu); reino de Vernássi, jurisdição de Caxido.»	Timor	-----	Verbetes de Inventário: 269.
		«xorca de bronze, vinda de Timor, jurisdição de Caxido, reino de Vemássi (ve = água, mássi = salgado: «mar»): estava na habitação indígena;  Machado de bronze da mesma procedência;  Lança de bronze, ou dardo, da mesma procedência.»	Reino de Vemássi, Timor	outubro e novembro de 1911	Arqueólogo português, volume XVIII, 1913, p.158
		“ [...] Saberá que encontrei aqui atiquissimas armas de bronze. Guardo uma ponta farpada de flecha e um machado. [...]”.	Dili, Timor	2 de abril de 1911	Arquivo MNA Epistolário JLV (Carta de Alberto Osório de Castro, 2 de abril de 1911, cota 4216 A-B).
Sem número de inventário, Sem número de entrada.	Corda de Contas	“[...] Deixo também uma corda de contas, dos pretos de Capangombe e um porta-cartas da mesma região. Em casa tenho um porrinho que lhe darei. [...]”	CapangombeN amibe, Angola	Não indica	Arquivo MNA Epistolário JLV (Carta de Alberto Osório de Castro, 4240, s.d.).



Sem número de inventário, Sem número de entrada.	<b>Porta cartas</b>	“[...] Deixo também uma corda de contas, dos pretos de Capangombe e um porta-cartas da mesma região. Em casa tenho um porrinho que lhe darei. [...]”	CapangombeN amibe, Angola	Não indica	Arquivo MNA Epistolário JLV (Carta de Alberto Osório de Castro, 4240, s.d.).
---	---------------------	--	------------------------------	------------	---

*Tabela 7 - Coleção de objetos doados por Alberto Osório de Castro ao MNA; nesta tabela cruzamos a informação proveniente de diversas fontes sobre as peças doadas*

6.4 Anexo IV – Paliteiro em exposição, anterior à transferência da coleção etnográfica não europeia para as Reservas de Etnografia na década de oitenta

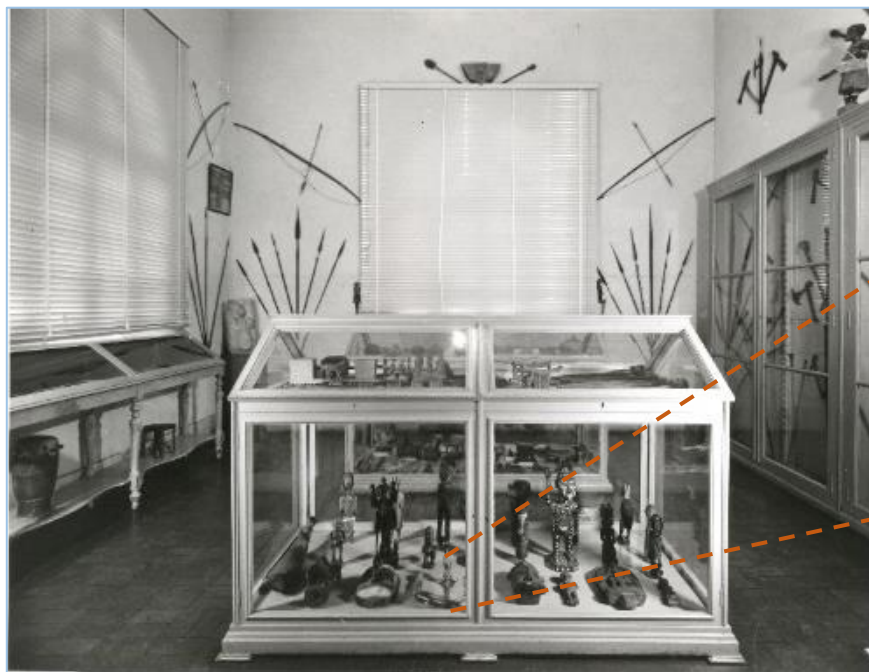


Figura 2 -AF.MNA.12



Figura 3 - AF.MNA.11